

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM GEOGRAFIA

ESPAÇO GEOGRÁFICO:
REPRODUÇÃO E CONSUMO ATRAVÉS DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM
ANAURILÂNDIA E FÁTIMA DO SUL – MS – BRASIL

DÉBORA CRISTINA MACORINI OCON

DOURADOS - MS

2009

**ESPAÇO GEOGRÁFICO:
REPRODUÇÃO E CONSUMO ATRAVÉS DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM
ANAURILÂNDIA E FÁTIMA DO SUL – MS – BRASIL**

DÉBORA CRISTINA MACORINI OCON

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação – Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito básico para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Edvaldo Cesar Moretti.

DOURADOS – MS

2009

COMISSÃO EXAMINADORA

Profº Dr. Edvaldo Cesar Moretti
Presidente da Comissão Julgadora

Prof. Dr. Álvaro Banducci Junior
2º Examinador

Profª Drª. Icléia Albuquerque de Vargas
3ª Examinadora

Dourados, 15 de maio de 2009.

Dedicatória

Dedico esta dissertação de mestrado aos meus familiares que sempre confiaram em mim.

A minha mãe (Rosa Fernandes Macorini Ocon) pelo suporte emocional nos momentos de incertezas, ao meu pai (Antonio Aristeu Ocon) quando em vida, imbutiu-me responsabilidade e aos meus irmãos por entenderem os meus valores.

Agradecimentos

Desde o início de minha vida acadêmica, várias pessoas, com suas visões de mundo, passaram e se fixaram na minha vida. E, neste trabalho de pesquisa, em especial, agradeço aos que contribuíram a ponto de eu entender que a fixação destas pessoas pôde ser representada no trabalho final de dissertação.

Ao orientador - Edvaldo Cesar Moretti, que no ano de 2002 me convidou para participar do Grupo de Estudos Território e Ambiente, e a partir daquele momento foi o maior interventor da construção de minhas visões e valores, pessoais e acadêmicos, do mundo até o momento. Além disso, por contribuir diretamente com a efetivação desta dissertação.

Ao meu pai – Antonio Aristeu Ocon, quando em vida, acreditou que eu pudesse fazer uma faculdade e diante das dificuldades temia a não efetivação de seus próprios sonhos.

À minha mãe – Rosa Fernandes Macorini Ocon, por ser o meu alicerce, fonte de segurança, amor e carinho, e a maior responsável pela concretização do curso de graduação e pós-graduação.

Aos meus irmãos – Fabiana e Vinícius, pelo companheirismo e por entender a minha perseverança.

Aos professores do Programa de Mestrado em Geografia da UFGD, em especial aos professores das disciplinas cursadas neste curso. Esses agradecimentos são pela intermediação nas reflexões quanto a teoria e ao método de pesquisa: Jones Dari Göettert, Lissandra Pereira Lamoso, Edvaldo Cesar Moretti, Flaviana Nunes Gasparotti. Agradeço também ao professor Marcos Aurélio Saquet, pelas contribuições durante a disciplina, cursada como aluna especial, no Programa de Mestrado em Geografia da UNESP/Presidente Prudente.

Mesmo não cursando a disciplina por ela ministrada, em especial, gostaria de agradecer a professora Silvana de Abreu, que no ano de 2005 em uma conversa nos corredores do antigo CEUD, me disse que as construções desencadeiam sofrimentos, *até hoje reflito sobre isso.*

Aos meus colegas de turma, esses por diversos motivos: pelo companheirismo acadêmico e pessoal, pela troca de conhecimento e amizade. Em especial agradeço as mulheres, minoria na turma: Maria, pelas risadas, Michelli, pela troca de mensagens no celular e Thaine pelas conversas nas caminhadas.

Aos companheiros de reflexão – que durante os encontros semanais no Grupo de Estudos Território e Ambiente proporcionaram informações e conhecimentos necessários a construção desta dissertação.

Aos que me acolheram nos municípios de Anaurilândia e Fátima do Sul, entre este enorme grupo, destaco: representantes do poder público, proprietários de pousadas, lotes e hotéis, trabalhadores e visitantes dos empreendimentos turísticos.

Aos membros da banca de qualificação: Álvaro Banducci Junior e Icléia Albuquerque de Vargas, que apontaram possibilidades de reflexão e método para a construção final desta dissertação.

Aos funcionários da UFGD, principalmente aos secretários do Programa de Mestrado em Geografia, inicialmente Cleber e posteriormente Elaine, pelas informações prestadas.

À FUNDECT – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul, pelo auxílio financeiro através de bolsa de mestrado, que facilitou o desenvolvimento de diversas atividades neste período, como por exemplo, a disponibilidade à ida aos trabalhos de campo e aos eventos acadêmicos.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| Resumo..... | 11 |
| Resumen..... | 12 |
| Apresentação | 13 |
| Introdução..... | 15 |
| PARTE 1 – Caracterização e transformações espaciais: o caso de Anaurilândia e Fátima do Sul | 19 |
| 1.1. Anaurilândia | 19 |
| 1.2. Surgimento de Usinas Hidrelétricas no Brasil..... | 22 |
| 1.2.1. A criação da CESP | 24 |
| 1.3. As espacialidades em Anaurilândia..... | 28 |
| 1.3.1. Proprietários de terras | 29 |
| 1.3.2. Trabalhadores e assentados..... | 30 |
| 1.3.3. Sustentabilidade Ambiental..... | 31 |
| 1.4. As espacialidades em Fátima do Sul..... | 34 |
| PARTE 2 - A produção do espaço geográfico e atividade turística..... | 43 |
| 2.1. A Produção do Espaço Geográfico..... | 43 |
| 2.2. A atividade turística..... | 52 |
| 2.2.1. O Deslocamento e as viagens..... | 52 |
| 2.3. O espaço de uso e desuso para/pela atividade turística em Anaurilândia e Fátima do Sul..... | 64 |
| 2.3.1. Ações e obras públicas e empreendimentos privados..... | 65 |
| 2.3.1.1. Anaurilândia | 65 |
| 2.3.1.2. Fátima do Sul..... | 85 |
| 2.4. Equipamentos Público de Turismo..... | 104 |
| 2.4.1. Balneário Municipal de Anaurilândia..... | 104 |
| 2.4.2. Parque Aquático e Ambiental de Fátima do Sul | 114 |
| 3. Olhares e perspectivas..... | 126 |
| 4 – Bibliografia..... | 129 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|----------|--|----|
| Tabela 1 | Características das Usinas Hidrelétricas construídas pela CESP. | 26 |
| Tabela 2 | Imposto sob Circulação de Atividade Econômica – Fátima do Sul..... | 41 |

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|------------|---|-----|
| Figura - 1 | Município de Ananurilândia..... | 20 |
| Figura - 2 | Área de Proteção Ambiental e Ilhas e Várzeas do Rio Paraná na divisa entre São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná | 32 |
| Figura - 3 | Figura de Abrangência espacial da Colônia Agrícola Nacional de Dourados..... | 35 |
| Figura - 4 | Região Turística Costa Leste – MS..... | 70 |
| Figura - 5 | Revitalização e Reforma da Praça Central..... | 99 |
| Figura - 6 | Planta do Parque Aquático e Ambiental de Fátima do Sul | 115 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|------------|--|----|
| Quadro - 1 | “Grade” de práticas espaciais..... | 47 |
| Quadro - 2 | “Grade” de Prática espacial para/pelo Turismo em Ananurilândia e Fátima do Sul | 49 |

LISTA DE FOTOS

| | |
|---|----|
| Foto 1 - Hotel Samambaia..... | 67 |
| Foto 2 – Hotel e Restaurante Espanha | 68 |
| Foto 3 - Dormitório Nossa Senhora Aparecida..... | 68 |
| Foto 4 – Placa da Costa Leste, na entrada da cidade de Anaurilândia | 70 |
| Foto 5 - Placa do Balneário Municipal na rodovia-MS 276..... | 72 |
| Foto 6 – Placa informativa do Balneário e Pousada Costa do Sol..... | 73 |
| Foto 7 – Infra-estrutura do Balneário e Pousada Costa do Sol..... | 73 |
| Foto 8 – Portão de acesso ao Balneário Municipal..... | 75 |
| Foto 9 – Animais para passeio e apreciação..... | 76 |

| | |
|---|-----|
| Foto 10 – Entrada da Pousada Portal das Águas..... | 77 |
| Foto 11 – Entrada do Loteamento Fazenda Lazer I..... | 79 |
| Foto 12 – Tambores de coleta de lixo..... | 80 |
| Foto 13 – Chalé, localizado no loteamento da Fazenda Lazer II..... | 81 |
| Foto 14 – Margem do Lago da UH Engenheiro Sérgio Motta, acessado pelo Loteamento da Fazenda Lazer II | 82 |
| Foto 15 – Margem do Lago da UH Engenheiro Sérgio Motta, acessado pelo Loteamento da Fazenda Lazer II | 82 |
| Foto 16 - Hotel Cantina Portuguesa..... | 86 |
| Foto 17 – Restaurante A Caseira..... | 89 |
| Foto 18 – Hotel A Caseira | 89 |
| Foto 19 – Hotel Paraíso..... | 90 |
| Foto 20- Hotel Princesa..... | 91 |
| Foto 21 – Recinto de Festas Beira Rio..... | 93 |
| Foto 22 – Fogueira de Cano de PVC..... | 93 |
| Foto 23 – Outdoor de divulgação da Fátima Folia..... | 94 |
| Foto 24 – Show de Fogos de Artifícios..... | 96 |
| Foto 25 – Casa do Papai Noel | 97 |
| Foto 26 – Placa sobre a reforma e revitalização da Praça Central..... | 98 |
| Foto 27 – Lago do Amor..... | 100 |
| Foto 28 – Horto Florestal..... | 101 |
| Foto 29 – Ilha do Sol..... | 102 |
| Foto 30 – Quiosques..... | 105 |
| Foto 31 – Parque infantil..... | 105 |
| Foto 32 – Plataforma para pesca..... | 106 |
| Foto 33 – Área para Banho..... | 106 |
| Foto 34 – Carnaval no Balneário Municipal..... | 110 |
| Foto 35 – Margem do Lago da UH Engenheiro Sérgio Motta..... | 112 |
| Foto 36 – Margem do Lago da UH Engenheiro Sérgio Motta..... | 112 |
| Foto 37 – Descrição da Obra..... | 116 |
| Foto 38 – Maquete do Parque Aquático e Ambiental de Fátima do Sul..... | 116 |
| Foto 39 – Placa de construção do Parque..... | 119 |
| Foto 40 – Drenagem da área de construção do Parque..... | 122 |
| Foto 41 – Via de acesso ao Parque..... | 122 |
| Foto 42 – Placa de entrada na cidade..... | 123 |
| Foto 43 – Calçada e ponto de ônibus padronizado..... | 124 |
| Foto 44 – Vasos de Flor na Avenida 9 de Julho..... | 124 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|-----------|---|
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| CESP | Companhia Energética de São Paulo |
| UH | Usina Hidrelétrica |
| TAC | Termo de Ajustamento de Conduta |
| Uselpa | Usinas Elétricas do Paranapanema |
| Cherp | Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo |
| Celusa | Centrais Elétricas de Urubupungá |
| COPEMA | Companhia Melhoramentos de Paraibuna |
| Sacerc | Central Elétrica de Rio Claro |
| SIN | Sistema Interligado Nacional |
| NOS | Operador Nacional do Sistema Elétrico |
| UC | Unidade de Conservação |
| CAND | Colônia Agrícola Nacional de Dourados |
| CAN | Colônias Agrícolas Nacionais |
| CANG | Colônia Agrícola Nacional de Goiás |
| KDF | Nationalistischen Gemeinschaft Kraft durch Freude |
| OMT | Organização Mundial de Turismo |
| UNIPAR/MS | Associação dos Municípios do Alto Paraná |
| SEBRAE | Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa |
| UEMS | Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul |
| FEJUNA | Festa Junina de Nova Andradina |
| COMTUR | Conselho Municipal de Turismo |
| AGESUL | Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul |

RESUMO

Esta dissertação de mestrado surge a partir de reflexões realizadas no Grupo de Pesquisa Território e Ambiente da Faculdade de Ciências Humanas, sediado na UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados), por meio da ciência geográfica busca-se realizar uma discussão sobre a produção do espaço geográfico para o desenvolvimento da prática da atividade turística, este estudo procura priorizar o levantamento de dados sobre os equipamentos “urbanos” apropriados e criados pela/para a atividade turística afim de demonstrar como a produção do espaço turístico está intimamente ligada com fatores sociais (políticos), econômicos e ambientais.

Como recorte espacial observa-se a inserção da atividade turística em dois municípios distintos: Anaurilândia e Fátima do Sul, a escolha por estes municípios partiu da premissa e existência de duas obras públicas significativas, em infra-estrutura, para a construção da prática turística nesses lugares. Essas obras são respectivamente: Balneário Municipal de Anaurilândia e Parque Aquático e Ambiental de Fátima do Sul, além das obras visualiza-se neste trabalho que os municípios envolvidos possuem a mesma estrutura econômica, onde a atividade turística origina-se por diferentes fatores, mas com o entendimento do Turismo como uma “nova” alternativa econômica ao lugar.

Palavras – Chave: Produção e Consumo do espaço; Atividade Turística; Políticas Públicas

RESUMEN

Esta disertación de maestría surgió a partir de las reflexiones realizadas en El Grupo de Investigación Territorial y Ambiente de la Facultad de Ciencias humanas, con sede en UFGD (Universidade Federal da Faculdade da Grande Dourados), ya que por medio de la ciencia geográfica se busca realizar una discusión sobre la producción del espacio físico para el desarrollo de las prácticas de actividad turística, este estudio busca priorizar la recaudación de los datos sobre los equipos “urbanos” apropiados y creados para la actividad turística, con la finalidad de demostrar que la producción del espacio turístico está íntimamente relacionada con factores sociales (políticos), económicos y ambientales. Como recorte espacial se observa que la inserción de la actividad turística en los dos municipios: Anaurilândia y Fátima do Sul, se escogieron estos dos municipios para partir de la siguiente premisa y existencia de dos obras públicas de grande significado, en infraestructura, para la construcción de las prácticas turísticas de este lugar. Esas obras son, respectivamente: el balneario municipal de Anaurilândia y el parque Acuático y ambiental de Fátima do Sul, además de dos obras que se visualizan en este trabajo que los municipios envueltos poseen la misma estructura económica, donde la actividad turística se origina por diferentes factores, pero con el entendimiento del turismo como una “nueva” alternativa económica del lugar.

Palabras- clave: producción y consumo del espacio; actividad turística; políticas públicas.

APRESENTAÇÃO

Residente no município de Taquarussu-MS, desde o ano de 1993, ouvia diariamente as pessoas dizendo sobre a construção de uma Usina Hidrelétrica (UH). Mesmo sem saber o que isso significava, observei por diversas vezes a reconstrução da ponte sobre o rio Paraná, entre os municípios de Bataguassu-MS e Presidente Epitácio-SP, divisa entre os estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo, esse fato ocorria quando viajávamos em família para visitar alguns familiares em Flórida Paulista-SP.

Com a proximidade entre Taquarussu e a construção dessa UH, meu professor de geografia, do ensino fundamental, realizou uma viagem de campo e mostrou-nos a imensidão da obra. Durante a viagem margeamos o rio Paraná e víamos muita água, mas não imaginava que a criação do lago pudesse transformar a vida de muitas pessoas.

Decidi fazer faculdade de geografia, somente para estudar relevo, nesse momento de minha vida acreditava que geografia era o estudo do espaço geográfico, mas em nenhum instante lembra-me que existiam pessoas nesse espaço.

Durante o curso de graduação tornei-me membro do Grupo de Estudos Território e Ambiente, no qual dedico maior parte de minhas reflexões.

Com a ajuda do professor Dr. Edvaldo Cesar Moretti, criamos o projeto de Iniciação Científica: A construção do lago da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta e a urbanização turística em Anaurilândia-MS, que resultou no trabalho final de monografia e hoje, parte, nesta dissertação de mestrado.

Neste trabalho de dissertação o objetivo principal foi analisar a produção e o consumo do espaço geográfico a partir da inserção da atividade turística nos municípios de Anaurilândia e Fátima do Sul, destacando-se a infra-estrutura existente e as que encontram-se em construção, tendo como hipótese a idéia de que a atividade turística é pode ser promotora do desenvolvimento local.

A partir da discussão que já se pretendia realizar através de levantamentos de dados de Anaurilândia, o município de Fátima do Sul tornou-se de suma importância frente a discussão que pretendeu-se realizar por meio desta pesquisa, uma vez

que este está localizado em território sul-matogrossense¹ e abriga obras, principalmente públicas, significantes a produção do espaço geográfico para a prática do Turismo.

Assim sendo, o eixo central de discussão nesta pesquisa é apresentar elementos promotores da transformação espacial, frente a ideologia de desenvolvimento econômico dos dois municípios. Para alcançar os objetivos aqui previstos, foi necessário: realizar levantamento de dados que demonstram a caracterização e transformações espaciais em Anaurilândia e Fátima do Sul, apresentados na Parte I desta dissertação.

Como o objetivo, da dissertação, está pautado na Produção e Consumo do espaço geográfico e a atividade turística, buscou-se na Parte II realizar o diálogo entre o entendimento teórico e o levantamento de dados primários e de opinião.

Os dados constantes neste trabalho partem de duas etapas de pesquisa: primeiro do levantamento bibliográfico e disciplinas cursadas, e segundo, o levantamento de dados primários e de opinião, através de trabalhos de campo.

As informações e construções teóricas, ao longo deste trabalho, é uma tentativa acadêmica de mostrar como esses dois lugares diariamente vivenciam suas práticas sociais de produção e consumo do espaço para/pela atividade turística.

¹ Essa característica dos dois municípios: Anaurilândia e Fátima do Sul é relevante, pois, pode-se considerar assim que esses abrigam Políticas Públicas semelhantes.

INTRODUÇÃO

Este trabalho de dissertação de mestrado tem como motivação inicial as reflexões realizadas nos estudos do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente, que ocorreram no Laboratório de Pesquisas Territoriais, sediado na Universidade Federal da Grande Dourados, na qual, parte das pesquisas realizadas por seus membros, enfocam a compreensão das transformações espaciais no estado de Mato Grosso do Sul em decorrência da atividade turística.

Especificamente este trabalho de pesquisa aponta reflexões sobre a produção e o consumo do espaço através da atividade turística, tendo como agente dinamizador o Estado, que adota essa atividade como um instrumento capaz de promover o desenvolvimento econômico e social.

Para este estudo foram definidos como área de estudo os municípios de Anaurilândia e Fátima do Sul, ambos localizados no estado de Mato Grosso do Sul. A escolha por esta área, deu-se a partir da observação de que os dois municípios abrigam obras públicas significantes ao desenvolvimento do Turismo, respectivamente o Balneário Municipal e em fase de construção o Parque Aquático.

Metodologicamente este trabalho consistiu no levantamento bibliográfico principalmente, sobre a evolução do pensamento geográfico a partir da categoria espaço geográfico, atividade turística, e trabalhos científicos sobre os municípios de Anaurilândia e Fátima do Sul.

Além disso, foi realizado levantamento de dados primários e de opinião, através de “conversas” junto aos diferentes segmentos da comunidade local (empresários, líderes comunitários e trabalhadores). Com os dados primários e trabalho de campo visou-se observar a forma de implantação da atividade turísticas, principalmente em relação a edificação de obras, empreendimentos, equipamentos turísticos e acesso da população local aos equipamentos e infra-estrutura turísticas. Assim, as entrevistas foram indispensáveis

para essa análise², uma vez que estas proporcionaram a coleta de diferentes opiniões, possibilitando uma reflexão da relação existente entre a comunidade com as transformações ocorridas nesses lugares.

Junto ao levantamento de dados primários e de opinião, buscou-se também informações oficiais através de entrevistas a representantes do poder público municipal dos dois municípios em questão. Por meio de roteiros, pré-definido, em planilhas.

O município de Anaurilândia aparece ordenadamente anterior a Fátima do Sul, somente por uma questão metodológica, isto porque, Anaurilândia já foi objeto de observação em outros trabalhos científicos, como destacado na Apresentação desta dissertação, além desse motivo, segue-se a ordem alfabética.

Assim, esta dissertação apresenta um panorama das transformações da produção do espaço geográfico durante a implantação da atividade turística nos dois municípios.

Entende-se que o espaço geográfico, para a atividade turística, tende a ser transformado em mercadoria, para assim, ser apropriado pelo capital, tornando-se ao mesmo tempo um espaço de consumo e um espaço consumido. Portanto, um espaço adequado à reprodução ampliada do capital, esse é um fato observado em várias atividades humanas na contemporaneidade, mas como o objeto em questão nesta dissertação é a atividade turística, a análise se limita a ela.

Assim há de se afirmar ainda, que a inserção do Estado na produção e reprodução do espaço implica no redimensionamento de valores, em seu valor de uso e de troca, um dos fatores que direcionam os interesses do capital privado, como é o caso do setor imobiliário, conforme CARLOS (1999, pág. 175):

Na realidade, o processo de reprodução do espaço, no mundo moderno, se submete cada vez mais ao jogo de mercado imobiliário – na medida em que há novas estratégias para a acumulação que se realiza por meio dos empreendedores imobiliários – e das políticas estratégicas do Estado – que tende a criar o espaço da dominação e do controle. Com isso,

² Em Anaurilândia foi realizada conversas com representantes do poder público Edmar e Valdenir (Pachu), 3 (três) proprietários de hotéis, 1 (um) proprietário de pousada, 1 (um) proprietário de lotes e entorno de 10 visitantes do balneário municipal.

Já em Fátima do Sul foi realizada conversas com 2 (dois) representantes do poder público: Marcelo e Maria Odete, 4 (quatro) proprietários de hotéis, 1(um) funcionário público municipal e 2 (dois) funcionários de um escritório de arquitetura que participaram da criação e adequação do Parque Aquático de Fátima do Sul.

transforma-se substancialmente o uso do espaço e, conseqüentemente, o acesso da sociedade a ele.

Neste estudo de caso é importante caracterizar a atividade turística como uma atividade econômica, originada na evolução do modo de produção capitalista, para assim entender suas infinitas contradições, isto é apontado por MORETTI, S. A. L. (2002, pág. 15):

... esta atividade está inserida no processo geral de produção capitalista, sendo uma das formas encontradas pelo capital para sua reprodução, portanto é uma atividade complexa que está inserida em um processo geral de acumulação.

Neste contexto a atividade turística gera a idéia de desenvolvimento local, principalmente para áreas que passam, por uma estagnação econômica e apresentam características que indicam a possibilidade do consumo através da atividade turística (elementos naturais e/ou culturais).

O Estado tem ocupado papel importante no que diz respeito à divulgação e promoção da atividade turística, através da veiculação ideológica dessa atividade, vinculada ao chamado desenvolvimento sustentável³, que desponta ideologicamente como possibilidade econômica, social e ambiental, principalmente nos municípios que têm sua economia dependente de apenas um setor econômico, como são os casos de Anaurilândia e Fátima do Sul que se sustentam pelas atividades ligadas à agropecuária.

Portanto, considera-se o Estado agente transformador, mesmo atentando para o fato de que a construção do espaço geográfico é produto das relações sociais, num território onde os meios e instrumentos de reprodução do capital estão sob o domínio de apenas uma parcela da sociedade. Enquanto o avanço da sociedade capitalista aumenta a pressão sobre o espaço “natural”, acentua-se a apropriação e transformação dos elementos da natureza, ora utilizados como matérias-primas para as indústrias ora consumidos como

³ Segundo ARCARI, A. (2003, pág. 4) ... *a partir da segunda metade do século XIX, devido á produção e ao consumo desenfreados, reconheceu-se em nível planetário a degradação ambiental.* Vários estudos foram realizados e um marco para a denominação de Desenvolvimento Sustentável foi durante a primeira Reunião Mundial sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo – Suécia em 1972, onde a comissão propôs que o desenvolvimento econômico fosse integrado a questão ambiental.

mercadorias, em formas de belezas cênicas⁴, nas paisagens, para serem “vistas e admiradas”.

Neste contexto apresentado a geografia pode contribuir na reflexão sobre as transformações do espaço e das relações sociais, a partir da lógica da acumulação do capital, neste caso alicerçado a atividade turística.

⁴ Neste trabalho o termo utilizado “belezas cênicas” é considerado a paisagens no seu sentido subjetivo e estético sem serem analisadas questões sócio-econômicas que as compreende.

PARTE I - CARACTERIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS:

O CASO DE ANAURILÂNDIA E FÁTIMA DO SUL

1.2. Anaurilândia

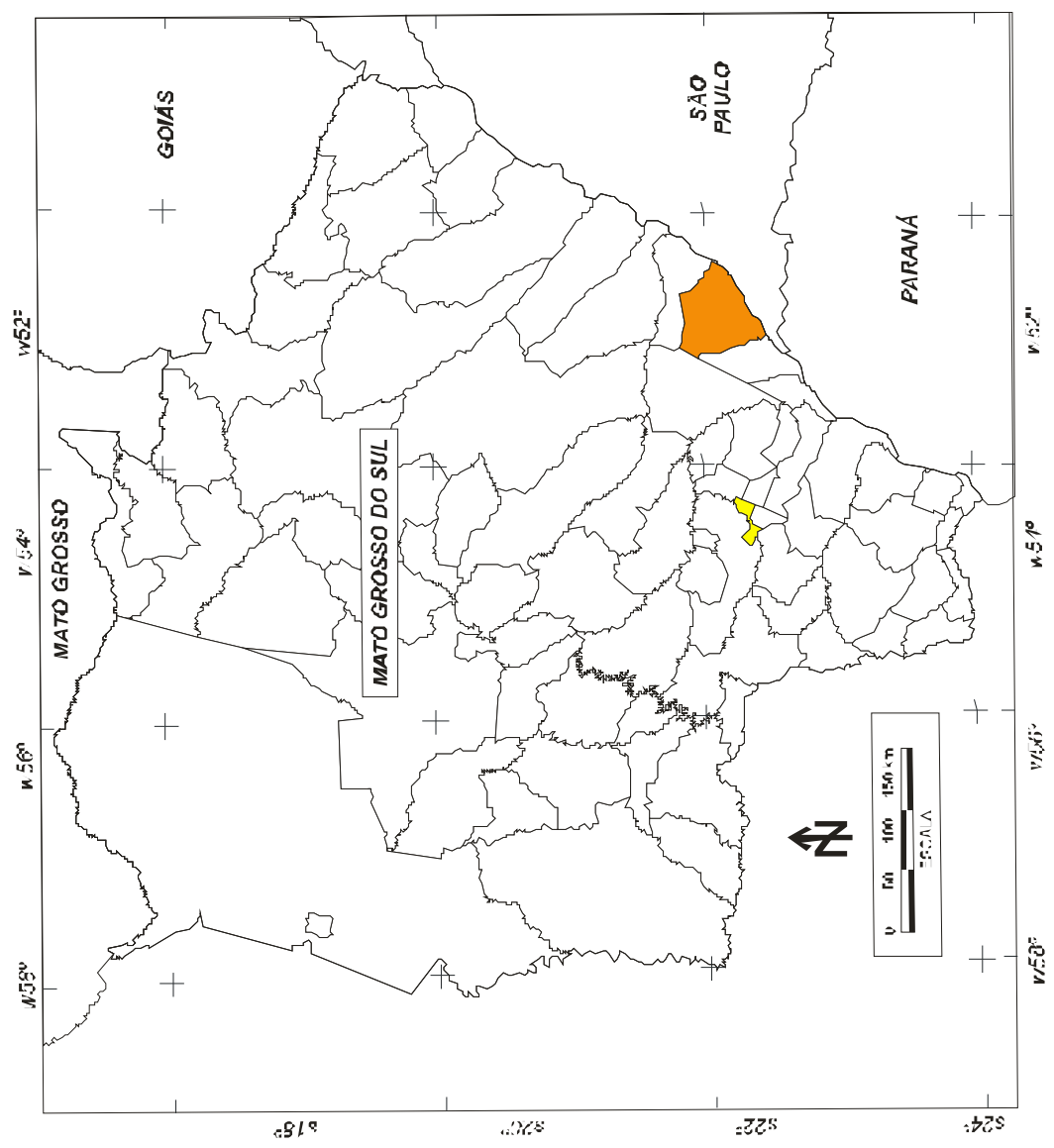
O município de Anaurilândia⁵ localiza-se na região sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, faz divisa territorial com os municípios de: Nova Andradina, Batayporã, Bataguassu e o rio Paraná (porção que divide os estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo) ver MAPA 1.

O município de Anaurilândia é um dos que sofreu influência direta com a implantação da Usina Hidrelétrica (UH) Engenheiro Sérgio Motta, conhecida popularmente por Porto Primavera, localizada no rio Paraná. Entre os objetivos desta pesquisa, destaca-se a construção do Balneário Municipal de Anaurilândia, por entender que este é dos empreendimentos precursores da atividade turística no município, o qual tem a sua construção originada de medidas compensatórias aos danos ambientais e sociais causados ao município em detrimento da construção desta usina.

Assim se faz necessário neste trabalho de pesquisa, ressaltar alguns aspectos histórico, social e ambiental sobre a construção desta obra e seu papel na produção do espaço geográfico.

⁵ Posiciona-se, de acordo, com as coordenadas geográficas do globo terrestre entre os 22° 11' 15" de latitude-sul e 52° 43' 04" longitude-oeste e além de contar com uma variação 312 metros de altitude, na sede administrativa. Entre os aspectos populacionais, atualmente, segundo a contagem da população realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2007, este município possui 8.380 habitantes, o que o caracteriza-a como município com pequeno número populacional.

Mapa 1: Estado de Mato Grosso do Sul, em destaque os municípios de Anaurilândia e Fátima do Sul



Embrapa
Agricultura Oeste

Laboratório de Geomarketing - Delimitos 06/2003
Coordenador Científico - Profa. Dra. Polidiana S. Alves
Mestranda Científica - Aluísio C. M. (2006)
Organizado por: OZON, D. C. M. (2006)

A obra da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, iniciou no final da década de 1980 através da CESP (Companhia Energética de São Paulo), por meio da construtora Camargo Correa.

No período de instalação da Porto Primavera, a CESP possuía cinco Usinas Hidrelétricas, algumas em fase final de construção e outras já finalizadas. Das obras que esta Companhia abrigava, duas (2) delas estão localizadas no rio Paraná: a Usina Hidrelétrica Ilha Solteira e Engenheiro Souza Dias (Jupia), com a construção da Porto Primavera este rio abrigaria um total de três (3) usinas. Além dos empreendimentos que esta construtora detinha no rio Paraná, contava também com mais três (3) obras. Distribuídas assim: no rio Tietê: a Usina Hidrelétrica Três Irmãos, e duas na bacia do Rio Paraíba do Sul: a Usina Hidrelétrica Paraibuna, no rio Paraibuna, e a Usina Hidrelétrica Jaguari, no rio Jaguari.

Como o objetivo desta pesquisa, está relacionado diretamente com a construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, cabe destacar que esta usina hidrelétrica foi concluída e inaugurada em janeiro do ano de 1999 (um mil novecentos e noventa e nove) e somente em outubro do ano de 2003 (dois mil e três) teve 100% (cem por cento) de sua potencialidade em exercício, após o funcionamento da 14ª (décima quarta) turbina, representando o total de 1.540 MW de potência em funcionamento.

É importante destacar aqui, a existência de documentos denominados Termo de Ajustamento de Conduta, são acordos firmados entre a Construtora, mencionada, e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, nestes documentos à previsão de reparo aos danos causados aos municípios atingidos por esta obra, e estes reparos geralmente são definidos em fases, as quais são delimitadas por etapas de construção e funcionamento da Usina.

Geralmente a capacidade de geração de energia está pautada na vazão⁶ do leito do rio e na tecnologia empregada, sendo assim, o reservatório de água, é o elemento fundamental na produção de energia hidráulica.

O reservatório de água, da UH Engenheiro Sérgio Motta, correspondente a seu lago criado, possui área de 2.250 km² (dois mil duzentos e cinquenta quilômetros quadrados)⁷.

⁶Segundo VON SPERLING, M. (1996, p. 3) vazão é a montante do lançamento, geralmente calculada através da medida de metros cúbicos por segundos.

⁷Fonte www.cesp.com.br, acessado em 30/06/2008 as 16 h 05 min.

O tamanho deste reservatório de água, corresponde ao lago criado com a função de aumentar o nível de potencialidade da usina hidrelétrica. A criação de um lago para instalação de usinas hidrelétricas acontece por meio de alagamentos de áreas que não pertenciam ao leito “natural” do rio. Assim, para construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta foi necessário o alagamento de parte de terras pertencentes aos municípios de: Anaurilândia, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo e Três Lagoas.

Portanto, o reservatório e o potencial de uma usina hidrelétrica devem-se ao fato da necessidade criada para sua construção, a obra da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta é parte do processo histórico, político e social desenvolvimentista do período em que se inicia a obra, assim destaca-se aqui quais as características espaciais, no momento de surgimento desta obra.

1.2. Surgimento de Usinas Hidrelétricas no Brasil

O desenvolvimento industrial no Brasil tem sua essência justificada na Revolução Industrial, ocorrida no final do século XVIII, primeiramente na Grã-Bretanha, Inglaterra, em que os fatores principais que levaram a nova redefinição⁸ espacial na Inglaterra foram:

- a) mercado interno: com o desenvolvimento de fábricas têxtil e produtos alimentícios na produção manufatureira, conseguindo manter a estabilidade econômica interna;
- b) mercado externo: com a produção de excedentes, que com contribuição dos países colônias houve a proliferação das exportações;
- c) política de incentivo: o governo auxiliava e dava incentivo e subsídios necessários para o desenvolvimento industrial;

Entre os fatores de influência da Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra, pode-se destacar que o processo de desenvolvimento industrial brasileiro se deparou com um território dividido em regiões⁹ cujo processo de ocupação acontecia de forma fragmentada e desigual, isto não significa que, isso só ocorria no Brasil, as ocupações fragmentadas e desiguais no espaço aconteciam em diversos lugares.

⁸Neste trabalho é utilizado o termo redefinição, considerando que o espaço com suas relações e suas potencialidade, tem uma definição e que através desses mesmos elementos pode sofrer transformações podendo ser assim chamado de redefinição.

⁹Considera-se a existência de vários tipos de divisão territorial regional brasileira, o que nos remete a indagar como eram realizadas as divisões regionais. Para aprofundar mais a discussão sobre regiões, indica-se a consulta de: LENCIONI, S. Região e Geografia. São Paulo: EDUSP, 1999.

Uma característica marcante deste período, é que no Brasil havia um o mercado voltado para fora, isto é, as diversas regiões existentes, ligavam-se diretamente a grandes centros industrializados do mundo. Assim as crises econômicas externas ao Brasil, refletia alteração nos indicadores econômicos brasileiro.

Portanto, na década de 1930 inicia-se a unificação de mercados brasileiros, isto é, após a crise de 1929. A crise desfavoreceu a importação de produtos têxteis, alimentícios e outros, incentivando a criação de um mercado interno, pois é neste período que o Brasil começa a direcionar o mercado interno, de modo, que a expansão dos meios de transportes e vias de acesso, possibilite a ligação de porções territoriais que até então não estavam ligadas por rotas.

A criação de rotas foi pautado na consolidação e estruturação do desenvolvimento industrial do Brasil, e, portanto facilitado pelo Estado, no auge do período de intenso desenvolvimento industrial no Brasil, foi: “os 50 anos em 5”, do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). O Plano de Metas, lançado pelo Governo Federal (1956-1960), teve como consequência a aceleração da concentração de atividades econômicas.

Em meio a essa configuração político-social OLIVEIRA, W. (2003, p. 24) considera as construções de Usinas Hidrelétricas no Brasil parte do interesses e necessidade criada a fim de estabelecer o “desenvolvimento” através das indústrias, sendo *neste momento em que entra em cena a exploração de energia elétrica de origem hidráulica no Brasil*. Para esse autor:

este processo iniciou-se com a instalação da usina hidrelétrica Ribeirão do Inferno, em 1883, cuja produção foi destinada ao serviço da mineração, em Diamantina, Minas Gerais.

Prossegue com a instalação em 1885, no município de Viçosa, também em Minas Gerais, da usina Hidrelétrica da Companhia Fiação e Tecidos São Silvestre, para uso da empresa, seguida, em 1887, pela construção da Usina Hidrelétrica Ribeirão dos Macacos.

Ainda, esse autor considera que o governo de Getúlio Vargas, do ano de 1930 a 1945, *soube incentivar a retomada do crescimento*. Apesar da dependência ao capital internacional foram criados vários órgãos e empresas para estudar e implementar medidas de caráter nacionalista para o fortalecimento da infra-estrutura do país.

Ainda, para Oliveira, a realização mais expressiva desta época foi o início, em 1942, da construção da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda no

Estado do Rio de Janeiro, matriz de todo o crescimento industrial da década de 1950. Em 1943, é fundada no Rio de Janeiro a Fábrica Nacional de Motores. E em outubro de 1953 é criada a Petrobrás, que detém o monopólio da pesquisa, extração e refino de petróleo.

Além de toda essa organização para a propagação industrial no Brasil, percebe-se que se fez necessário o aumento de oferta de energia elétrica, não somente no Brasil, mas também em outros territórios.

No Brasil, observa-se que se propagou o incentivo a construção de usinas hidrelétricas, para extração de energia elétrica de forma hidráulica, sendo isto, a distribuição das usinas hidrelétrica em território brasileiro respeita o potencial hidroelétrico das bacias hidrográficas.

Especificamente para este estudo é relevante as transformações radicais do Rio Paraná, redefinindo todo o seu leito para a construção dos lagos das usinas hidrelétricas. A ação de construção de lagos não depende exclusivamente da ação da construtora da obra, mas essa é a precursora nas idéias de reparação aos danos causados aos municípios e Estados durante a instalação de uma usina hidrelétrica. Após alguns apontamentos destaca-se adiante a história de criação da CESP, construtora responsável pela obra da Usina Hidrelétrica Porto Primavera e responsável pela construção do Balneário Municipal de Anaurilândia, objeto de estudo nesse trabalho de pesquisa.

1.2.1. A criação da CESP

A CESP (Companhia Energética de São Paulo) foi criada em 5 de dezembro de 1966, como Centrais Elétricas de São Paulo a partir da fusão de 11 empresas de energia elétrica, entre elas cinco tinham participação majoritária do governo do estado de São Paulo, essas empresas eram: Usinas Elétricas do Paranapanema (Uselpa), Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo (Cherp), Centrais Elétricas de Urubupungá (Celusa), Bandeirante de Eletricidade e Companhia Melhoramentos de Paraibuna (COPEMA).

Duas dessas empresas estatais englobavam seis empresas particulares. A Cherp detinha o controle acionário da Central Elétrica de Rio Claro (Sacerc) e de suas associadas, a Empresa Melhoramentos de Mogi Guaçu, a Companhia Luz e Força de

Jacutinga e a Empresa Luz e Força de Mogi Mirim. A Belsa controlava a Companhia Luz e Força de Tatuí e a Empresa Luz e Força Elétrica de Tietê.

Com os mesmos objetivos de centralizar o planejamento e racionalização dos recursos naturais do estado de São Paulo no setor energético, pelo governo da época, houve a unificação dessas empresas alterando a razão social, em 27 de outubro de 1977, para Companhia Energética de São Paulo (CESP).

A CESP é a maior empresa de produção de energia elétrica do estado de São Paulo e atualmente a terceira maior empresa do Brasil e da América do Sul. Sua potência instalada totalmente, no segundo semestre de 2003 é de 7.455,30 megawatts (MW)¹⁰.

Essa empresa possui seis Usinas Hidrelétricas: três instaladas no rio Paraná: Ilha Solteira; Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) e Engenheiro Souza Dias (Jupiá); uma outra localizada no Rio Tietê: Três Irmãos; e duas na bacia do rio Paraíba do Sul: Paraibuna, no rio Paraibuna, e Jaguari, no rio Jaguari¹¹. Na tabela abaixo mostra-se as características das Usinas Hidrelétricas construídas pela CESP:

¹⁰ As informações referentes a este parágrafo estão disponíveis no site www.cesp.com.br.

¹¹ Idem a página 20 deste trabalho.

Tabela 1: Característica das Usinas Hidrelétricas construídas pela CESP

| USINA | ANO DE CONCLUSÃO DA 1ª TURBINA | QUANTIDADES DE TURBINAS | POTÊNCIAS INSTALADAS (MW) | ENERGIA ASSEGURADA (MW MÉDIOS) |
|-------------------|--------------------------------|-------------------------|---------------------------|--------------------------------|
| ILHA SOLTEIRA | 1973 | 20 | 3.444,0 | 1.949,00 |
| TRÊS IRMÃOS | 1993 | 5 | 807,5 | 1.949,00 |
| ENG. SOUZA DIAS | 1969 | 14 | 1.551,00 | 886,00 |
| ENG. SÉRGIO MOTTA | 1999 | 14 | 1.540,00 | 1.017,00 |
| JAGUARI | 1972 | 2 | 27,6 | 14,00 |
| PARAIBUNA | 1978 | 2 | 85,0 | 50,00 |
| TOTAL | | 57 | 7.455,30 | 3.916,00 |

Os reservatórios de Ilha Solteira e Três Irmãos estão ligados pelo Canal Pereira Barreto, formando um complexo hidrelétrico.

Fonte: www.cesp.com.br, adaptado: OCON, D.C.M.

Este trabalho destaca a construção do lago da UH Engenheiro Sérgio Motta, por tanto suas características particulares são: 28 km a montante da confluência com o Rio Paranapanema. Sua barragem, a mais extensa do Brasil, tem 10.186,20 metros de comprimento e seu reservatório, 2.250 km².

A primeira etapa do enchimento do reservatório, na cota 253,00 metros, foi concluída em dezembro de 1998 e a segunda etapa, na cota 257,00 m, em março de 2001, essas fases de enchimento está relacionado diretamente as etapas de funcionamento e aumento de produção, já destacado neste trabalho.

Em Outubro de 2003, entrou em operação a unidade geradora 14, totalizando assim, 1.540 MW de potência instalada. Dispõe de eclusa para navegação no Rio Paraná: Início de navegação em janeiro de 1999, com largura útil 17,00 m e comprimento 210,00 m e capacidade de transposição de carga: 27.000.000 t/ano.

Os reservatórios de Ilha Solteira e Três Irmãos são interligados pelo canal Pereira Barreto, que é navegável. Além disso, as usinas da CESP são integradas ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e despachadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico

(ONS). O Sistema Interligado Nacional – SIN é responsável pelo planejamento, coordenação e controle de um setor energético, através do Operador Nacional de Sistema Elétrico (ONS), que é responsável pelo atendimento de cerca de 98% do mercado brasileiro de energia elétrica.

Portanto, dada as características gerais das Usinas Hidrelétricas brasileiras construídas pela CESP, pode-se considerar que é a partir do crescimento do setor industrial brasileiro, com base justificada na Revolução Industrial, é criado a necessidade de propagação de usinas hidrelétricas no Brasil, isso considerando que a energia elétrica é fonte primária às indústrias, no qual o Estado é atuou e atua como agente dinamizar deste processo, principalmente através de planos de governos, utilizando-se das indústrias como componente de veiculação do desenvolvimento local¹².

Especificamente nesta pesquisa a construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) e a geração de seu lago, foi destacada partindo do princípio que a implantação do lago gera diversas contradições. Assim como, a instalação de uma UH cria um ideário político-social de desenvolvimento local, a implantação dessa dissemina desigualdades espaciais.

¹²Ver SOUZA, A. de O. A Estratégia dos Distritos Industriais como instrumento de desenvolvimento regional e a sua aplicabilidade em Mato Grosso do Sul. Tese de Doutorado. USP: São Paulo, 2002.

1.3. As espacialidades em Anaurilândia

As desigualdades sociais tem sido característica marcante no modelo de produção e consumo capitalista, mas aqui neste trabalho, como estudo de caso, percebe-se através de levantamento de dados primário e secundário que a instalação de uma Usina Hidrelétrica gera conflitos, principalmente no que tange decisões sobre as medidas compensatórias destinadas aos lugares atingidos tanto pela barragem quanto pela criação do lago.

Porém, além de conflitos há muitos acordos firmados entre Estado e Construtora, as medidas de compensação sobre este tipo de construção recria “novas” espacialidades locais, permite a ocorrência de práticas sociais, políticas e econômicas antes inexistentes. Como estudo de caso, em Anaurilândia entre os atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta encontra-se os fazendeiros, com parte e algumas vezes totalidades de suas terras submersas pela criação do lago, os trabalhadores das fazendas (peões, caseiros, cozinheiras, entre outros...), sitiantes, proprietários de pequenas porções de terra, em geral viviam da agricultura familiar, estes tinham a terra não só como meio de sobrevivência humana, mas também como apego pelo lugar de moradia, como também a flora e fauna existente. Além desses citados aqui, há necessidade de destacar entre as classes trabalhadoras, os pescadores e os oleiros, que tiveram um rearranjo sócio-espacial em suas atividades de trabalho.

Portanto, em meio a uma construção que recebeu a incumbência ideológica de desenvolvimento local, o minimizador deste processo de contradição, como já dito, se dá através do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta)¹³. Entende-se que é

¹³Os municípios que estão amparados pelo Termo de Ajustamento de Conduta, são: Anaurilândia, Bataguassu, Santa Rita do Pardo, Brasilândia e Três Lagoas, assim: TÍTULO 1 – OBJETIVO: Cláusula 1ª - O presente termo de ajustamento de Conduta (TAC) representa transação, nos termos do artigo 1025 do Código Civil, visando pôr fim a todas as demandas promovidas contra a CESP, pelo Ministério Público e pelo Estado de Mato Grosso do Sul, em especial a Ação Cautelar nº 2000.60.00.07507-2 com trâmite na 3ª Vara da Justiça Federal da subseção Judiciário de Campo Grande-MS, e Ação Civil Pública nº 96.0010622, com trâmite na 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campo Grande-MS, tendo por objeto: I – todas e quaisquer perdas, danos e prejuízos causados ao Estado de Mato Grosso do Sul, em razão da construção e da exploração da Usina Hidrelétrica Eng. Sérgio Motta, compreendidos o Reservatório e toda a estrutura que a integra, até a presente data; II – todos e quaisquer impactos ou alterações causadas direta ou indiretamente pela Usina Hidrelétrica Eng. Sérgio Motta aos Municípios citados acima; ao meio ambiente e a sócio-economia até esta data, sem prejuízo do atendimento, pela CESP, dos demais itens contemplados

necessário que haja um documento que firme algumas negociações de cunho compensatório aos danos sobre a construção deste tipo de obra, como também entende-se que a comunidade local deva participar ativamente do processo de negociação entre o Estado e a Companhia, uma vez que essa é o segmento atingido diretamente sobre a construção, por isso destacamos aqui as medidas compensatórias aos ex-moradores/trabalhadores e flora e fauna da área do município de Anaurilândia atingido pela UH Engenheiro Sérgio Motta.

1.3.1. Proprietários de terras

Os proprietários de grandes propriedades de terras no município de Anaurilândia fizeram parte desta reconfiguração sócio-espacial ocorrida durante a construção do lago da UH.

Entre os atingidos pela construção do lago da UH existem aqueles que tiveram parte de suas terras submersas, como também aqueles que tiveram toda a sua propriedade alagada, e como forma de indenização aos fazendeiros, a CESP, comprou a área que estava prevista no projeto de implantação da UH.

Atualmente existem lugares no município de Anaurilândia, principalmente dentro de propriedades onde pode-se observar a existência de estacas de madeiras¹⁴ que delimitam a área que a CESP comprou para a criação do lago, fato observado durante o levantamento de dados primários.

O acordo firmado entre proprietários de terras e CESP, ocorreu no início da obra, durante levantamento de dados primários e de opinião, teve-se contato com um proprietário de terras a margem do lago da UH Engenheiro Sérgio Motta, este relatou que o acordo foi estabelecido no início da década de 90. O preço da terra foi calculado e vendido de acordo com o preço estabelecido na época, mas foi dado prazo segundo o relato “longo” para que estas terras fossem pagas aos ex-proprietários.

A área comprada pela CESP foi sendo alagada aos poucos, isso é, a medida que a UH estava sendo implantada. Quando a UH estava totalmente construída, no

pelo IBAMA, em 01.12.2000, na Licença de Operação n° 121/00, e que fica fazendo parte integrante deste TAC.

¹⁴Além de delimitar a área de propriedade, atualmente da CESP, essas serviram como marcos de negociação entre proprietários de terras e a companhia.

início de seu funcionamento, esta não teve toda a potencialidade em execução (dito p. 20), assim a área alagada foi, relativamente junto as etapas de funcionamento da obra.

1.3.2. Trabalhadores e assentados

Como dito anteriormente, existiam além de proprietários de terras, pessoas e até mesmo famílias de trabalhadores que residiam ou trabalhavam nos locais de alagamento. Essas pessoas foram “retiradas” através de negociação com o poder público local, e assentadas em dois assentamentos rurais.

Durante o processo de alagamento da área que compõe, hoje, o lago da UH Sérgio Motta existia um assentamento, assentamento da Gleba Guapé, cujas famílias ainda não possuíam título definitivo de posse da terra. Assim, os assentamentos foram implantados seguindo a normativa denominada Projeto Santa Ana Mineira e Projeto Santa Rosa (Casulo), respectivamente: um (1) localizado a leste do município, a 32 Km da área urbana, a propriedade em que se localiza este projeto era de propriedade de Paulo Constantino. Esse assentamento abriga 72 famílias, essas reassentadas. Além da propriedade foi negociado auxílio financeiro e maquinários para a produção.

Já o outro assentamento está localizado na porção norte do município situa-se a 8 Km da área urbana, a propriedade em que se localiza este projeto era de propriedade de Reinaldo Mellen. Esse abriga 51 famílias de trabalhadores, esses trabalhadores em parte era/são: peões, oleiros, ribeirinhos/pescadores. Este assentamento é conhecido popularmente por Projeto Casulo, porque houve a tentativa de implantar junto ao assentamento o cultivo do bicho-da-seda.

1.3.3. Sustentabilidade Ambiental

Assim, como os proprietários e trabalhadores das terras alagadas pela criação do lago, a flora e a fauna, estiveram envolvidos nesta ação, e como forma de minimização aos impactos ambientais, foi tratado, através do TAC a compra de uma área para abrigar os animais retirado do local alagado.

Seção 3 – IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.

Cláusula 10^a – A CESP buscará adquirir os imóveis ainda remanescentes do “Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema”, completando sua área para a efetiva implantação da Unidade de Conservação.

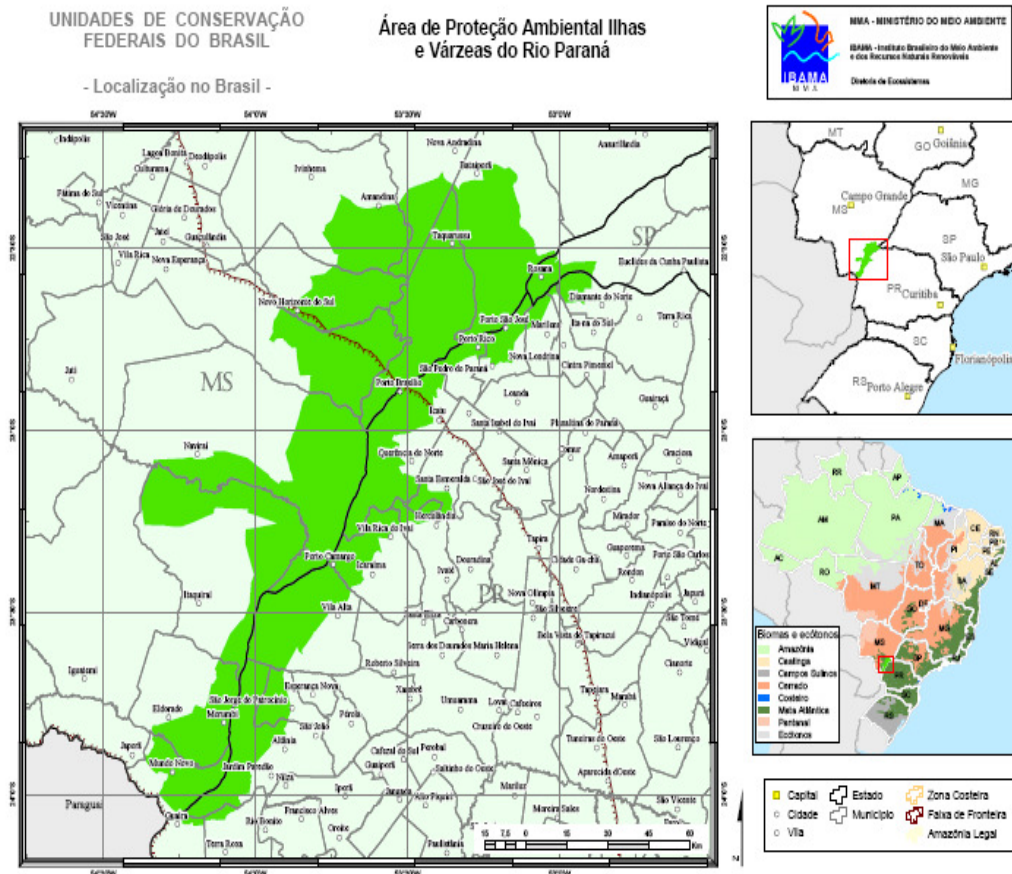
Parágrafo único – A CESP arcará com os custos necessários para a aquisição e implantação da infra-estrutura necessária ao uso da Unidade de Conservação. Para sua manutenção e desenvolvimento enquanto perdurar a operação da Usina Hidrelétrica Eng. Sérgio Motta, será repassado R\$ 800.000,00¹⁵ (oitocentos mil reais) por ano, convertidos em UFERMS (unidade fiscal de referência de Mato Grosso do Sul), na forma, condições e prazos estabelecidos em acordo anterior firmado entre os signatários.

Criado em 1998, através do Decreto nº 9.278¹⁶, este local é uma Unidade de Conservação (UC) está entre as UC de Uso Integral e recebe o nome de Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema, este está situado nos municípios de Jateí, Naviraí e Taquarussu, como pode ser visualizado na Figura 2 – Área de Proteção Ambiental e Várzeas do Rio Paraná, que corresponde a uma parte da área total é de 73.345,15 hectares, cuja sua característica é de predominância do bioma do cerrado, com manchas de mata atlântica.

¹⁵ Equivalente a US\$ 350.877,19 (trezentos e cinquenta mil oitocento e setenta e sete e dezenove dólares), cotação do dia 12/02/2009.

¹⁶ Disponível no site <http://www.imasul.ms.gov.br/gbio/uc/DECRETO%20PVI.php>, acessado em 08/12/2008, as 10 horas e 30 minutos.

Figura 2 – Área de Proteção Ambiental e Ilhas e Várzeas do Rio Paraná na divisa entre São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná



Fonte: http://semat.taquarussu.ms.gov.br/img/mapa_apa.pdf, acessado em 08/12/2008, as 11 horas.

Os municípios de Jateí, Naviraí e Taquarussu recebem mensalmente recurso financeiro relacionado a área da UC, este é denominado ICMS¹⁷ ecológico, em contrapartida das atividades econômicas antes existentes no local.

O valor do ICMS ecológico é calculado mediante ao tamanho da área do município que está localizado em território pertencentes a Unidade de Conservação, esta UC está sob regimento do Estado de Mato Grosso do Sul, através do Instituto de Meio

¹⁷Segundo Constituição Art. 155, Inciso II – operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

No caso do ICMS ecológico é um Tributo direcionado aos Municípios, Estados e Distrito Federal para utilização em ações de preservação e educação ambiental.

Ambiente de Mato Grosso do Sul, por meio da Superintendência de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Uma das críticas a este tipo de medidas, tanto quanto os projetos de assentamento, como também a implantação de UC, e até mesmo quanto a obra da UH em si, é a forma com que estes desconfiguram os espaços socialmente construídos e implantam pseudo-projetos de minimização de impactos sociais e ambientais.

Concomitantemente representa o olhar e a prática moderna de fragmentação e individualização social, como se essas obras pudessem “devolver¹⁸, ou até mesmo resgatar¹⁹”, à população e aos animais, os valores e costumes que estão e estavam ligados diretamente ao seu espaço de moradia e trabalho.

Embora o objeto de análise neste trabalho de pesquisa seja a produção e consumo do espaço geográfico através da atividade turística há reflexões que ampliam a temática da prática turística, uma vez que esta é entendida como atividade social, que extrapola a idéia reducionista do econômico.

No caso do município de Anaurilândia tanto a desapropriação de terras como as formas legais de “minimização dos impactos sociais e ambientais”, sob a construção da UH Engenheiro Sérgio Motta, é preocupação neste trabalho. Embora a ênfase é dada no rearranjo espacial de promoção e inserção da atividade turística como produtora de um determinado espaço, pensa-se que este espaço é reflexo do processo de interação social dos lugares.

Como a observação envolve dois municípios distintos há comparação entre a forma de inserção da atividade turística, mesmo com o intuito de compreender duas realidades temporal e espacialmente diferenciadas, aponta-se, a seguir, a caracterização do município de Fátima do Sul.

¹⁸ A palavra *devolver*, aqui empregada, é utilizada no sentido em que essas pessoas ou famílias tiveram algo retirado, e os projetos “sociais” devolverão toda a espacialidade retirada.

¹⁹ Já a palavra *resgatar*, aqui empregada, é utilizada no sentido em que essas pessoas ou famílias tiveram algo tomado de si, e os projetos irão reavivar o que parece estar oculto.

1.4. As espacialidades em Fátima do Sul

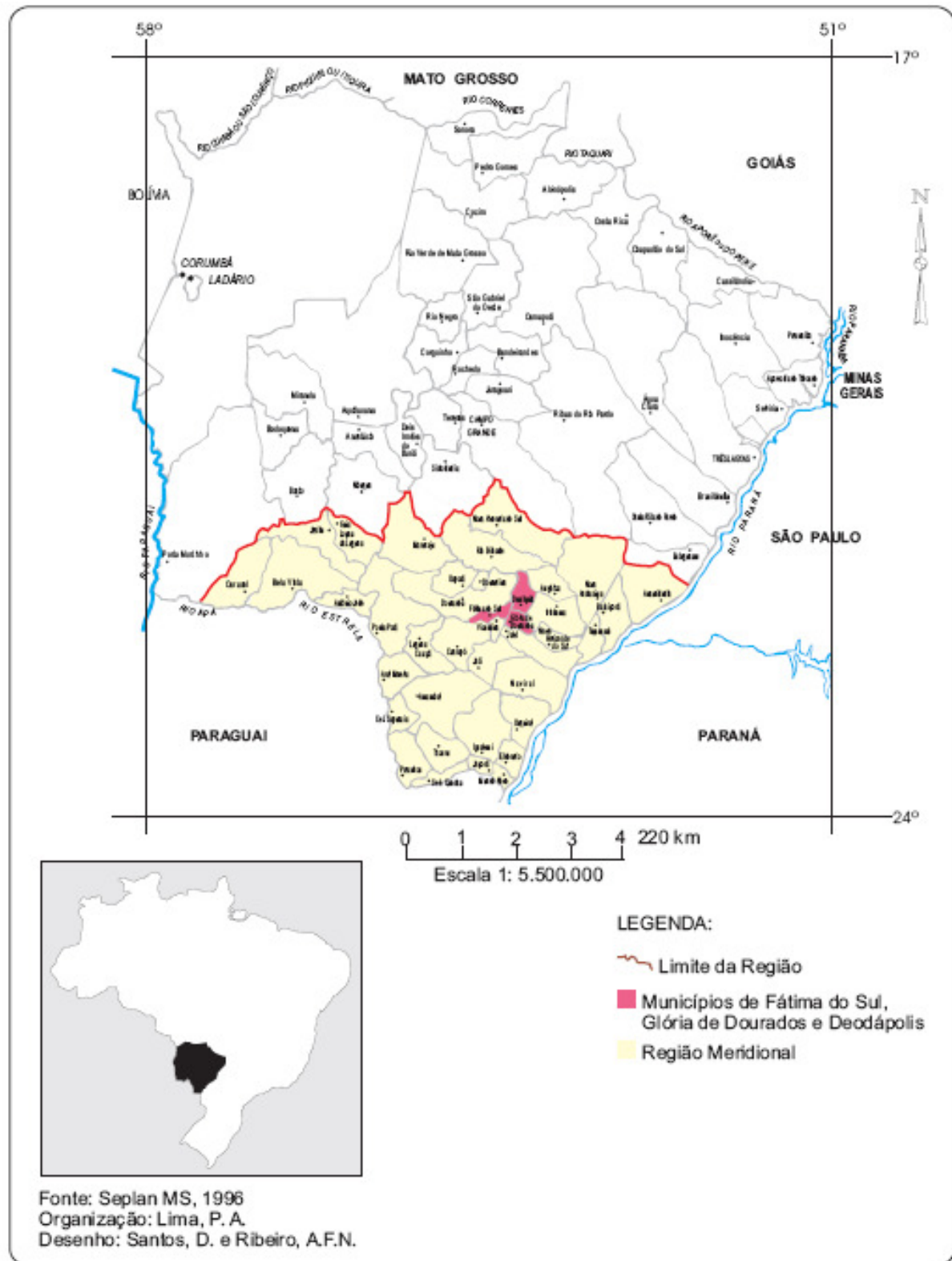
O município de Fátima do Sul²⁰ localiza-se na região sul do Estado de Mato Grosso do Sul, faz divisa territorial com os municípios de: Glória de Dourados, Vicentina, Dourados, Deodápolis e Juti, ver MAPA 1 – Estado de Mato Grosso do Sul, em destaque os municípios de Anaurilândia e Fátima do Sul.

Com aspectos históricos distintos de Anaurilândia, o município de Fátima do Sul foi um dos que surgiu sob influência da CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados).

A historicidade que envolve o surgimento e efetivação da política de governo de Getúlio Vargas, pelas Colônias Agrícolas Nacionais, não é objetivo de pesquisa neste trabalho, mas cabe destacar aspectos sócio-espaciais de consolidação da CAND, na construção do espaço em que está localizado, hoje, o município de Fátima do Sul (Figura 3 – Figura de Abrangência espacial da Colônia Agrícola Nacional de Dourados).

²⁰A sede do município margeia o rio Dourados, tanto em sua margem direita quanto esquerda. Posiciona-se, de acordo, com as coordenadas geográficas do globo terrestre entre os 22° 22' 27" de latitude-sul e 54° 30' 50" longitude-oeste, conta com uma variação 352 metros de altitude, na sede administrativa. Entre os aspectos populacionais, segundo a contagem da população realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2007, este município possui 18.789 habitantes, o que o caracteriza-a como município com pequeno número populacional.

Figura 3– Figura de Abrangência espacial da Colônia Agrícola Nacional de Dourados



Fonte: LIMA, P. A. Transformações da Paisagem nos municípios de Fátima do Sul, Glória de Dourados e Deodápolis: região meridional de Mato Grosso do Sul. Tese de Doutorado. Rio Claro: Unesp, 2006.

A CAND foi parte da política estatal do governo federal de Getúlio Vargas, iniciada na década de 1940 através da criação de Colônias Agrícolas Nacionais - CAN. Sendo que na região Centro-oeste do território brasileiro foi criado a CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás no Estado de Goiás em 1941 e a CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados no sul do antigo Mato Grosso em 1943, território hoje pertencente ao Estado de Mato Grosso do Sul.

Atrelada ao projeto desenvolvimentista de Vargas, a campanha de expansão populacional, através de Colônias Agrícolas Nacionais, recebeu o nome de *Marcha para Oeste e Rumo ao Oeste*, com a criação da CAND buscava-se atrair migrantes para a região sul do Estado de Mato Grosso. Sob isto, OLIVEIRA, B. C. (1999, 70-75) considera que, a partir de 1938, o Estado Novo brasileiro, governado por Getúlio Vargas, desencadeou a campanha *Marcha para Oeste*, com o objetivo de colonizar oficialmente os espaços considerados “vazios²¹”. A campanha *Marcha para Oeste* estava vinculada ao projeto colonizador, que propunha a “Reconstrução da Nação”.

A “Reconstrução da Nação” intermediada pelas Colônias Agrícolas Nacionais foram apresentadas ao povo brasileiro como a chave para o desenvolvimento econômico e para a conquista do território como um todo.

Assim, para alcançar os objetivos do projeto, Vargas utilizou-se de artifícios de sensibilização da população brasileira, em prol da construção de uma Nação em conjunto com a população. Em busca da colaboração da sociedade para a “Reconstrução da Nação”, VARGAS, G. apud OLIVEIRA, B. C. 1999, p. 71, pronuncia discursos justificadores da necessidade de expansão populacional pelo território brasileiro, um dos discursos proferido pelo então Presidente da República, em Goiás, no ano de 1940, foi:

Após a reforma de 10 de novembro de 1937, incluímos essa cruzada [rumo ao oeste] no programa do Estado Novo, dizendo que o verdadeiro sentido de brasilidade é o rumo ao oeste. Para bem esclarecer a idéia, devo dizer-vos que o Brasil, politicamente, é uma unidade. Todos falam a mesma língua, todos têm a mesma tradição histórica e todos seriam capazes de se sacrificar pela defesa do seu território. Considerando-a uma unidade indivisível, nenhum brasileiro admitiria a hipótese de ser cedido um palmo desta terra, que é o sangue e a carne do seu corpo. Mas se politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente. Sob este

²¹Na porção territorial sul do Estado do Mato Grosso, nesse período, existia populações e até mesmo empresas privadas de grande porte instaladas, o que se buscava era o aumento populacional das áreas de Colônias.

aspecto assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios. As ilhas já atingiram um alto grau de desenvolvimento econômico e industrial e as suas fronteiras políticas coincidem com as fronteiras econômicas. Continuam, entretanto, os vastos espaços despovoados, que não atingiram o necessário clima renovador, pela falta de toda uma série de medidas elementares, cuja execução figura no programa do Governo e nos propósitos da administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transportes. No dia em que dispuserem todos esses elementos, os espaços vazios se povoarão. Teremos densidade demográfica e desenvolvimento industrial. Deste modo, *o programa de “Rumo ao Oeste” é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade*²², dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras.

Percebe-se que a campanha *Marcha para oeste* era entendida por Vargas como a condição primordial de expansão populacional e conquistas de espaços econômicos.

Para OLIVEIRA, B. C. (1999) esta campanha foi um projeto colonizador e de nacionalização das fronteiras do Estado Novo, que envolvia governos estaduais, políticos regionais, empresas locais e pessoas que se dispusessem a migrar para as regiões despovoadas ou semi-povoadas, mas, nota-se em OLIVEIRA, B. C. (1999, p. 49) que ideologicamente, entre os principais ideais do governo de Vargas através da campanha *Marcha para Oeste*, era a retomada das pessoas ao campo, principalmente daqueles que se encontravam desempregados nas cidades e conhecia o ofício da terra, a autora faz essa afirmação após análise de trecho da obra *A nova política do Brasil de Getúlio Vargas*:

[...] o êxodo dos habitantes do interior, atraídos pelas ilusórias facilidades de trabalho abundante e bem recompensados, para os centros urbanos de vida intensa. O proletariado das cidades aumentou desproporcionalmente, originando o pauperismo e todos os males decorrentes do excesso de atividades sem ocupação fixa. [...] Cumpre-nos incentivar, por todas as formas, a volta ao bom caminho. Os atalhos que nos podem levar a ele são muitos, mas o rumo, um só: o retorno aos campos.

Assim, a volta ao campo era entendida por este governo como a volta ao “bom caminho”, pode-se pensar com isto que a CAND foi uma das formas de incentivo ao

²²Grifo nosso.

retorno da vida no campo, além de se tornar uma oportunidade para as pessoas que não possuíam terras. Aponta-se que a campanha foi um dos principais motivos precursores do aumento populacional no Sul de Mato Grosso, para LIMA, P. A. (2006, p.70) o que principalmente facilitou a ida de pessoas aos lugares de implantação das Colônias Agrícolas Nacionais foi:

A distribuição gratuita de terras em região de solo fértil era um forte atrativo, principalmente para os flagelados da seca no nordeste [...] De início, a tentativa do governo federal deparou-se com um grande obstáculo que era a presença da Cia. Mate Laranjeira, arrendatário de grande área de terras do Estado de Mato Grosso e impedindo o povoamento dessa área.

Mas enquanto alguns elementos atraíam pessoas às CAN o arranjo político e espacial no momento histórico em que surge a CAND era de expansão populacional pelo território brasileiro, e, além da “terra prometida” vários foram os motivos que levaram a efetivação da saída de pessoas dos seus lugares de trabalho e moradia para se “aventurar” por terras desconhecidas.

As pessoas que chegaram em território, hoje, fatimassulense se deparam com um lugar já habitado, por pessoas e seus costumes. Lima observa que anterior a ocorrência da Colônia Agrícola Nacional de Dourados existia no Sul do Mato Grosso a Companhia Mate Laranjeira, segundo JESUS, L. C. (2004, p. 29), esta companhia formou-se no período após a Guerra do Paraguai (1864-1870),

[...] quando o governo imperial resolveu demarcar definitivamente as fronteiras com a república paraguaia. Assim, em 1872 forma-se uma comissão encarregada de demarcar os limites entre Brasil e Paraguai. Nessa comissão destacou-se Thomaz Laranjeira [...]. Assim, a partir de 1877, Laranjeira passou a explorar a erva-mate no SMT [Sul do Mato Grosso²³], na clandestinidade, porém, seu negócio tornou-se um empreendimento rendoso a partir de 1878, em Concepción, no Paraguai, quando deu início oficialmente aos trabalhos ervateiros, inclusive com contratos assinados para esse fim.

²³Período em que os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul pertenciam a apenas uma Unidade da Federação. Somente no ano de 1979, foi que o Mato Grosso do Sul foi consolidado como um Estado.

Em Mato Grosso do Sul, a entrada da erva-mate, deu-se no sentido oeste-leste, sua entrada ocorria em vários pontos da divisa entre os dois países, um dos pontos era onde se localiza, a cidade de Pedro Juan Caballero - Paraguai, e Ponta Porã²⁴ - Brasil.

Uma questão que deve ser ressaltada é que a empresa, Companhia Mate Laranjeira, consolidou-se sobre o território e monopolizou toda a área de plantio e comercialização da erva-mate, dificultando o povoamento do lugar, para LIMA, P. A. (2006, p. 70): *A forma de transpor os obstáculos [de povoamento] foi a criação do território de Ponta Porã²⁵, pois com isso Vargas transferia o domínio sobre as terras arrendadas pela Cia Mate Laranjeira para o âmbito federal, acabando o monopólio dessa empresa e [mais tarde] criando a CAND.*

Além do estímulo governamental, através da criação do Território de Ponta Porã, e em seguida a criação da CAND, aponta-se outros fatores que facilitaram a ocupação da região sul do Mato Grosso, segundo LIMA, P. A. (2006, p. 68): *o esgotamento das terras paulistas e paranaenses, a melhoria do sistema de transporte rodoviário, com o surgimento do caminhão e o transporte fluvial pelo rio Paraná. A existência da mata nativa, com abundância de madeira, e as terras férteis provenientes do basalto também estimularam a implantação da lavoura cafeeira na região.*

Portanto, o intuito do governo federal era ocupar as terras ainda “inexploradas”, no sul do então Mato Grosso. Com esta espacialização, a CAND, como mais uma tentativa de ficção de pessoas nestas áreas, foi criada através do decreto nº 5941, de 28 de outubro de 1943²⁶, na qual foram distribuídos 8.800 (oito mil e oitocentos) lotes, totalizando uma área de 187.113 hectares, cuja a área compreende, atualmente, os municípios de: Dourados, Douradina, Fátima do Sul, Jateí, Vicentina, Glória de Dourados, Deodópolis e Angélica.

A distribuição das terras obedeceu a alguns critérios, como: a preferência era dada a famílias mais numerosas, os lotes não poderiam ser vendidos, hipotecados, alugados, permutados, alienados ou transferidos, sem a expedição do título definitivo de posse. Cada lote era considerado de pequeno porte, isto é, de 20 a 30 hectares e no início contou com a tradição da policultura: lavoura de subsistência intercalada com a lavoura comercial e a criação de animais domésticos.

²⁴ Em Ponta Porã existe o museu municipal da Erva-mate.

²⁵ Criado em 1943 e destituído 1945, logo após o desmembramento das terras antes ocupadas pela Companhia Mate Laranjeira.

²⁶ LIMA, P. A. (2006, 72-73) faz apontamento de que a implantação só foi efetivada no ano de 1948, e a maioria dos colonos foram nordestinos.

Além dos planos de governo em busca do povoamento no sul do Mato Grosso, alguns empreendimentos particulares foram responsável direto pela entrada de pessoas, inclusive nos municípios em questão neste trabalho de pesquisa e em seu entorno. PEBAYLE e KOECHILIN *apud* LIMA, P. A. (2006, p. 68) discorrem que:

Durante os anos 50, os centros de colonização da Companhia Viação São Paulo Mato Grosso, que comprou do tcheco Jan Bata cerca de 6.000 km² de terra hoje repartidas entre os municípios de Batayporã, *Anaurilândia* e Bataguassu. A Companhia Moura Andrade, depois de haver colonizado a região de São Paulo, a qual deu seu nome (Andradina) encontrou nas altas bacias dos rios Samambaia, São Bento e Imhanduí – Guassu uma outra razão de negócios e de alto a personalidade (Nova Andradina é a sede desta colonização). A Companhia de Melhoramentos e Colonização S. A. ou SOMECO, devia, por sua vez, lotear as terras florestais do vale médio e inferior do rio Ivinhema, entre os domínios de Bata e a *CAND*. Todas essas Companhias e os pequenos centros de colonização mais modestos que os circundam (Naviraí²⁷, Caarapó, Rio Brilhante) conheceram uma evolução mais ou menos similar.

Portanto, na década de 1950 já existia a presença de grande número de colonos fixados à margem esquerda do rio Dourados, segundo LIMA, P. A. (2006, p. 84) *aguardavam a abertura da segunda zona da Colônia Federal, este pequeno povoado era conhecido por Vila Sapo*. Em detrimento disto, alguns estabelecimentos comerciais foram surgindo e estendendo o povoado a margem direita do rio Dourados, este passou a ser chamado de Vila Brasil, ao ser elevado a distrito e posteriormente a município recebeu o nome de Fátima do Sul.

Com características comerciais e de expansão populacional o município de Fátima do Sul teve ascensão, atualmente este município possui a agricultura e o comércio como as principais atividades econômicas, o que pode ser visualizado na Tabela 2.

²⁷ Em Naviraí esteve presente no período de povoamento a Companhia Vera Cruz.

Tabela 2 - Imposto sob Circulação de Atividade Econômica – Fátima do Sul

| ESPECIFICAÇÕES | 2006 |
|-----------------------|--------------|
| Total | 3.930.246,17 |
| Comércio | 1.000.528,76 |
| Indústria | 75.558,06 |
| Pecuária | 25.501,13 |
| Agricultura | 2.161.733,00 |
| Serviços | 30.683,71 |
| Eventuais | 36.241,51 |

Fonte: Secretaria de meio ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul.
Adaptado: Ocon, D. C. M. 2008.

Para LIMA, P. A. houve uma reestruturação produtiva na região em que se localizava a CAND, passando (2006, p. 119): *...da predominância da lavoura, na época da CAND, principalmente na década de 1970, para a pecuária extensiva, a partir da década de 1980, o que determinou recuo demográfico e êxodo rural.*

Outro fator que sofreu transformações do período original da CAND até os dias atuais, para o autor, é a caracterização da agricultura através da predominância do cultivo mecanizado, modificando os tipos de culturas. Pois, quando vigorava o sistema de roças, misturavam-se lavouras de subsistência com as comerciais, atualmente as propriedades têm como características principais o cultivo monoculturas em grandes extensões territoriais.

Num ambiente repleto de velhos e novos costumes/significados a atividade turística surge como uma alternativa econômica à Fátima do Sul e concomitantemente reorganiza formas e funções a determinados espaços.

Neste contexto, através da Ciência Geográfica pode-se contribuir ao pensar como os espaços tem sido produzidos a partir de necessidades estabelecidas individualmente, em que as necessidades e espaços coletivos são apropriados por lógicas privadas de acumulação de capital.

Além da Geografia, outras ciências podem colaborar ao pensar e questionar os modos como os espaços têm se tornado reflexo de espacialidades sociais externas de uma dada realidade.

Mas sob a ótica da construção do pensamento geográfico através do conceito de espaço geográfico, e suas implicações no arranjo espacial para a prática do Turismo é que se pretende demonstrar as contradições presentes na Produção e Consumo desses espaços.

2. A produção do espaço geográfico e atividade turística

2.1. A Produção do Espaço Geográfico

Com base nas reflexões que permeiam especificamente as categorias tempo, espaço e território e suas construções teórico e empírica, procura-se enfatizar a conceitualização de produção do espaço geográfico, realizando uma interlocução entre a teoria da produção social do espaço geográfico e os elementos que atuam como produtores dos lugares²⁸, dando ênfase principalmente à atividade turística, sendo esta parte do processo de desenvolvimento histórico e social dos municípios Anaurilândia e Fátima do Sul.

Entende-se que o espaço geográfico seja construído através de relações sociais a partir de necessidades criadas e estabelecidas em determinados períodos históricos, definindo lugares físicos e práticas humanas. Atualmente, pode-se notar que o conceito de *espaço* tem sido utilizado por diversas ciências. O autor Douglas Santos em “A Reinvenção do Espaço” (2002, p. 17-21) cita a ciência geográfica e a física, e ainda, destaca os elementos que as duas ciências têm se apropriado para realizar suas análises, conforme citação:

...tanto para a física quanto para a geografia a noção de espaço ultrapassa os limites da identificação do objeto e coloca-se como uma espécie de identidade epistêmica, é fato, também, que tanto uma quanto a outra (ou, talvez, a maioria dos físicos e geógrafos) está, no entanto, mais preocupado em descrevê-lo que, propriamente, em conceituá-lo²⁹.

No ano de 1977, Milton Santos já questionava a forma com que a ciência geográfica conceituava o espaço geográfico, através de trecho da obra pode-se observar

²⁸ Há diversas bibliografias na geografia que discutem o conceito de *lugar*, entre elas estão: RIBEIRO, W. C. Do Lugar ao mundo ou o mundo no Lugar? In.: Revista Terra Livre, n° 11-12. São Paulo, 1996.

MASEY, Doreen. Um sentido global do Lugar. In.: ARANTES, A. (org): O Espaço da Diferença. Campinas: Papirus, 2000, p. 176-185.

²⁹ Milton Santos é, sem dúvida, uma exceção à regra, mas as dificuldades de seu texto A Natureza do Espaço(1996) – no qual a tentativa de conceituar o espaço já se expressa no próprio título – são materiais mais que suficientes para que tenhamos de nos deter em torno dos problemas gerados pela reflexão de caráter metafísico. (SANTOS, D. 2002, p. 17)

que além de sua preocupação com o conceito, distingui uma categoria, Formação Econômica e Social³⁰, para auxiliar na construção de uma teoria do espaço geográfico:

Pode-se dizer que a Geografia se interessou mais pela forma das coisas do que pela sua formação. Seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede de apreender a realidade se não se faz intervir a História. Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois, a História não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social.

A questão, portanto, da conceitualização, sobre o conceito de espaço geográfico aparece como preocupação neste trabalho de pesquisa, uma vez que, este, aborda dois lugares distintos, propondo uma investigação sobre a existência ou não de elementos histórico sociais, sobre a produção de espaços propícios a prática turística. No entanto, visualiza-se, através das territorialidades presentes em Anaurilândia e Fátima do Sul, a lógica com que a materialização de alguns elementos contemporâneos têm sido recriados ao longo do tempo, não só no lugar mas juntos a uma lógica resultante do modo de organização e produção capitalista.

Como esboço, atenta-se para a obra de Douglas Santos, citada anteriormente, pois, esta contribui em vários momentos para o entendimento e conceitualização de espaço geográfico, especialmente, quando o autor nos atenta ao fato da não existência de múltiplos mundos e sim a existência de problemas diferenciados que se realiza na diferencialidade de um mesmo mundo, isto é, se pensarmos a atividade turística, pode-se dizer que esta, atualmente, está inserida num processo de organização espacial de

³⁰ Daí a categoria de Formação Econômica e Social parece-nos a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço. Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso. A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta. Deveríamos até perguntar se é possível falar de Formação Econômica e Social sem incluir a categoria do espaço. Trata-se de fato de uma categoria de Formação Econômica e Social (F.E.S.), tal qual foi interpretada até hoje. Aceitá-la deveria permitir aceitar o erro da interpretação dualista das relações Homem-Natureza. Natureza e Espaço são sinônimos, desde que se considere a Natureza como uma natureza transformada, um Segunda Natureza, como Marx a chamou. (SANTOS, Milton, 1977, p. 81-82.)

alguns lugares, os quais, estabelecem relações sociais, econômicas, políticas e simbólica³¹ constantemente com lógicas, muitas vezes, originadas e dominadas por interesses extra-local. Apenas para explicar, o simbólico pressupõe qualquer movimento do processo histórico da humanidade, isto para o autor citado neste parágrafo, [...] *a construção do simbólico pressupõe a experimentação e que um novo ato só se fará mediado pelo construído num processo contínuo de fusão e ruptura, unidade e alienação...* (SANTOS, Douglas 2002, p. 27).

Falar sobre os interesses extra-local, isto é, interesses que partem não necessariamente da necessidade do local e sim da lógica dos modos de produção e consumo, requer um entendimento detalhado de como as contradições e desigualdades sociais são apropriadas e traçam alguns aspectos de reprodução do capital através do consumo de mercadorias e até mesmo do consumo do espaço geográfico.

Para DEBORD, G. (1997, p. 112), o consumo, como a circulação de mercadorias torna-se em alguns momento subprodutos e no turismo, a: *...circulação humana considerada como consumo, resume-se fundamentalmente no lazer de ir ver o que se tornou banal. O planejamento econômico da frequência de lugares diferentes já é em si a garantia de sua equivalência. A mesma modernização que retirou da viagem o tempo, lhe retirou também a realidade do espaço.*

Baseado, portanto, na teoria da acumulação e relacionando ao entendimento da estrutura espacial HARVEY, D. (2005, p. 43-73) em diversos momentos de sua obra, considera que o sistema capitalista é dinâmico e expansível, onde a acumulação de capital se dá constantemente, sob a lógica de apropriação dos elementos presentes no cotidiano espacial.

Ainda, este autor, considera que no capitalismo, o crescimento econômico, é um processo de contradições internas, que, frequentemente, irrompe sob a forma de crises. Para ele a análise de Marx sobre esse sistema de produção de mercadorias, há diversas possibilidades de ocorrência de crises³². Para isto, a acumulação de capital depende basicamente da existência de um excedente de mão-de-obra, a existência no mercado de quantidades necessárias de meios de produção, como: máquinas, matérias-primas, infra-estrutura física entre outros e também a existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas.

³² Ver CHESNAIS, F.; DEMÉNIL, G.; LÉVY, D.; WALLERSTEIN, I. Uma nova fase do capitalismo? São Paulo: Xamã, 2003.

Portanto, ao falar em produção do espaço deve se levar em consideração aspectos tanto em relação aos modos de produção e como também de modos de organização social resistentes aos processos políticos e ideológicos impostos.

Mesmo quando se fala em espaço geográfico, nos trabalhos acadêmicos, a maior preocupação tem sido com o detalhamento dos aspectos físicos de uma determinada problemática em um lugar, mas, além disso, deve-se destacar as relações sociais de produção dos espaços, isto porque *o que pensamos de espaço jamais poderá ser compreendido sem que se reflita sobre o próprio movimento que cria, recria, nega e, pela superação, redefine a espacialidade dos próprios homens*³³ (Santos, D. 2002, p. 23).

Assim, David Harvey na obra “Condição pós-moderna” apresenta a conceitualização do espaço como uma preocupação, mostra que além do espaço o tempo³⁴, tem sido um conceito altamente quantificável pelas ciências, em geral, para estabelecer alguns elementos, os quais o autor tem pensado ser significantes para a produção do conceito de espaço e do tempo, ele formula um quadro³⁵, onde destaca a Acessibilidade e distanciamento, Apropriação e uso do espaço, Domínio e controle do espaço e Produção do espaço, através das: Prática espaciais materiais (vivido), Representações do espaço (percebido) e Espaços de representação (imaginado), ficando assim:

³³ Sobre o que Douglas Santos apresenta neste trecho de sua obra, como espacialidades dos próprios homens, pode ser pensada também em uma outra interpretação epistêmica em parte da obra Fenomenologia do Espírito de Hegel.

³⁴ Thompson, 1989, p. 39-93; Elias, 1989 apud SANTOS, D. 2002, p. 29: Espaço e tempo, da forma como hoje os concebemos, são a sistematização simbólica criada pelas e através das transformações advindas do desenvolvimento da sociedade burguesa (tese central). Produto e condição do processo, o que pensamos ser espaço e tempo são, na verdade, a ferramenta que possuímos para sistematizar a nossa relação com o mundo da maneira como hoje ele se nos apresenta. O mundo da acumulação, que só se torna praticamente possível na medida em que conquista o controle sobre a dinâmica das coisas, criou, a seu favor, o discurso da “transformação”, pois a mera descrição é incompatível com um processo produtivo que, cada vez mais e melhor, deve colocar tudo de que dispõe – como matéria-prima, máquina, força de trabalho, etc – a serviço da produção e reprodução ampliadas dos processos de apropriação do trabalho.

³⁵ Parcialmente inspirado por Lefebvre (1974).

Quadro 1 - “Grade” de práticas espaciais

| | Acessibilidade e distanciamento | Apropriação e uso do espaço | Domínio e controle do espaço | Produção do espaço |
|---------------------------------------|--|--|--|---|
| Práticas espaciais materiais (vivido) | Fluxos de bens, dinheiro, pessoas, força de trabalho, informação etc.; sistemas de transporte e comunicação; hierarquias urbanas e de mercado; aglomeração. | Usos da terra e ambientes construídos; espaços sociais e outras designações espaciais; redes sociais de comunicação e ajuda mútua. | Propriedade privada da terra; divisões administrativas e estatais do espaço; comunidades e bairros exclusivos; zoneamento excludente e outras formas de controle social (policimento e vigilância) | Produção de infra-estrutura física (transporte e comunicações, ambientes construídos; liberação de terra, etc.); organização territorial de infra-estruturas sociais (formais e informais). |
| Representação do espaço (percebido) | Medidas sociais, psicológicas e físicas da distância; mapeamento; teorias da “fricção da distância” (princípio do menor esforço, física social, alcance de um lugar bom e central e outras formas de teoria da localização). | Espaço pessoal; mapas mentais do espaço ocupado; hierarquias espaciais; representação simbólica dos espaços; “discursos” espaciais. | Espaços proibidos; “imperativos territoriais”; comunidade, cultura regional; nacionalismo; geopolítica; hierarquias. | Novos sistemas de mapeamento, de representação visual, de comunicação, etc.; novos “discursos” artísticos e arquitetônicos; semiótica. |
| Espaços de representação (imaginado) | Atração/repulsão; distância/desejo; acesso/negação; transcendência: “o meio é a mensagem” | Familiaridade; aconchego familiar; locais abertos; local de espetáculo popular (ruas, praças, mercados); iconografia e grafite; publicidade. | Estranheza; espaços de meio; propriedade e posse; monumentalidade e espaços construídos de ritual; barreiras simbólicas e capital simbólico; construção da “tradição”; espaços de repressão. | Planos utópicos; paisagens imaginárias; ontologias e espaço de ficção científica; esquetes artísticos; mitologias de espaço e lugar; poética do espaço; espaços do desejo. |

Fonte: HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. (p. 203)

Diante do quadro apresentado por Harvey, a discussão decorre a partir da consideração de que a Acessibilidade e distanciamento, através das práticas vividas, percebidas e imaginadas, funcionam como barreiras e defesas contra a interação humana, onde ela impõe custos de transação a todo sistema de produção e reprodução (particularmente àqueles baseados em alguma divisão social elaborada do trabalho, do comércio e da diferenciação social de funções reprodutivas). Já, no item, Apropriação do espaço apresenta como através das práticas humanas vividas, percebidas e imaginadas o espaço pode ser ocupado, podendo este ser ocupado de forma individualizada, coletiva e institucionalizada.

Ainda, sobre o quadro, no item Domínio e controle do espaço através também das práticas vividas, percebidas e imaginadas: pode-se observar a presença da propriedade da terra, as resistências e a simbologia, e o item Produção do espaço, percebe-se através das práticas vividas, percebidas e imaginadas a materialização de todas as relações antes decorridas, isto é, a representação daquilo que é vivido, percebido e imaginado.

Perante o capitalismo, observa-se que o controle e domínio da reorganização social ficam atrelados aos interesses de apenas uma classe social, a dominante, mas as resistências aos modelos reorganizacionais são elementos fundamentais neste processo de interação da sociedade com os elementos da natureza (esta, sendo pensada como elementos físicos, sem discorrer sobre a construção da idéia de natureza³⁶ em diferentes momentos históricos por sociedades também distintas), isto porque qualquer tipo de construção, é uma relação, podendo esta ser: de um grupo com outro grupo ou com um lugar, de um indivíduo com um grupo ou com um lugar e de indivíduo consigo mesmo.

Como o eixo central de discussão neste trabalho parte da produção e consumo do espaço geográfico através da atividade turística, cabe destacar como a produção do espaço em Anaurilândia e Fátima do Sul se efetiva a partir dessas práticas espaciais.

Como estudo de caso este quadro representaria Anaurilândia e Fátima do Sul através da seguinte forma:

³⁶ Ver:

BAUAB, F. P. A nova geografia da natureza: dos valores afetivos e simbólicos à universalização dos valores técnicos. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, 2002, disponível no site: [www. Ub.es/geocrit/sn/sn119-9.htm](http://www.Ub.es/geocrit/sn/sn119-9.htm).

CIDADE, L. C. F. Visões de mundo, visões da natureza e a formação de paradigmas geográficos. In.: Revista Terra Livre, n°. São Paulo, 2001.

**Quadro 2 –
“Grade” de Prática espacial para/pelo Turismo em Anaurilândia e Fátima do Sul**

| | Acessibilidade e distanciamento | Apropriação e uso do espaço | Domínio e controle do espaço | Produção do espaço |
|---------------------------------------|--|--|---|---|
| Práticas espaciais materiais (vivido) | A inserção da atividade turística em Anaurilândia e Fátima do Sul, não necessariamente aumentam: Fluxos de bens, dinheiro, pessoas, força de trabalho, informação etc.; sistemas de transporte e comunicação; hierarquias urbanas e de mercado; aglomeração. E sim promovem uma dinâmica entre as práticas existentes e as “novas” práticas. | O uso do espaço pelo Turismo em Anaurilândia e em Fátima do Sul é discutido através dos equipamentos e obras turísticas no caso deste estudo de caso, onde o Turismo tem suas premissas baseadas no discurso desenvolvimentista. | Assim como outras atividades o Turismo alicerça-se no modelo de propriedade privada da terra, em Anaurilândia através de loteamentos, pousadas e hotéis. Fátima do Sul diferencia por possuir Políticas Públicas de desenvolvimento do Turismo, e ao mesmo tempo distancia-se do lugar através de projetos extra-local. | Os equipamentos, obras e empreendimentos turísticos, que serão apresentados nesta dissertação, serão exemplos de produção do espaço por meio de infra-estrutura física. |
| Representação do espaço (percebido) | Mesmo sendo os espaços produzidos coletivamente, nesta dissertação, pode-se observar exemplos de distanciamento, isto é, o desuso de alguns equipamentos turísticos. | A propriedade e formas de uso do Balneário Municipal de Anaurilândia e das Pousadas podem ser exemplos da construção e representação simbólica. | A normatização de uso dos equipamentos de infra-estrutura turísticas estão ligados diretamente aos espaços permitidos e os espaços proibidos em Anaurilândia e Fátima do Sul. | A propaganda e divulgação dos empreendimentos turísticos produzem ideários de visitas turísticas, um exemplo disso são <i>outdoor</i> , panfletos e os calendários de eventos existentes nos dois municípios aqui observados. |
| Espaços de representação (imaginado) | Anaurilândia e Fátima do Sul tem vários elementos que se enquadra neste item, como por exemplo: espaço de atração a obra em si só, repulsão o valor cobrado por uma refeição, é também elemento de negação e distanciamento. | As obras públicas criam imaginário de bem coletivo e de uso público deixando de refletir sobre as formas de exclusão representadas em outros aspectos, como por exemplo: a distância de uma obra em relação a área urbana. | No Turismo a infra-estrutura acoplada para a mercantilização do espaço o torna muitas vezes estranho a grupos sociais locais. | Os espaços turísticos são produzidos sob lógica de idealização ocular e de espetacularização. |

Organizado por: OCON, D. C. M., 2009.

Após o detalhamento, didático, das práticas espaciais cabe destacar, ainda, que o espaço geográfico se reproduz através de práticas repletas de interesses políticos e econômicos, onde, este ao mesmo tempo em que se torna um lugar da reprodução capitalista, torna-se também mercadoria e produto de consumo, pode-se constatar isto, principalmente, quando as espacialidades estão atreladas diretamente aos espaços físicos, como exemplo: fluxos de pessoas, acesso/negação, usos da terra, hierarquias espaciais, locais de espetáculo, divisões administrativas, espaços proibidos, barreira simbólica (fronteiras administrativas), transporte e comunicações, mapeamento, paisagens, etc.

No entanto, além de reproduzir os espaços, estes são recriados através de espacialidades, que se movimentam por um processo incessante de disputas de interesses do lugar, e também, extra-local. Uma explicação para isso, é: se de um lado vivemos num mundo globalizado, onde os interesses e valores partem de um grupo hegemônico mundial, temos do outro lado poderes locais, com elos, capitalistas, estabelecidos, o qual buscam e criam condições de reprodução do espaço partindo unicamente de seus interesses. Na maioria das vezes os espaços são recriados sem condições nenhuma de “participação”³⁷ social, e estes portanto passam a expressar o que realmente pode vir a ser chamado de espaço do espetáculo.

Espaço este que é recriado a partir de decisões individualizadas, onde a sociedade de modo geral participa apenas como personagens dentro de uma lógica alienadora e promotora do espetáculo contemplativo dos lugares, isto é facilmente perceptível na atividade turística, isto levando em consideração que existem lugares que são criados e recriados unicamente para a promoção do consumo dos espaços turísticos, já que estes consomem não só o espaço físico, mas também a própria cultura e modos de vida.

Pode-se considerar ainda que a produção do espaço geográfico por meio de uma atividade econômica, na *sociedade do espetáculo*³⁸, que muito antes de se tornar econômica no modo de produção capitalista está sendo construída e reconstruída por relações humanas, Debord (1997, p. 15-19) diz:

³⁷ Participação de decisão.

³⁸ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Não é possível fazer uma oposição abstrata entre o espetáculo³⁹ e a atividade social efetiva: esse desdobramento também é desdobrado. *O espetáculo que inverte o real é efetivamente um produto*⁴⁰. Ao mesmo tempo, a realidade vivida é materialmente invadida pela contemplação do espetáculo e retoma em si a ordem espetacular à qual adere de forma positiva. A realidade objetiva está presente dos dois lados. Assim estabelecida, cada noção só se fundamenta em sua passagem para o oposto: a realidade surge no espetáculo, e o espetáculo é real. Essa alienação recíproca é a essência e a base da sociedade existente.

O autor admite ser o espetáculo o *movimento autônomo do não-vivo*, mas também relata que o espetáculo é a afirmação da aparência, e a afirmação de toda a vida humana, onde a aparência é organizada socialmente. O espetáculo nada mais é que o sentido da prática total de uma formação econômico-social. É o momento histórico que nos contém, a partir de práticas repletas de significados concreto e abstrato.

O movimento social de produção do espaço geográfico não é livre nem tão pouco neutro de interesses políticos e econômicos, observa-se que há uma construção humana do espaço, onde os indivíduos não são livres, pode-se ressaltar que além da decisão sobre a construção do espaço geográfico pelos interesses de uma classe, a “liberdade” do pensar e do ser, de cada indivíduo também está condicionada aos jogos de interesse.

E a atividade turística se reproduz alicerçada a esses interesses, sendo eles privados e até mesmo estatais. Como exemplificação disto, o município de Anaurilândia e Fátima do Sul, mesmo distintamente produzidos participam ativamente deste processo, onde empreendimentos privados e obras públicas se inserem no local, com apenas o interesse mercadológico e, ideologicamente, é propagada a idéia de uma atividade econômica “limpa” e promotora do desenvolvimento local.

Para melhor entender este envolvimento cabe destacar aqui o movimento de construção da atividade turística em diferentes momentos históricos estabelecendo elo com os espaços produzidos para o turismo em Anaurilândia e Fátima do Sul.

³⁹ Considera-se neste trabalho de pesquisa que a atividade turística é parte do arranjo espetacular construído socialmente no capitalismo.

⁴⁰ Grifo nosso.

2.2. A atividade turística

Pensar a atividade turística atualmente remete-nos a alguns elementos que ao longo da história da humanidade esteve presente.

Sendo assim, há necessidade em destacar os elementos que tem feito parte do processo de produção do espaço apontando possibilidades de desenvolvimento da prática do Turismo, considera-se, principalmente, que esta prática torna-se uma atividade ativa no processo contraditório e combinatório de reprodução do espaço geográfico sob a característica de produção e consumo capitalista.

Então, o que atualmente se conhece por atividade turística está atrelado a um movimento muito anterior ao período moderno, pois, o deslocamento, as viagens, o Lazer e o Turismo em si não é algo dado e acabado, pelo contrário são movimentos que estão pautados ao processo de reprodução do espaço geográfico.

Para pensar na complexidade que esta assertiva envolve, sugeriu-se o início de uma reflexão através do significado do deslocamento e das viagens e posteriormente dos equipamentos e infra-estrutura turística dos dois municípios envolvidos nesta análise.

2.2.1. O Deslocamento e as viagens

Durante milhões de anos vivendo em sociedades, os seres humanos se deslocam de um lugar a outro, produzindo funções aos lugares e até mesmo aos próprios membros da sociedade, mas, *para se entender a gênese do Turismo e sua configuração histórica é necessário diferenciar [esse] termo de outros como viagens e deslocamento. Turismo envolve e implica uma organização espacial que facilita sua realização por meio da criação de infra-estrutura específica, além de condições políticas e sócio-culturais*⁴¹ – BARRETO, 1995 apud SILVA, C. A. da (2006, p. 25). O Turismo além de criar infra-estrutura de consumo, se apropria de outras que surgem com diferentes fins.

⁴¹ O que será abordado, neste estudo de caso, através dos municípios de Anaurilândia e Fátima do Sul.

O deslocamento nas Sociedades Primitivas, pode ser pensado através do entendimento de Sociedades Nômades⁴², as pessoas se deslocavam de um lugar a outro por necessidade primária, isto é, basicamente necessidade de sobrevivência humana, portanto permaneciam em um determinado lugar, por um determinado período de tempo, até o momento em que este lugar pudesse proporcionar condições necessárias a sobrevivência humana, como alimentação e proteção de animais selvagens e do clima.

Mas, durante o desenvolvimento da prática social do deslocamento outros fatores foram se agrupando ao modo e efetivação desta prática, estabelecendo condições de surgimento de uma outra prática: as viagens.

Pode-se considerar então que o deslocamento nas Sociedades Primitivas era uma forma de sobrevivência humana, mas ao longo da história das sociedades novos modos de organização e satisfação de necessidades vão se configurando. Portanto, há um movimento concomitante, isto é ao mesmo tempo em que necessidades são satisfeitas, novas necessidades também são criadas socialmente, e o que atualmente é conhecido como atividade turística tem motivações atreladas a essas necessidades recriadas em diversos momentos históricos.

Se as viagens surgem a partir de novas necessidades criadas socialmente, vale destacar que assim como o deslocamento realizado por Sociedades Primitivas, as viagens e o Turismo são anteriores a modernidade, mas, também, *ser turista é uma das características da experiência “moderna”* para TOWER, J. (1988); FEIFER, M. (1985) apud URRY, J. 2001, e:

Não “viajar” é como não possuir um carro ou uma bela casa. É algo que confere *status*, **nas sociedades modernas**⁴³, e julga-se também que seja necessário à saúde.

Não se quer com isso sugerir que não houve viagens organizadas nas sociedades pré-modernas, mas, em boa parte, isso se caracterizava como um privilégio das elites. Na Roma imperial, por exemplo, existia para a elite um padrão bastante amplo de viagens voltadas para o prazer e para a cultura. Desenvolveu-se uma infra-estrutura de viagens, em parte propiciada por dois séculos de paz. Tornou-se possível viajar desde as Muralhas de Adriano até o Eufrates sem atravessar uma fronteira hostil.

⁴² Isso não significa que as Sociedades Nômades poderiam ser observadas apenas no período Primitivo, o nomadismo ao longo da história tornou-se um modo de vida que perdura até os dias atuais. A diferença é que no período Primitivo não havia ficção do homem num determinado lugar por muito tempo.

⁴³ Grifo nosso.

Segundo SILVA, C. A. da (2006, p. 27) pensar em viagens organizadas remete-nos a pensar até mesmo nas viagens transoceânicas:

iniciadas no século XV pelos portugueses e espanhóis constituíram-se como um marco, pois melhoraram a questão do transporte e descortinaram um mundo novo a ser desvendado. As descobertas e as tecnologias decorrentes dessas viagens possibilitaram o incremento naval, o que, conseqüentemente, levou ao aumento do número de viagens, inclusive aquelas com fins comerciais.

Com parte da Europa constituída em Estados Nacionais, o comércio em expansão e o fim da Idade Média os séculos XVI, XVII e XVIII, foram bastante promissores para a estruturação do Turismo. No século XVII foi comum os jovens de famílias ricas viajarem acompanhados de seus tutores intelectuais.

URRY (2002, p. 19) considera que nos séculos XII e XIV já havia viagens organizadas, utiliza-se das peregrinações que partiam de Veneza a Terra Santa, este autor destaca o século XVII, onde existia o *Grand Tour* com uma repleta estrutura, principalmente de hospedagem, o *Grand Tour*⁴⁴: *atendia os filhos da aristocracia e da pequena fidalguia e, no final do século XVIII, os filhos da classe média profissional.*

Ao considerar movimentos anteriores ao desenvolvimento do modelo de sociedade capitalista, onde já existiam lugares construídos exclusivamente para o fluxo de visitante, com o “novo” modelo isso se molda e passa a haver uma função estruturada em práticas e elementos capazes de remodelar toda a sociedade, assim: SCHERER, apud LUCHIARI destaca elementos contemporâneos incorporados a evolução histórica desta prática:

[...] as mudanças tecnológicas nas maneiras de produzir e na gestão das empresas, bem como todo o sistema de comunicações e transporte, têm tido conseqüências revolucionárias na estruturação e reestruturação dos assentamentos humanos de toda ordem. Se recuperarmos a história das viagens e da organização do turismo veremos que estes têm acompanhado *pari passu* a evolução das técnicas (principalmente nos transportes), das infra-estruturas (principalmente urbanas) e dos modelos econômicos vigentes.

⁴⁴ Além do *Grand Tour*, no século XVIII, é observado o desenvolvimento de infra-estrutura turística através de balneários espalhados pela Europa (THOMPSON, J. apud URRY, J. 2002, p. 20), para este autor citado anteriormente, *Myerscough* observa que o “aparato da vida, em um balneário, com seus bailes, passeios, bibliotecas, mestres-de-cerimônias, tinha por objetivo proporcionar uma experiência urbana concentrada...”

Atrelado ao crescimento da atividade turística no mundo, está o avanço tecnológico, científico e barateamento de infra-estruturas, principalmente, as infra-estruturas próprias da vida urbana contemporânea, promulgando condições de aceleração em construção de equipamentos urbanos utilizados pela atividade turística. Este tipo de suporte é incorporado e apropriado pela atividade turística com fins de reprodução de capital e além disso, o que aparece neste momento como minimizador da exclusão social, através de infra-estrutura de acesso (transportes, rodovias, entre outros), segmenta ainda mais as classes sociais de poder aquisitivo menor.

Além de teoricamente haver uma distinção entre as práticas sociais da viagem e do turismo, o que está intimamente ligada a essa temática é o acesso⁴⁵ aos empreendimentos públicos e privados, para ANDRADE, P. (1993, p. 56): *a deslocação sofreu um processo de democratização sensível desde o final do século XVIII, mas mostrou-se igualmente um pretexto de distinção inter-classes*. Em um estudo de caso BERTONCELLO, R. (2000, p. 13-15) destaca o acesso ao Parque Nacional Nahuel Huapi (Argentina):

Esto se traduce em uma oferta diferenciada de productos turísticos, cuya base de diferenciación está em la calidad Del equipamiento y los servicios ofrecidos, pero también em la capacidad de acceso diferencial al espacio de ocio público Del PN que los mismos habilitan. La privatización de gran hotel y la restricción para el campamento libre-eventos sobre los que nos informa la prensa actual –son dos caras de la misma moneda, em tanto obligan a que el acceso y uso Del parque se procese a través del equipamiento turístico privatizado, lo que, em los hechos, privatiza el acceso a lo público.

A necessidade de ser turista, o acesso aos lugares turísticos, a infraestrutura, o desenvolvimento tecnológico, entre outros, na maioria das vezes do modo de vida urbano⁴⁶ são particularidades sociais de cada espaço, onde pressupõe-se um modo de vida e de existência humana, a atividade turística se alicerça neste espaço, no espaço social e não apenas num espaço estrutural, portanto surgiu e se desenvolve a partir de elementos já existentes.

Esta atividade, a atividade turística, se expande de forma notável a partir da Segunda Guerra Mundial, visto que é neste período, segundo OURIQUES, H. R. (2003,

⁴⁵ não só o acesso de “como chegar”, mas também de se sentir parte integrante daquele local onde se integra a infra-estrutura turística.

⁴⁶ Ver LUCHIARI, M. T. O lugar no mundo contemporâneo: Turismo e urbanização em Ubatuba – SP. Tese de doutorado. UNICAMP: 1999.

p. 13), há uma polarização das viagens nos países mais desenvolvidos: *com salários e tempo livre maiores, os trabalhadores partiram, também influenciados pela propaganda turística, em busca do relaxamento e do descanso, para recarregar as baterias perdidas em um ano de trabalho estafante*. Um exemplo disto é a criação da KDF – *Nationalistischen Gemeinschaft Kraft durch Freude*, que funcionou na Alemanha para organizar o tempo livre dos trabalhadores, afim de descanso e recuperação do trabalho, isto para o autor citado, funcionou como um instrumento de propagação da ideologia nacional-socialista:

...a KDF programou viagens de férias de tal [forma] sorte que os trabalhadores, durante este período em que se encontravam longe da família, amigos, trabalho, vivessem um mesmo sentimento. Estas viagens proporcionam ao turista de primeira viagem impressões que até então só os filmes lhe haviam produzido (...). Além disso, tais viagens contribuíram, através dos contatos entre regiões, para fomentar ainda mais o sentimento pátrio (CASTELLI, G. 1990, p. 20 *apud* OURIQUES, H. R. 2003, p. 14)

Assim, além do turismo o lazer também se apropria do tempo livre do trabalho, mas para DUMAZEDIER, J. *apud* OURIQUES, H. R., 2003, p. 44-46 o lazer é mais e mais concebido como meio de satisfazer novas necessidades da personalidade em qualquer nível cultural que seja, principalmente para a juventude onde o autor considera que o lazer possui o sentido de liberação das obrigações sociais impostas pela família, pelas instituições políticas e religiosas. *O lazer, adverte “não é a ociosidade⁴⁷, não suprime o trabalho; o pressupõe.*

Se o lazer é o momento do não trabalho, uma indagação é: qual a diferença entre lazer e turismo (a prática objeto de estudo neste trabalho)? Segundo a OMT (Organização Mundial de Turismo) turismo é o deslocamento de pessoas por um período superior a 24 horas, uma definição que pode ser útil ao mercado mas que teoricamente pouco colabora com o entendimento.

Para auxiliar na compreensão Paul Lafargue em sua obra *O Direito à Preguiça*, escrito no início do capitalismo, proporciona uma reflexão sobre o tempo, mais precisamente sobre o tempo livre, isto é, a preguiça como contraponto a *mais-valia⁴⁸*, o que induz uma reflexão sobre o tempo para o trabalho, e o tempo da não produção, é

⁴⁷ O ócio, entendido enquanto não fazer coisa alguma, é desconsiderado, posto que o lazer pressupõe algum tipo de atividade (OURIQUES, H. R. 2003, p. 45).

⁴⁸ Ver MARX, Karl. *O Capital*. v. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

principalmente com o aproveitamento do tempo da não produção que a atividade turística se redefini como uma atividade econômica no modelo de produção capitalista.

Logo, a partir da lógica de acumulação capitalista o tempo livre também é incorporado ao tempo de trabalho, o trabalhado não é uma decisão de cada indivíduo, e sim um meio de subsistência. A incorporação do tempo livre gera uma pergunta a LAFARGUE, P. (1999, p.12): *Onde e por que se passou ao elogio do trabalho como virtude e se viu no elogio do ócio o convite ao vício, impondo-se negá-lo pelo neg-ócio?*

Portanto, o tempo de trabalho adquire diferentes formas em diferentes períodos históricos distintos, mas, o que difere realmente o trabalho no modo de produção e consumo capitalista de outras formas, segundo MARX, K. apud LAFARGUE, P. (1999, p. 38) *é a especificidade do capitalismo em acumular e reproduzir a riqueza social e assegurar os meios para a apropriação privada desta riqueza.*

No que tange o objeto desta pesquisa pode-se considerar que o turismo é apropriado pelo modo de produção e consumo capitalista e agrega em si seus valores de reprodução do capital, passando a ser interpretada e veiculada como uma atividade promotora do “desenvolvimento” local, sem abrigar a complexidade em que ela se dá e se forma ao longo da história da humanidade.

Por exemplo, o turismo na geografia até a década de 70 foi visto como uma prestação de serviços e não como uma prática produtora de espaços, e é somente na década de 80, do século XX que alguns olhares na geografia se focaram para a análise da produção do espaço geográfico através da atividade turística.

Neste momento busca-se pesquisar e até mesmo desvendar um “fenômeno” que já acontecia em várias partes do mundo com suas singularidades, a sociologia é uma das ciências que contribuiu imensamente neste “novo” olhar geográfico, uma das contribuições sociológicas está na desmistificação entre viagens e turismo, Andrade, P. (1993, p. 52) diz:

o turismo é, provavelmente, o modelo dominante da viagem nas sociedades modernas e *pós-modernas*⁴⁹. Todavia, não engloba nem inspira todas as modalidades da deslocação. Antes, é a viagem que se reconstitui cada vez mais como um novo quadro paradigmático, da vida

⁴⁹ Grifo nosso, sobre pós-modernidade ver:

GOMES, Paulo C. da C. Geografia e Modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

em geral e do lazer em especial, tornando-se o turismo, gradualmente, um caso particular daquela.

Então, a atividade turística muito antes de ser uma atividade apenas econômica⁵⁰ é uma atividade humana. Considera-se neste trabalho de pesquisa que existe um movimento social de construção e produção do espaço geográfico, no qual a atividade turística germina e se desenvolve, sendo assim, como dito anteriormente apropriada pelo modo de produção capitalista.

Como já foi destacado, uma das preocupações neste trabalho é em considerar como o espaço geográfico tem sido produzido através da atividade turística em dois municípios sul-matogrossense, apontando também a preocupação de não se limitar a uma leitura maniqueísta, apontada já por outros autores, como BERTONCELLO, R. *apud* MOLINA, F. S. (2007, p. 23) ressalta que deve haver *a superação de leituras dicotômicas do turismo e seus impactos, pois o turismo é uma atividade muito ampla, complexa, que envolve diversas relações, dimensões, formas e reduzi-lo ora a algo negativo ora a algo positivo seria algo reducionista e maniqueísta.*

Neste sentido, pode-se criar uma relação entre o que LUCHIARI, M. T. D. P. (1999, p. 108) ressalta ao dizer que *ao inserir-se em uma determinada localidade, o turismo também agrega novos valores e formas de convívio social, substituindo ou transformando os antigos costumes e tradições locais, mostrando que o lugar encontra-se constantemente sendo recriado em suas relações com o mundo.* Isto aponta para o fato de ser uma atividade originada de arranjos sócio-espacial já existentes e outros extra-local.

Nos dois municípios de Mato Grosso do Sul: Anaurilândia e Fátima do Sul, objetos de análise neste projeto, temos exemplos de empreendimentos turísticos extra-local, respectivamente o Balneário Municipal de Anaurilândia (construído como medida compensatória aos danos ambientais causados à construção do lago da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta) e o Parque Aquático de Fátima do Sul (em fase de implantação, idéia originada por um acadêmico do curso de bacharelado em arquitetura, como Trabalho de Conclusão de Curso).

⁵⁰ Mesmo entendendo que uma atividade econômica está repleta de complexidade em seu desenvolvimento, entende-se aqui, que a atividade turística vista atualmente como atividade econômica, têm sido interpretada e implantada nos lugares, como ponto inicial e final a economia, sem levar em consideração todos os elementos que a compreende.

Tem-se como constatação dessas transformações espaciais a construção de duas obras públicas originados de diferentes formas, mas que estão modificando espacialmente lugares e relações sociais.

Assim, essas duas obras são exemplos de empreendimentos turísticos surgido a partir de uma lógica extra-local, isto significa que a lógica de surgimento do empreendimento não surge de uma necessidade social do local, na maioria das vezes de interesses particulares⁵¹.

Esses espaços geográficos são constituídos por suas particularidades sociais, ambientais e econômicas, observa-se também que não é em qualquer espaço que o turismo torna-se uma prática desejada e criadora de *status* social, esta além de segregar parcelas da sociedades, no que se refere a visitas a empreendimentos turísticos, promove também uma dinâmica paisagística já que algumas paisagens são inteiramente criadas para a prática do turismo.

Segundo Cruz (2002, p. 108): *as paisagens como reflexos dos espaços, toda transformação no espaço representa simultaneamente alguma transformação na paisagem, se não em sua fisionomia, certamente sobre seus significados*. Sobre isso, destaca-se ainda, que o avanço científico e tecnológico proporciona uma facilidade em alcançar a paisagem idealizada pelo “Olhar do turista”, isso é um fato presente não só no turismo, em si, como pode ser observado também no lazer e em outras práticas.

Ainda, para LUCHIARI, M. T. P. D. (2000, p. 111), o que dinamiza a prática do turismo é o olhar do turista, que é conduzido pelo *imaginário coletivo a revalorizar a natureza, a cultura e mesmo o simulacro que, queira ou não, é natureza e cultura construídas socialmente*. Considerando isto, a autora ainda contribui para o entendimento das especificidades, onde, através das práticas sociais do desenvolvimento de técnicas de produção, fortalecem apresentações/representações culturais e tentativas de unificação de identidades para cada lugar, reinventando produtos através de representações unicamente para o consumo.

O que geralmente aparece comum a lugares definidos para a prática do turismo é a valorização da estética e das práticas culturais que acabam tendo como ponto final, isto para os empresários e até mesmo o poder público o mercado.

A transformação do espaço geográfico cria condições de mercantilização deste espaço através do turismo, sendo este produzido e consumido pela prática do

⁵¹ O que será abordado posteriormente.

turismo, a transformação paisagística agrega valor de troca, sobre um determinado espaço e objetiva-se a mercantilização e elitização de partes fragmentadas do globo terrestre.

Assim Debord (1997, p. 17) considera que a mediação de *um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoa, mediada por imagens. ...é uma visão de mundo que se objetivou*. Logo, se isto é a objetivação daquilo que não é unicamente de uma atividade isolada, é portanto, a ficção da produção social e neste caso influenciado pelo movimento de produção do espaço geográfico para a atividade turística.

Bom, se a atividade turística não é uma atividade deslocada temporalmente e espacialmente, valores e necessidades incorporados aos espaços geográficos, onde, atualmente, prevalece a materialização do imaginário urbano moderno, para LUCHIARI, M. T. D. P. (2000, p. 39):

A urbanização turística tende a introduzir, nos lugares, cenários significativos do imaginário urbano moderno. Estes signos – representados na infra-estrutura, na estética arquitetônica, nos objetos de consumo – proporcionam aos turistas a superação do estranhamento ao meio social e natural local, mas implantam, muitas vezes, uma materialidade que não se comunica com o lugar.

O que difere o processo de urbanização turística do processo de urbanização e de produção das cidades industriais, é que, na primeira o consumo passa a ser maior que a produção, tanto dos bens de serviços como do espaço geográfico, em si, isso dado em diferentes tempos e diferentes lugares prevalecendo as singularidades de cada lugar que se define para a prática do turismo.

Ao apontar a urbanização turística, pode-se pensar no conceito através do processo de construção do espaço geográfico onde a atividade turística no modelo de sociedade capitalista promove o consumo dos lugares através da produção dos mesmos. Em *Introdução à Crítica da Economia Política*, Karl Marx (1983, p. 209) afirma:

A produção consumidora – embora constitua a unidade imediata da produção e do consumo – é essencialmente difere da produção propriamente dita. A unidade imediata, em que a produção coincide com o consumo e o consumo com a produção, deixa subsistir a dualidade intrínseca de ambos. Portanto, a produção é imediatamente consumo, o consumo imediatamente produção. Cada um é imediatamente o seu contrário. Mas opera-se simultaneamente um movimento intermediário entre os dois termos.

O consumo, portanto, é imediatamente produção, um está mediado pelo outro participando de um processo de estruturação das bases do desejo criados⁵² e capacidade de consumo, não sendo, portanto, o consumo o produto final das relações que se estabelecem, mas, também, parte do próprio ato de produzir, e neste caso especificamente a produção para o consumo do espaço geográfico através de um segmento: a atividade turística.

Em Anaurilândia e Fátima do Sul o espaço é produzido a partir de condições externas do local, mesmo assim cria-se um espaço produzido para a prática do Turismo este espaço é mercantilizado através de bens e serviços a ele acoplado.

A opção pelo conceito de urbanização turística é por entender que esta atividade, em questão, define lugares a partir da lógica do processo de urbanização que se configura na modernidade, não necessariamente no perímetro urbano mas vinculada a valores e necessidades própria da vida urbana.

No entanto, o processo de urbanização turística apropriado pelo modo de produção capitalista, está moldado pela lógica de circulação e da acumulação do capital. E, com relação a produção dos lugares, intimidar-se ao pensar que esta tem sido vista como agente passivo do processo, mas que ao mesmo tempo é fragmentada a lugares de atração ao visitante já que estabelece contato com elementos próprios da vida urbana, para HARVEY, D. (2001, p. 169), *deve-se considerar a urbanização um processo social espacialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas.*

Este autor contribui, ainda, ao dizer que o processo de urbanização parte de construções de formas, produção de espaços e sistemas de recursos de qualidade, todos organizados para distintas funções e que são originadas no ambiente das experiências, dos quais nascem as percepções, leituras simbólicas e aspirações da comunidade local.

E, novamente em destaque, entre os pontos negativos, de inserção da atividade turística nos espaços, se teme a pouca democratização na participação destes atores sociais no que se refere a inserção de empreendimentos turísticos inexistente nos lugares, desconsiderando, assim, o movimento de produção e construção das práticas sociais.

⁵² A produção determina não só o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, e não só de forma objetiva, mas também subjetiva. Logo, a produção cria o consumidor. A produção não se limita a fornecer um objeto material à necessidade, fornece ainda uma necessidade no objeto material. (Karl Marx, 1983, p. 210)

Em geral, isto acontece, quando a atividade turística é inserida como única e exclusivamente alternativa de “desenvolvimento” econômico para países, regiões, estados e municípios que se encontram relativamente estagnadas em sua economia, e o turismo aparece como prática desenvolvimentista.

No que se tem observado nos municípios objeto de pesquisa neste trabalho é a inserção ideológica do turismo nos lugares atrelado a idéia de desenvolvimento local, geração de empregos e alternativa viável para solucionar problemas econômicos, sociais e ambientais.

Aponta-se principalmente o município de Fátima do Sul, pois, a construção do Parque Aquático de Fátima do Sul, tem sido uma obra para satisfação do compromisso político entre a administração local e o desenvolvimento econômico do lugar, o que será melhor abordado posteriormente.

Mesmo destacando elementos negativos de inserção da atividade turística, deve-se destacar a existência de pontos positivos, pois, esta atividade se for entendida e desenvolvida a partir do entendimento de que esta é uma prática e não apenas um empreendimento econômico, pode trazer algumas benfeitorias, principalmente, para a comunidade local, isso em relação as infra-estruturas e a geração de renda, o que percebe-se é que se esta estiver sempre vinculada a práticas de reprodução do capital, terá em seu bojo constantes contradições advindas do modo de produção e consumo.

Quanto a aplicação de infra-estrutura pode-se notar que a construção de empreendimentos turísticos envolve uma infra-estrutura significativa ao seu entorno, isto é, há valorização não só da área em que o empreendimento vai ser construído, mas das vias de acesso ao empreendimento, da rede de esgoto, e até mesmo da paisagem ao entorno, considera-se isso uma benfeitoria se houver uma entendimento de que a infra-estrutura básica é de uso comum e não segmentado.

Talvez uma das formas resumida de dizer como essas necessidades sociais são supridas e assim, apropriadas pelo capitalismo, isso não significa que todas as classes sociais serão inseridas, no arranjo espacial turístico, mas são diferentes formas de apropriação dos espaços, afim de, cooptar maior número de atores produtores de uma única lógica.

São criadas para a satisfação, principalmente comercial, as categorias, ou melhor, modalidades criadas pelo mercado turístico, um exemplo disto, são: o turismo

rural, o turismo ecológico, o turismo de aventura, o turismo histórico, o turismo de eventos, o turismo de negócio, o turismo de fronteira, e assim por diante.

Segundo TALAVERA (2000, p. 154) há também a competitividade que facilita a criação de novas modalidades de turismo, assim, esses são *..frutos da competitividade, que não diminuiu com os anos, iniciaram-se a busca e o desenvolvimento de novos e diferenciados produtos turísticos que podem se aceitar pela forte demanda ocidental por lazer.*

Pode-se dizer, portanto, que cada modalidade terá de alguma forma um modo de organização e apropriação do espaço geográfico, fixando elementos sociais e reproduzindo diferentes e ao mesmo tempo reproduzindo espaços repletos de imaginário social, pois, ir a um passeio considerado - turismo rural, práticas como: coleta de frutos, ordenha e passeio a cavalo, serão atividades previamente imaginada pelo turista.

Ao mesmo tempo deve-se considerar que algumas práticas, utilizando-se do exemplo anterior, a prática da ordenha, não estavam presentes naquele lugar, e com a inserção do turismo esta é criada como produto de satisfação ocular do turista.

Portanto, além das alterações no espaço físico, para o Turismo se produz espaços geográfico motivados por interesses distintos. A forma com que os espaços são moldados e apropriados dependem das motivações em que se desenvolve.

Neste estudo de caso fez-se necessário a apresentação teórica da categoria geográfica espaço geográfico, para demonstrar o modo em que dois municípios tem produzido o espaço para essa prática. Cabe destacar, também, que o entendimento do Turismo enquanto prática social e humana, compreende a reorganização espacial motivada por interesses políticos e econômicos.

Entre os aspectos gerais deste trabalho de dissertação há a preocupação em mostrar, por meio, do próximo item a infra-estrutura de equipamentos turísticos em Anaurilândia e Fátima do Sul e assim demonstrar o papel do poder público frente a motivação de inserção da atividade turística enquanto atividade econômica.

2.3. O espaço de uso e desuso para/pela atividade turística em Anaurilândia e Fátima do Sul

Durante uma das etapas deste trabalho de dissertação foi realizado levantamento de dados primários e de opinião, através de visitas aos empreendimentos e atrativos turísticos, a fim de diagnosticar a infra-estrutura implantada.

Como parte do levantamento de dados dessa etapa, houve conversas com representantes do poder público, moradores, trabalhadores e visitantes dos dois municípios envolvidos. Através dessas visitas visou-se observar o movimento de produção do espaço a partir do uso e até mesmo do desuso dos espaços produzidos para/pelo Turismo.

Durante a organização metodológica desta dissertação buscou-se levantar aspectos teóricos de que a atividade turística surgiu ao longo da história da humanidade a partir de necessidades criadas em determinados períodos, questiona-se aqui, como são criadas as necessidades que levam a produção de espaços para o desenvolvimento de práticas turísticas nos municípios de Anaurilândia e Fátima do Sul?

Nesta perspectiva aponta-se primeiramente a infra-estrutura existente nos dois municípios e posteriormente o reordenamento espacial durante a construção de duas obras públicas, a primeira: Balneário Municipal, localizado em Anaurilândia e Parque Aquático e Ambiental de Fátima do Sul.

O destaque a estes equipamentos e obras turísticas é necessário por entender, nesta dissertação, que o consumo do espaço geográfico é efetivado através dos equipamentos, empreendimentos e obras turísticas.

2.3.1. Ações e obras públicas e empreendimentos privados.

2.3.1.1. Anaurilândia

Com contingente populacional relativamente pequeno e “poucos atrativos turísticos naturais”⁵³, Anaurilândia após a construção da UH Engenheiro Sérgio Motta contou com a aproximação da margem do rio Paraná à cidade, este foi um dos motivos que criou expectativas aos empresários em aplicar em infra-estrutura direcionadas ao fluxo de visitante.

Desde a criação do lago da UH o Turismo tem aparecido como alternativa econômica a esse município, não só como alternativa mas como meio e fim de se obter o “desenvolvimento” a partir da atividade econômica menos poluidora.

Repleto de ideologias, o Turismo apropria-se dos espaços antes produzidos e se alicerça em novos modelos ainda inexistentes no lugar, isso será melhor explicado ao tratar da construção do Balneário Municipal de Anaurilândia.

Portanto, considerando que o Turismo se apropria da infra-estrutura já existente no lugar e assim a transforma para melhor satisfazer as necessidades de quem visita os lugares, destacam-se aqui alguns equipamentos de hospedagem que facilitam a promoção da espacialização turística em Anaurilândia.

Deve-se ressaltar ainda que os lugares produzidos para a prática do Turismo vêm satisfazer necessidade produzida socialmente na modernidade, isso não significa que as necessidades da população local ou até mesmo dos trabalhadores em geral, e ainda destacando os trabalhadores no setor do Turismo possam estar ligadas diretamente a esse movimento de produção turística.

Para entender melhor o movimento de produção espacial do Turismo em Anaurilândia destaca-se aqui os equipamentos de hospedagem e empreendimentos privados e públicos ligados diretamente a essa prática.

⁵³ Devido a localização deste município, não há a presença de cachoeiras, corredeiras, grutas, dunas, matas fechadas, *canyon*, e outros que aparecem como maiores produtores dos espaços turísticos na atualidade.

Equipamentos de Hospedagem

Hotéis

No mês de janeiro do ano de dois mil e oito (2008), durante o levantamento de dados primários e de opinião desta pesquisa pode-se observar a existência de dois hotéis, sendo eles: Hotel Samambaia (Foto 1) e Hotel e Restaurante Espanha (Foto 2), além dos hotéis, verificou-se a existência de um dormitório: Dormitório Nossa Senhora Aparecida (Foto 3).

Ainda com muitas indagações e com os olhares “viciados” em olhar somente o que satisfaziam à pesquisa optou-se na realização de conversas com os proprietários dos hotéis Samambaia, Espanha e dormitório Nossa Senhora Aparecida.

Durante a conversa com o Sr. Arnaldo de Araújo, arrendatário⁵⁴ do Hotel e Restaurante Espanha, como dito por ele: — *eu somente toco os negócios*, pois, não somente administra ou é proprietário do hotel como também é trabalhador no empreendimento, além de morar e trabalhar no hotel, mensalmente paga aluguel do prédio e dos móveis que ocupa, além disso, paga uma funcionária que ajuda com arrumação dos quartos.

Então pergunta-se: O sr. conhece o Balneário Municipal daqui?

— *Ainda não, eu não era daqui, tô tentando a vida*, mas, porque tentar a vida em Anaurilândia?

— *Fiquei sabendo do negócio do hotel e vim*. Bom, e o que as pessoas que o sr. hospeda aqui em seu hotel vem fazer em Anaurilândia?

— *Aqui a gente vê de tudo! mas todo dia tem viajante*.

Pode-se dizer que, neste hotel, as pessoas permanecem em torno de uma noite no hotel, o maior público é de viajantes, vendedores e/ou entregadores de produtos de diversos gêneros, não só dormem no local como também fazem pelo menos uma refeição.

Durante essa conversa a preocupação inicial era em diagnosticar a característica de quem visitava Anaurilândia, mas em conversa com o arrendatário elementos que permaneciam obscuro surgiram concretamente, como por exemplo, o motivo que levava o sr. Arnaldo a não conhecer o Balneário Municipal, que poderia ser um local de Lazer e descanso.

A resposta a esta questão foi relacionada ao tempo de permanência e trabalho no hotel, pois, o fluxo maior de hóspede corresponde aos dias úteis, aos finais de

⁵⁴ ele não é proprietário do imóvel e dos móveis encontrados no lugar.

semana, isso é quando não tem nenhuma festa, o movimento de pessoas é mais calmo. O tempo dos finais de semanas são gastos principalmente com limpeza e organização do hotel.

Um dado comum aos três empreendimentos de hospedagem localizados no perímetro urbano de Anaurilândia é que os próprios proprietários, arrendatários, trabalham no local, portanto o empreendimento não é somente um equipamento para os visitantes como também é o lugar de trabalho e até mesmo moradia como relatado anteriormente.

Assim pode-se observar também no Hotel Samambaia a existência da participação no trabalho pelo proprietário, neste caso o hotel é de propriedade da sr^a Eunira Redivo, além do proprietário este conta com o trabalho de mais 02 pessoas.

O Dormitório Nossa Senhora Aparecida conta com o trabalho de duas pessoas sendo sr. Elias e sua esposa.

Foto 1 - Hotel Samambaia



Fonte: OCON, D, C. M., 2009.

Foto 2 – Hotel e Restaurante España



Fonte: OCON, D, C. M., 2009.

Foto 3 - Dormitório Nossa Senhora Aparecida



Fonte: OCON, D, C. M., 2009.

Recinto para Festas

O Centro de Exposição e Lazer “Maurício Thomazini”, está localizado na área urbana do município, sendo que as obras foram concluídas em dezembro de 2004, com recurso da CESP, é uma das obras de cunho compensatório sob a construção da UH, compreende uma área de 4.429,30 m².

No Centro de Exposição foi construído a Arena de Rodeio e de Prova de Laço – subterrânea⁵⁵, num tamanho proporcionalmente menor que a arena de rodeio da cidade de Barretos, esse empreendimento é utilizado pela população do município e pelos turistas principalmente durante a ocorrência de festas, isso considerando ainda, que o Centro é responsável por abrigar a maioria das festas divulgadas no calendário Região Turística - COSTA LESTE/MS.

Entre as festas típicas de Anaurilândia com prestígio regional e consequentemente com fluxo de turistas durante os eventos, são: Circuito Municipal de Laço em Duplas (este evento é dividido em oito etapas, sendo que a primeira acontece no mês de março e a última no mês de novembro), Encontro de Campeões (consiste em quatro noites de rodeio e baile em comemoração ao aniversário do município) e Festa do Boi no Roleta (acontece durante o Encontro de Campeões).

Região Turística - COSTA LESTE/MS

O calendário Região Turística – Costa Leste/MS é uma das ações desenvolvidas por uma associação existente na porção oeste do Estado de Mato Grosso do Sul.

A associação é composta pelos municípios de Anaurilândia, Batayporã, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo e Três Lagoas, essa recebe o nome de UNIPAR/MS - Associação dos Municípios do Alto Paraná, ver Foto 4 e Figura 4.

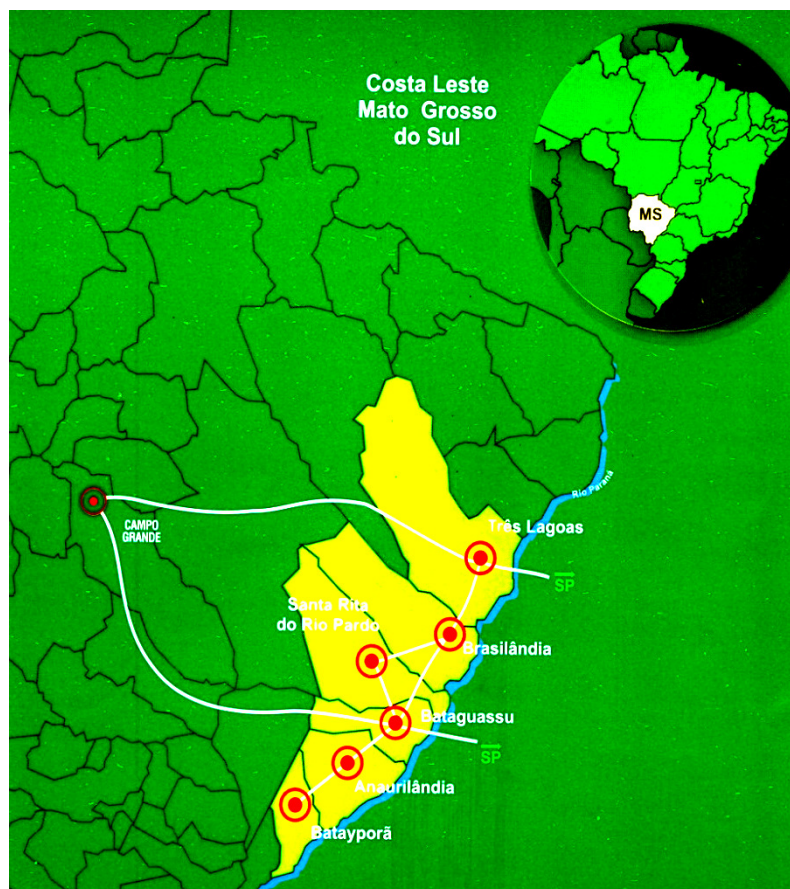
Com objetivo de integração para divulgação dos eventos locais e intuito de atraírem visitantes aos municípios atingidos pela construção do lago da UH, anualmente é confeccionado um calendário de eventos com datas e locais de festas típicas dos municípios integradas à associação.

⁵⁵ Amparada no modelo de Arena de rodeio subterrânea da cidade de Barretos, localizada no estado de São Paulo – Brasil.

Foto 4 – Placa da Costa Leste, na entrada da cidade de Anaurilândia – MS



Figura 4 – Região Turística Costa Leste - MS



Fonte: Folder de divulgação da UNIPAR/MS, adaptado: OCON, D. C. M. .

Complexo Área de Lazer

Edinho⁵⁶ determinou a construção de uma estrada que irá ligar a rodovia 276 (defronte o Secador) a área de lazer. A estrada já está com sua obra adiantada e irá garantir fácil acesso a área de lazer. (www.prefilnews.com.br, acessado em 08/07/2004, as 13:30 horas)

Área de Lazer é, atualmente, uma faixa territorial delimitada por uma via não pavimentada, que contorna propriedades⁵⁷ à margem do lago da UH Engenheiro Sérgio Motta, isto é o rio Paraná.

Anterior à construção do Balneário Municipal de Anaurilândia a porção territorial a que se refere era acessada por uma via iniciada no limite do perímetro urbano com o rural.

Hoje, após a construção de obras públicas e empreendimentos privados foi construída outra via ligando a rodovia-MS 276⁵⁸, (Foto 5 – Placa do Balneário Municipal na rodovia-MS 276), entre os municípios de Batayporã e Anaurilândia, justificada sobre a facilidade de acesso aos empreendimentos por parte dos visitantes.

Promovida com este nome a Área de Lazer tornou-se um complexo contínuo de empreendimentos de Lazer e Turismo, abrigando a distância⁵⁹ de 8 (oito) quilômetros o Balneário Municipal de Anaurilândia; ao lado do balneário, separado por uma cerca e um portão, a Pousada Portal da Águas e finalmente a 12 (doze) quilômetros do município e 4 (quatro) quilômetros do balneário encontra-se a Fazenda Lazer que possui dois loteamentos de segunda residência.

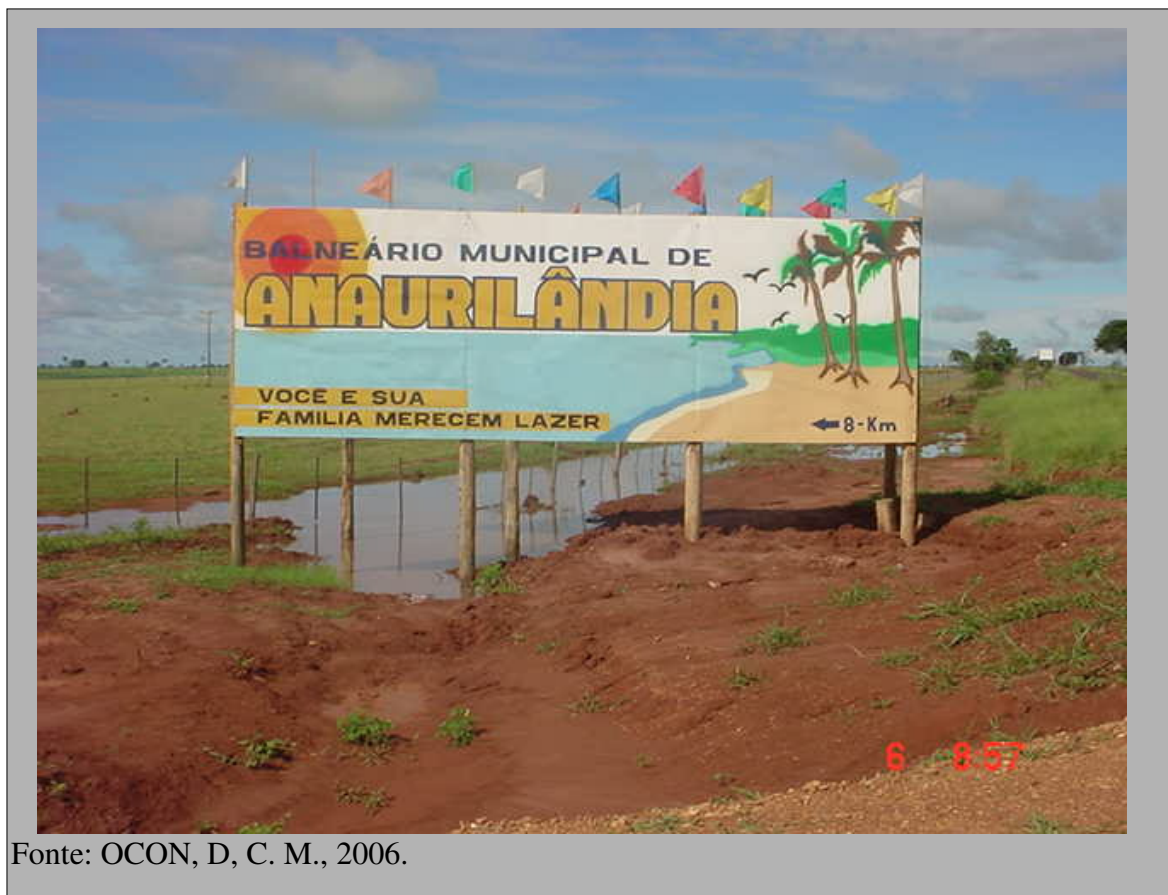
⁵⁶ Edinho Takazono, prefeito, em seu mandato administrou a construção de obras compensatórias, iniciou um novo mandato no ano de 2009.

⁵⁷ Localizadas em território pertencente ao município de Anaurilândia.

⁵⁸ Atualmente esta estrada encontra-se ativada e na rodovia-MS 276, observa-se uma Placa tipo *outdoor* de identificação e localização do Balneário Municipal (ver Foto 5).

⁵⁹ Distância relacionada da sede do município aos equipamentos de Lazer e Turismo.

Foto 5 - Placa do Balneário Municipal na rodovia-MS 276



Balneário e Pousada Costa do Sol

O Balneário e Pousada Costa do Sol foi construído e é administrado por Pedro Mariano, este empreendimento privado possui: chalés com ar-condicionado, tv-frigobar, quiosques, área para camping, aluguel de barcos e motor e restaurante, conforme Foto 6 e 7 – Infra-estrutura do Balneário e Pousada Costa do Sol.

A característica que se destaca como diferencial nesse empreendimento é que a via de acesso não está ligada diretamente a Área de Lazer, mas também com estrada vicinal, pois, está localizado à 7 quilômetros da sede do município, Foto 6 – Placa informativa do Balneário e Pousada Costa do Sol.

Foto 6 – Placa informativa do Balneário e Pousada Costa do Sol



Fonte: OCON, D, C. M., 2009.

Foto 7 – Infra-estrutura do Balneário e Pousada Costa do Sol



Portal das Águas

Entre os empreendimentos privados existentes em Anaurilândia, o Portal das Águas é uma pousada construída na antiga sede da fazenda Dois Companheiros.

Hoje, esta fazenda denominada Fazenda Paraíso I teve parte de suas terras impactadas diretamente pela construção da UH, onde a CESP negociou a compra da área que margeava o rio Paraná, isto é, local onde atualmente já está alagado pela formação do Lago da UH, além da negociação sobre a compra da área de alagamento, a CESP adquiriu também parte das terras dessa fazenda para a construção do Balneário Municipal, como obra mitigatória.

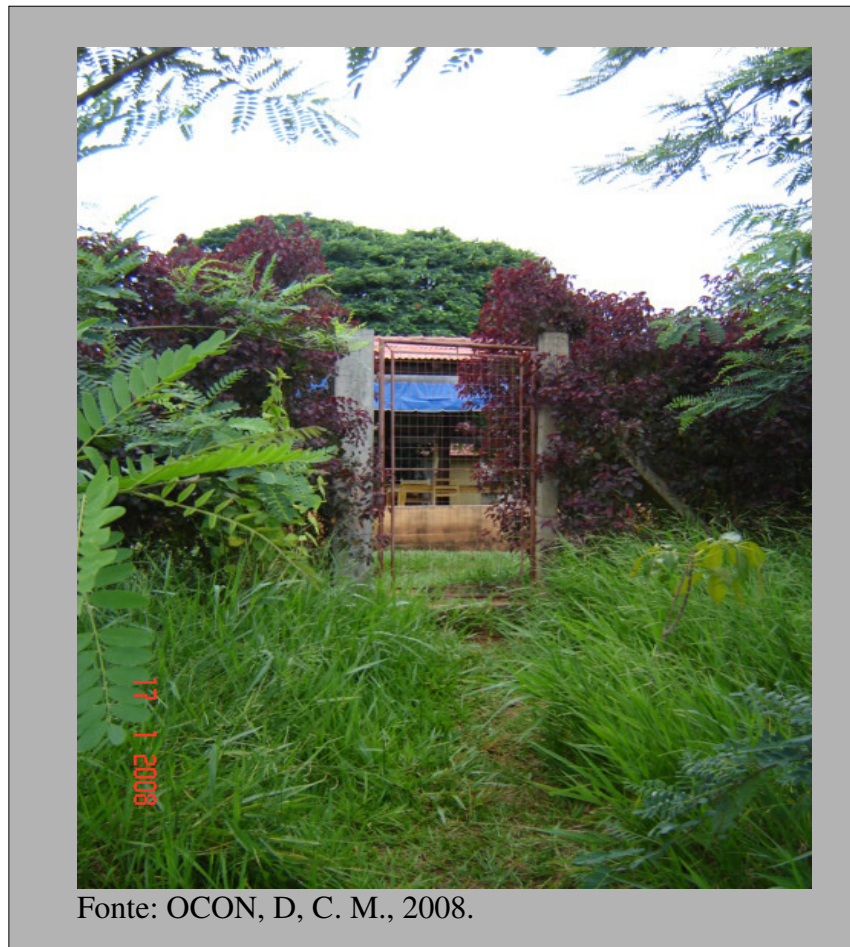
Com a área total reduzida, atualmente, esta propriedade rural mantém como atividade econômica a pecuária, sendo que a atividade turística foi implantada como alternativa econômica, uma vez que a localização deste empreendimento tornou-se objeto de facilitação ao fluxo e permanência de pessoas no Balneário Municipal.

A afirmação realizada acima, justifica-se sob a ausência de infraestrutura de pouso no Balneário Municipal, embora verifica-se a existência de uma área de camping, o que será relatado posteriormente.

O fato de estar localizado ao lado do Balneário Municipal, separados por uma cerca e um portão⁶⁰ (Foto 8 – Portão de acesso ao Balneário Municipal), este empreendimento é beneficiado quanto a permanência de pessoas que frequentam o Balneário Municipal, sua característica marcante é de pouso, isto é, durante o período noturno.

⁶⁰ No ano de 2004, durante trabalho de pesquisa de conclusão de curso de graduação verificou-se a inexistência deste portão, havia uma cerca.

Foto 8 – Portão de acesso ao Balneário Municipal



Esta Pousada é administrada pelo proprietário sr. Gilson Araujo, que conta com o trabalho de um casal⁶¹. Entre os equipamentos de infra-estrutura e serviços disponíveis aos visitantes existem: duas piscinas, quiosques com churrasqueira, quartos com ar-condicionado, lanchonete e animais, como: cavalos para passeios e uma arara para apreciação o que pode ser observado na Foto 9 – Animais para passeio e apreciação.

⁶¹Fato observado em Trabalho de pesquisa em janeiro do ano de 2009.

Foto 9 – Animais para passeio e apreciação

O custo da diária por hospedagem, em janeiro do ano de 2009, é de R\$ 25,00⁶² (vinte e cinco reais) por pessoa, do mesmo valor que o Hotel Samambaia, localizado na sede do município.

Durante o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa alguns elementos pareceram pertinentes para pensar o processo de produção do espaço através da atividade turística e a materialização da prática do Turismo na Pousada Portal das Águas, assim aponta-se aspectos de localização e acesso ao empreendimento.

A entrada original da sede da fazenda Dois Companheiros foi substituída por outra, localizada próxima ao portal de entrada do Balneário Municipal, o que pode ser observado na Foto 10 – Entrada da Pousada Portal das Águas, além disso, o acesso a Pousada Portal das Águas pode ser realizado pelo interior do Balneário Municipal.

⁶² Equivalente a US\$ 10,96 (dez e noventa e seis dólares), cotação do dia 12/02/2009.

Foto 10 – Entrada da Pousada Portal das Águas

Fonte: OCON, D, C. M., 2008.

A existência de um portão de acesso de um empreendimento privado ao público, causou estímulos a esta pesquisa, procurou-se alicerçar em levantamento de dados primários e de opinião, principalmente com o poder público local e com o proprietário do empreendimento privado, para obter-se com respostas.

Em conversa com o sr. Gilson Araujo pergunta-se como e quando surgiu a necessidade de se instalar um portão de acesso ao Balneário Municipal? A resposta a isso foi: — *conversei com o pessoal da prefeitura, falei que queria colocar o portão pra ficar mais fácil pras pessoas irem da Pousada ao Balneário, eles aceitaram.*

A existência de um portão que liga a Pousada ao Balneário Municipal não só facilita a ida de pessoas ao Balneário como também têm servido como meio de acesso das pessoas que visitam o Balneário ao empreendimento privado, assim, pensa-se que o espaço público torna-se privado uma vez que este serve de apoio a apropriação do espaço público.

A facilidade de locomoção de um ambiente para outro é um forte atrativo turístico, que só pôde ser consolidado pela iniciativa de se instalar entre as duas estruturas o referido portão de acesso, é como se fosse uma via de sentido duplo: ao mesmo tempo que conduz as pessoas do Balneário à Pousada, também as leva da Pousada ao Balneário.

Fazenda Lazer

Como o Portal das Águas a Fazenda Lazer é um empreendimento privado existente no município de Anaurilândia, localizado à margem do lago da UH, na porção territorial denominada Área de Lazer, ficando à 12 Km da cidade e a 4 Km do Balneário Municipal de propriedade do sr. Gilberto Donizetti Araújo.

Esta fazenda possui dois loteamentos caracterizados como condomínios fechados. O loteamento I da Fazenda Lazer, denominado Recanto Lazer, iniciou a venda de lotes por volta do ano de 2002, onde foi dividido uma parte da fazenda em 94 (noventa e quatro) lotes, com tamanho em média de 13 x 40 metros.

Atualmente, o Loteamento I da Fazenda Lazer, em geral, é caracterizado como condomínio fechado, possui portão de entrada com porteiro e só é permitida a entrada de pessoas autorizadas por proprietários (Foto 11 – Entrada do Loteamento Fazenda Lazer I).

No geral, os lotes acomodam casas que funcionam como segunda residência, isto é, existem casas em que as pessoas não residem, frequentam esporadicamente, como também existem pessoas que residem no loteamento, como por exemplo, o porteiro e sua família, além de residirem no local, são também funcionários da Associação do Recanto de Lazer.

Foto 11 – Entrada do Loteamento Fazenda Lazer I, em destaque placa informativa



Fonte: OCON, D, C. M., 2008.

Com características de propriedade conjunta, os loteários formaram uma Associação, contendo diretoria⁶³ e estatuto próprio. Durante o trabalho de pesquisa pôde-se observar a existência de mais de um proprietário por lote, isso porque, alguns lotes foram adquiridos por grupos de amigos ou até empresas da região e registrados nos nomes de todos os integrantes dos grupos de compra, um exemplo disso, é a existência de lotes

⁶³ Em janeiro do ano de 2009, o presidente da Associação Recanto de Lazer é residente na cidade de Nova Andradina.

pertencentes a empresa Frigorífico Independência⁶⁴, localizada no município de Nova Andradina

Possui infra-estrutura como: água encanada extraída de poço artesiano, rede de energia elétrica, distribuído pela empresa Elektro, coleta de lixo seletivo (separado pelos loteários em tambores, Foto 12 – Tambores de coleta de lixo, e recolhido pelo Serviço Público de Coleta de Lixos de Anaurilândia).

Foto 12 – Tambores de coleta de lixo



Notada a valorização imobiliária, o ex-proprietário da fazenda está loteando outra parte de sua fazenda, criando o Loteamento II da Fazenda Lazer. Ainda em fase de venda e compra de lotes, este loteamento está em fase inicial, em relação ao Loteamento I da Fazenda Lazer, este não possui Associação própria, dispõe de água encanada também extraída de poço artesiano e rede de energia elétrica distribuída pela empresa Elektro.

Com características semelhantes a do Loteamento I da Fazenda Lazer, este possui casas de segunda residência, alguns lotes não possuem residência e sim chalés

⁶⁴Impresa de grande porte, exportadora de carne bovina.

(Foto 13 – Chalé, localizado no loteamento da Fazenda Lazer II), com churrasqueiras, pia e banheiro o que caracterizaria como área de lazer e não como área de Turismo.

Foto 13 – Chalé, localizado no loteamento da Fazenda Lazer II



Fonte: OCON, D, C. M., 2008.

Durante o trabalho de levantamento de dados primários e de opinião no mês de janeiro do ano de 2008, pôde-se observar a inexistência de pessoas frequentando e residindo no local, deve-se considerar sob essa análise dois pontos fundamentais: primeiro, a visita ao loteamento foi realizada no mês de janeiro, durante o período de férias escolares, o que poderia justificar a ausência de pessoas no local, já que estas poderiam estar em viagens de destino turístico nacional e segundo, a visita foi realizada num sábado considerando-se que este poderia ser o dia de maior fluxo de pessoas no local.

Verificado a ausência de pessoas levantam-se alguns questionamentos, o que poderia atrair um maior fluxo de pessoas aos loteamentos? Nesse sentido, visualizou-se que o maior atrativo à área referida têm sido as águas do lago da UH sobre o rio Paraná, mas ficou em evidência uma problemática quanto ao acesso a margem do rio, o que pode ser visto nas Fotos 14 e 15.

Foto 14 – Margem do Lago da UH Engenheiro Sérgio Motta, acessado pelo Loteamento da Fazenda Lazer II



Fonte: OCON, D, C. M., 2008.

Foto 15 – Margem do Lago da UH Engenheiro Sérgio Motta, acessado pelo Loteamento da Fazenda Lazer II



Fonte: OCON, D, C. M., 2008.

Há um desbarrancamento das encostas da margem do lago da UH Engenheiro Sérgio Motta, na altura de localização dos loteamentos e conseqüentemente ocorre o assoreamento dessas margens formando bancos de areia.

A ausência de mata ciliar no limite entre os lotes e as águas do rio Paraná é motivo de Ação Judicial entre o município de Anaurilândia contra a CESP, pois verificase que através do TAC, o Programa de reflorestamento ciliar do reservatório, afluentes e tributários que a CESP encontra-se dentro do prazo estabelecido em acordo, conforme segue prescrito:

Seção 2 – Do reflorestamento ciliar do reservatório, afluentes e tributários;

“Cláusula 9ª – A CESP deverá implantar o reflorestamento ciliar ao longo e no entorno do reservatório e seus principais tributários, abrangendo a área de 3.396⁶⁵ hectares.

§ 1º – Dos 6.107⁶⁶ hectares previstos inicialmente, serão implantados 3.396 em área pertencente à CESP, e a CESP arcará com os custos de implantação, manutenção por dois anos e cercamento da área, se necessário.

Para os 2.711⁶⁷ hectares restantes previstos na modalidade fomento florestal, a CESP se compromete repassar o valor correspondente para o item obras regionais que consta no Anexo 3.

§ 2º - O programa deverá ser concluído em 15 (quinze) anos, a contar de 28.04.1998⁶⁸, data do acordo anterior firmado entre os signatários.

Uma outra característica dos dois loteamentos é a ausência de Área de Preservação Ambiental, com isso os loteários plantam exemplares de vegetações, a pouca presença de elementos de flora nos loteamentos, podem ter sido desencadeados a partir da atividade econômica predominante na propriedade anterior ao loteamento, a pecuária.

Uma forma de minimizar a problemática em relação a Área de Preservação Permanente, tanto dos loteários, dos empreendimentos privados (Pousadas) e balneário municipal, foi a criação das Leis Municipais de número 459/2006 e 460/2006, que Dispõe sobre a delimitação do Perímetro Urbano de Anaurilândia:

⁶⁵ Três mil trezentos e noventa e seis hectares.

⁶⁶ Seis mil cento e sete hectares.

⁶⁷ Dois mil setecentos e onze hectares.

⁶⁸ Vinte oito dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e noventa e oito.

Lei nº 459/2006

Art. 1º – Fica declarada urbana a área denominada Fazenda Lazer, com área de 12.3357 hectares, matrícula nº 1509 CRI de Anaurilândia – MS, localizada as margens do lago da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta.

Lei nº 460/2006

Art. 1º – Fica declarada urbana a área denominada Fazenda Paraíso I, com área de 7.3682 hectares, matrícula nº 1.778 CRI de Anaurilândia, localizada as margens do Lago da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta.

Portanto, a ausência de formação de mata ciliar na margem do lago da UH, rio Paraná, no local em que os lotes estão localizados, causam erosões e alterações nas condições ecológicas do lugar, contrapondo-se ao que a Companhia Energética de São Paulo tem divulgado como resultado de suas ações para conservação ambiental e o que é dever da mesma de acordo com o TAC, devido ao longo prazo estabelecido. E além disso, os lotes que estão localizados na margem com o rio tem perdido área de propriedade privada adquirida, dando lugar a erosões e sofrem vasta diminuição em seu valor imobiliário.

2.3.2. Fátima do Sul

A comparação entre os dois municípios que se tornaram objetos de observação durante a construção deste trabalho acadêmico parece inevitável, as semelhanças observadas no momento inicial do trabalho desaparecem e novos espaços tornam-se representantes oficiais de um movimento de inserção da atividade turística vinculada a interesse extra-local.

No momento em que a atividade turística torna-se objeto de observação, relações sociais flexionam o espaço através de um movimento entrelaçados no cotidiano individual, coletivo e político, Fátima do Sul tem se destacado principalmente nos elementos envolventes deste último ponto, o que será destacado a seguir.

Como dito em outros momentos deste trabalho, é necessário destacar a infra-estrutura de Anaurilândia e a seguir a de Fátima do Sul, com o intuito de facilitar a visualização dos agentes integrantes do processo de produção da atividade turística, e não como mera ilustração dos objetos e ações diagnosticadas.

Entre os equipamentos de infra-estrutura turística, destaca-se em Fátima do Sul as obras iniciadas durante a gestão administrativa municipal do período de 2005/2008.

Rede Hoteleira

Fátima do Sul possui 4 (quatro hotéis) sendo eles: Hotel Cantina Portuguesa, Hotel e Restaurante A Caseira, Paraíso Hotel e Hotel Princesa⁶⁹. Com uma rede hoteleira reduzida, em números total de hotéis, durante a etapa de levantamento de dados primários e de opinião, buscou-se observar 100 % (cem por cento) do total de número de hotéis na área urbana dos dois municípios, isso foi facilitado em Fátima do Sul, após, contato realizado com a Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo de Fátima do Sul, que possuía uma lista de cadastro dos equipamentos de hospedagem.

⁶⁹ A ordem que se segue no texto é a mesma ordem de visitação ocorrida no trabalho de levantamento de dados primários e de opinião. Para o levantamento desses dados não considerou-se fatores de qualidade e nem tanto pouco infra-estrutura para ordenar o início das visita es.

Hotel Cantina Portuguesa

Hotel Cantina Portuguesa, está sob a administração de Antônio César Marques Rodrigues - filho do proprietário, o hotel foi inaugurado no ano de 1961 (um mil novecentos e sessenta e um), um fato que nos chamou a atenção durante os trabalhos de campo é que 2 (dois)⁷⁰ hotéis em Fátima do Sul permanecem na atividade a mais de 3 (três) décadas, sendo eles o Hotel Cantina Portuguesa de 1961 e o Paraíso Hotel de 1978.

Os dois estabelecimentos comerciais citados estão em funcionamento através do trabalho familiar. Assim como estes dois hotéis, outros também possuem características de trabalho familiar, sendo que: o Hotel Cantina Portuguesa abrange o número total de 6 (seis) trabalhadores, 3 (três) na área de pouso e mais 3 (três) no restaurante. Entre esses trabalhadores um terço dos funcionários pertencem a família do proprietário.

Outro fato a ser observado durante a entrevista ao administrador deste empreendimento é a acomodação do hotel e do restaurante, pois, estão localizados no mesmo prédio (Foto 16), o hotel possui capacidade de 65 leitos para pouso.

Foto 16 - Hotel Cantina Portuguesa



Fonte: OCON, D, C. M., 2008.

⁷⁰ Isto equivale a 50% (cinquenta por cento) dos hotéis existentes.

Metodologicamente, em conversa com o administrador deste empreendimento, pergunta-se: qual o período de maior fluxo de hospedagem? o qual nos respondeu que o perfil de seus hóspedes, num geral, são de trabalhadores de empresas públicas e privadas que vão até Fátima do Sul para atividades profissionais, por isso a resposta seria durante os dias úteis da semana, isto inicialmente categorizaria Fátima do Sul com potencial de desenvolvimento do Turismo de Negócios. Mas em seguida relata: *ah, tem também as épocas de festas da cidade, ai sim o hotel enche, fica lotado todos os dias.*

Sem categorizar e muito menos simplificar a análise, observa-se que este equipamento de hospedagem está no ramo há um tempo⁷¹ consideravelmente significativo, o que justifica a permanência do empreendimento é o fato do reduzido números de meios de hospedagem, isso, permite a flexibilidade do perfil de turistas em Fátima do Sul.

A flexibilidade do perfil de turistas em Fátima do Sul permite-nos pensar a partir de que a atividade turística neste município, acontece ampliada e não setorizada, isto é, existe vestígios de que Fátima do Sul recebe fluxo de visitantes a trabalho e em eventos.

Essa análise torna-se pertinente, pois a produção do espaço geográfico e o seu consumo através do uso/desuso dos equipamentos de infra-estrutura turística se diferenciam a partir da necessidade criada pela prática das relações humanas envolvidas, assim segue-se uma lista de outros equipamentos que permitem aprofundar essa temática.

Hotel e Restaurante A Caseira

O Hotel e Restaurante A Caseira durante o levantamento de dados estava em reforma e ampliação, os dados com relação a infra-estrutura, são de 34 (trinta e quatro) leitos até a ampliação.

A característica, quanto ao perfil de turistas, corresponde ao fluxo de Turismo de Negócio, isto é, trabalhadores de outras empresas, se hospedam em Fátima do Sul a trabalho.

Durante o trabalho de coleta de dados observa-se também a ocorrência de Turismo de Eventos, com isso as atividades internas do empreendimento sofrem alterações, é comum neste e nos outros equipamentos de hospedagem a ampliação de vagas para pouso, isso é realizado através da locação da área de estacionamento para uso como área de *camping*.

⁷¹ 48 (Quarenta e oito) anos.

Este Hotel, possui um Restaurante que não está localizado na mesma edificação (Fotos 17 e 18), isto é, o Hotel está a uma distância média de 60 (sessenta) metros em relação ao Restaurante, com o mesmo nome e proprietário, este empreendimento também é caracterizado por possuir trabalho familiar com exceção de 2 (dois) funcionários no Restaurante e 1(um) no Hotel.

Foto 17 – Restaurante A Caseira



Fonte: OCON, D, C. M., 2008.

Foto 18 – Hotel A Caseira



Fonte: OCON, D, C. M., 2008.

Hotel Paraíso

Em funcionamento desde o ano de 1978 (um mil novecentos e setenta e oito) (Foto 19) este equipamento possui 45 leitos, toda mão-de-obra é exclusivamente familiar observando-se ainda que o casal proprietário reside no local, bem como seu filho e nora.

Durante o trabalho de pesquisa dona Irenides⁷², relata que no período das Festas locais é locada a área do pátio do Hotel, disponibilizado um banheiro adequando-se como área de camping, a seu ver, o maior fluxo de visitantes ocorre durante: *as Festas da cidade*.

Foto 19 – Hotel Paraíso



Fonte: OCON, D, C. M., 2008.

⁷² Esposa e representante durante a coleta de dados para esta pesquisa.

Hotel Princesa

Construído no ano de 2006 (dois mil e seis) o Hotel Princesa (Foto 20), possui 36 leitos, os quais ficam lotados em qualquer época do ano independente do período de Festas locais. Além disso, conta com 4 (quatro) funcionários e é administrado por Carla Patrícia, filha do proprietário.

Atualmente, possui área para camping, um recurso para ampliar suas dependências. Uma característica de atração a este empreendimento é sua localização, pois está localizado na avenida principal da cidade, sede de uma das Festas locais, o Fátima Folia.

No levantamento de dados primários e de opinião, Carla Patrícia relata que este Hotel foi idealizado por seu pai por muitos anos, atualmente a expectativa é implantação do Parque Aquático e Ambiental de Fátima do Sul, quando esta estrutura for finalizada, espera-se um fluxo turístico maior e a ampliação e modernização do hotel virá como consequência.

Foto 20- Hotel Princesa



Fonte: OCON, D, C. M., 2008.

Os equipamentos de hospedagem são elementos fundamentais frente ao desenvolvimento

durante as negociações e viabilização de atrativos ao turista, para isso aborda-se a seguir os atrativos turísticos presentes em Fátima do Sul, e assim a efetivação da mercantilização do espaço criado pelo/para o Turismo.

Recinto de Festas

Foi adquirido pelo Poder Público local uma área para construção de um Recinto de Festas (Foto 21), até o momento, desta pesquisa, observou-se a compra da área, a implantação de postes com rede de iluminação e a existência de uma fogueira de cano de uso em construção civil, PVC⁷³ (Foto 22).

A compra desta área está relacionada diretamente a construção do Parque Aquático Ambiental de Fátima do Sul. Com o nome de Beira Rio a mesma está localizada em uma das vias de acesso à margem do rio Dourado e a área de construção do Parque.

Atualmente este Recinto de Festas têm abrigado uma das Festas locais significativas no fluxo de turistas e no arranjo de inserção da atividade turística em Fátima do Sul, a Festa Fest que ocorre no aniversário do município.

⁷³ Material feito de Policloreto de Vinilo.

Foto 21 – Recinto de Festas Beira Rio

Fonte: OCON, D, C. M., 2008.

Foto 22 – Fogueira de Cano de PVC

Fonte: OCON, D, C. M., 2009.

Festas

Fátima Folia

No mês de junho tornou-se tradicional a realização do Fátima Folia. O evento (Foto 23) é de caráter regional, e comemora o carnaval. É organizado pelo poder público local e acontece na avenida principal (9 de julho) em frente à Praça Central⁷⁴, abrange 4 (quatro) noites.

Foto 23 – Outdoor de divulgação da Fátima Folia



Fonte: OCON, D. C. M., 2008.

Fátima Folia é carnaval de rua e a atração são shows com bandas do Estado da Bahia, sede dos maiores carnavais de rua do Brasil.

Esta Festa aparece em ampla divulgação no Calendário de Eventos – Caminhos da Fronteira⁷⁵ -MS, organizado pelo Convention & Visitors Bureau – Grande Dourados, em parceria com: SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa), UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) e Anhanguera Educacional de Dourados – MS.

⁷⁴ Objeto de observação neste trabalho de pesquisa.

⁷⁵ Caminhos da Fronteira é composto por 22 municípios sendo eles formado por 4 (quatro) municípios que fazem divisa com o Estado do Paraná – Br e 8 (oito) com o Paraguai – Py.

A delimitação regional destes municípios segue estruturada no Programa de Regionalização do Turismo desenvolvidos pelo Ministério do Turismo em abrangência Nacional.

Fátima Fest

No mês de julho em comemoração ao aniversário do município acontece a Fátima Fest⁷⁶. No ano de 2008 (dois mil e oito) ocorreu sua 4ª edição, organizada pela administração municipal. Esta festa é sediada no Recinto de Festas Beira Mar.

Sua maior atração a esta Festa é a fogueira “ecológica” de 50 metros (Foto 24), totalmente construída de cano de PVC, durante a realização da festa é simulada a “queima da fogueira”, é comum este tipo de festa na região, principalmente nos municípios de Jateí, com a 31ª Festa da Fogueira, em Nova Andradina com a 26ª FEJUNA (Festa Junina de Nova Andradina) e em Batayporã com a 18ª Festa do Sereno, porém os referidos municípios constroem fogueiras com madeira e realizam a queima durante os festejos, fator pouco comum de ser observado nos demais municípios, é que em Fátima do Sul a fogueira fica erguida durante todo o ano, e durante a festa há apenas a simulação do que seria a queima.

Pode-se considerar que a construção da fogueira de cano de PVC é a representação da artificialização e simulação dos elementos da natureza, pois o cano é substituído pela madeira, sob a ótica e o discurso ambientalista de preservação ambiental.

O fato das fogueiras convencionais serem construídas de madeira, foi repensado na gestão administrativa de Fátima do Sul, como não era uma prática social a ocorrência da queima da fogueira neste município, criou-se um atrativo, diferenciado de outros lugares, através da construção da fogueira de cano de PVC, mas em nenhum momento realiza-se a discussão de que elemento extraídos da natureza que é utilizado para produzir o PVC, após esta observação, não cabe neste trabalho de pesquisa aprofundar quais os elementos da natureza compõe o cano de PVC, mas este atrativo pode desencadear uma ampla discussão a cerca da problemática ambiental⁷⁷ e o imaginário de preservação ambiental dos elementos naturais de forma fragmentada.

⁷⁶ Divulgada no Calendário de Eventos - Caminho da Fronteira.

⁷⁷ Assim: RODRIGUÊS, A. M. (1994, p. 36), relata: *A questão ambiental (re)coloca em destaque contradições da produção social do espaço e das formas de apropriação da natureza. Formas de apropriação tanto reais – formas concretas pelas quais a natureza é transformada -, como simbólicas – formas do pensamento sobre estas apropriação e transformações.*

A questão ambiental deve ser compreendida como um produto da intervenção da sociedade sobre a natureza, diz respeito, pois, não apenas a problemas relacionados à natureza mas às problemáticas decorrentes da ação social.

Foto 24 – Show de Fogos de Artifícios



A produção social do espaço é, aqui, compreendida como o processo pelo qual se ocupa um espaço, se produzem relações sociais e se reproduzem as relações dominantes de produção.

Fátima Feliz

Durante o mês de dezembro acontece a festa Fátima Feliz, como os outros dois eventos destacados, este está contido no Calendário de Eventos – Caminhos da Fronteira.

O Fátima Feliz é uma realização do poder público local, ocorre na Praça Central de Fátima do Sul, os atrativos desta festa ficam pautados num período de funcionamento da “*Casa do Papai Noel*” (Foto 25), isto é, no início do mês de dezembro a qual abre para visitação e encerra suas atividades no final do mesmo mês, simula a fábrica de presentes do Papai Noel. Juntamente com a visitação à casa, neste período, ocorrem apresentações de shows musicais no local.

Foto 25 – Casa do Papai Noel



Fonte: OCON, D, C. M., 2008.

Equipamentos de Lazer

Praça Central

Durante a gestão administrativa da prefeita Ilda Salgado Machado, prefeita re-eleita, a Praça Central da área urbana do município de Fátima do Sul, tornou-se palco para realização de eventos, como dito anteriormente.

Além de palco de eventos, atualmente, este local abrange um memorial em Homenagem ao Centenário da Imigração Japonesa no Brasil (1908 – 2008), construído pela Associação Nipo-brasileira de Fátima do Sul e Prefeitura Municipal de Fátima do Sul.

Além disso, abriga uma obra iniciada no mês de julho de 2008 (dois mil e oito) da Praça de Alimentação e Casa do Papai Noel, com valor total de R\$ 500.621,57⁷⁸ (quinhentos mil seiscientos e vinte e um reais e cinquenta e sete centavos), sendo R\$ 487.500,00⁷⁹ (quatrocentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais) com recurso federal do Ministério do Turismo e R\$ 13.121.57⁸⁰ (treze mil cento e vinte um reais e cinquenta e sete centavos) contrapartida do município (Fotos 26) e (Figura 5 - Planta da Obra).

Foto 26 – Placa sobre a reforma e revitalização da Praça Central

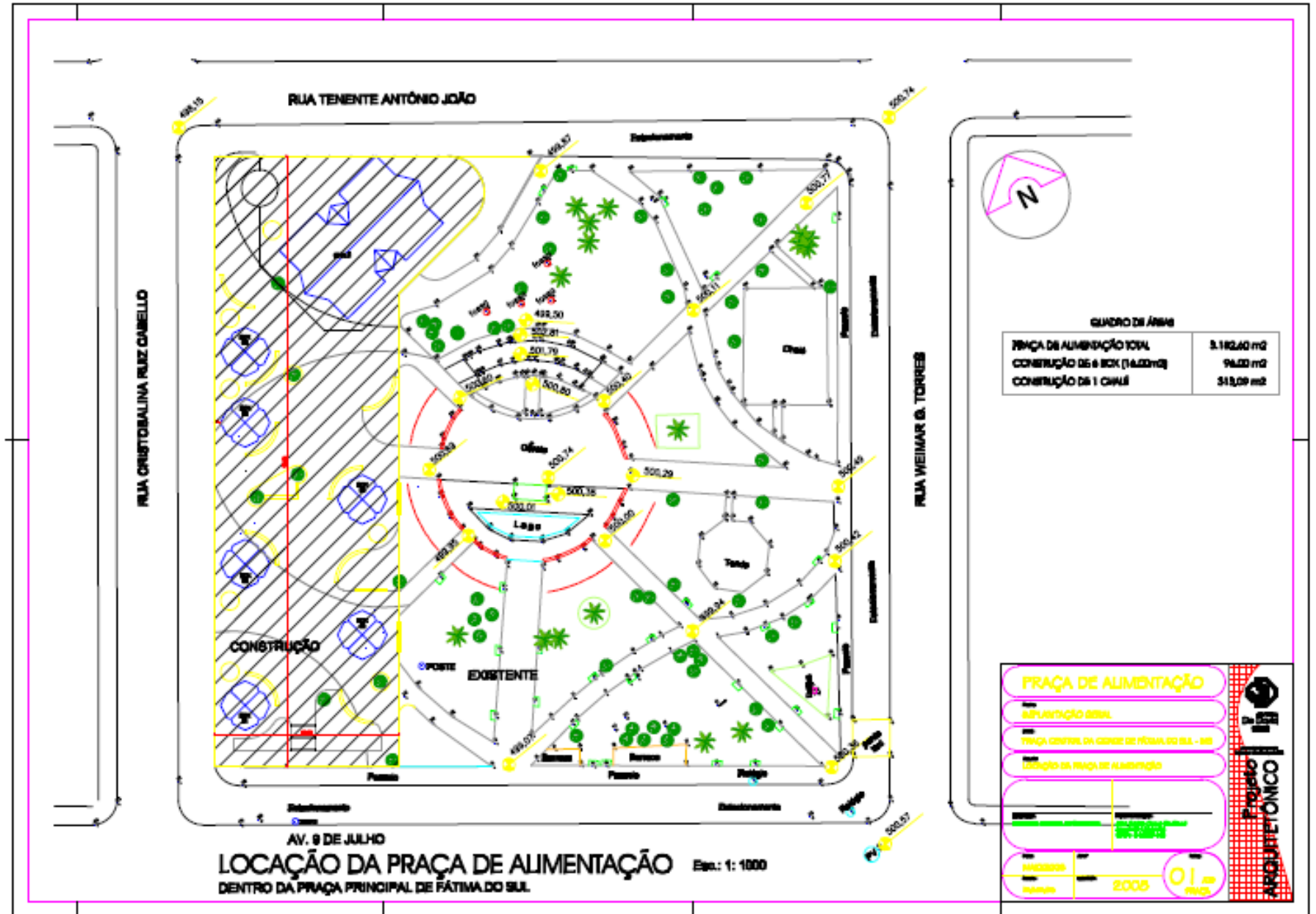


Fonte: OCON, D, C. M., 2008.

⁷⁸ Equivalente a US\$ 219.570,86 (duzentos e dezenove mil quinhentos e setenta e oitenta e seis dólares), cotação do dia 12/02/2009.

⁷⁹ Equivalente a US\$ 213.815,79 (duzentos e treze mil oitocentos e quinze e setenta e nove dólares), cotação do dia 12/02/2009.

⁸⁰ Equivalente a US\$ 5.755,07 (cinco mil setecentos e cinquenta e cinco e sete dólares), cotação do dia 12/02/2009.



QUADRO DE ÁREAS

| | |
|--|-------------------------|
| ÁREA DE ALIMENTAÇÃO TOTAL | 3.182,00 m ² |
| CONSTRUÇÃO DE 6 BLOCOS (14.000m ²) | 9.600 m ² |
| CONSTRUÇÃO DE 1 CHALÉ | 318,09 m ² |

PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO

- ÁREA DE ALIMENTAÇÃO TOTAL
- ÁREA DE CONSTRUÇÃO DE 6 BLOCOS DE 14.000 m² - 140
- ÁREA DE CONSTRUÇÃO DE 1 CHALÉ

Projeto ARQUITETÔNICO

2005

01/1000

AV. 9 DE JULHO
LOCAÇÃO DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO Esc.: 1: 1000
 DENTRO DA PRAÇA PRINCIPAL DE FÁTIMA DO SUL

Lago do Amor

Existe na área urbana do município um Lago. Este lago durante a gestão administrativa 2006/2008, foi revitalizado.

Pode-se considerar que este equipamento de Lazer representa mais uma forma de artificialização dos elementos da natureza e apresenta à população local aspectos fora do seu cotidiano de vida urbana, assim visualiza-se a existência de animais, como: gansos, patos e ema soltos na área de entorno ao Lago, além disso conta com pedalinhos para passeios (Foto 27).

Foto 27 – Lago do Amor



Fonte: OCON, D, C. M., 2008.

Horto Florestal

Uma área de Preservação Ambiental, não possui atividades de atração turística, como por exemplo, as atividades: educação ambiental, trilhas com guias, arvorismo, e outros. Durante o trabalho de levantamento de dados primários o local permanecia sem funcionamento o que pode ser visualizado em imagens (Foto 28).

Esta área foi cercada pelo poder público local, é propriedade do Estado, mas não é categorizado enquanto Unidade de Conservação Ambiental, em conversa com moradores do município pode-se levar que em outros momentos esta área possuía uma trilha ecológica e era utilizada pelas escolas locais nas aulas de educação ambiental.

Foto 28 – Horto Florestal



Fonte: OCON, D, C. M., 2008.

Campestre Clube de Campo

O Campestre Clube de Campo de Fátima do Sul, é um lugar criado por um empreendedor e funciona como clube de acionários, atualmente este possui uma associação regida por estatuto próprio e abriga alguns equipamentos de infra-estrutura disponibilizados para locação.

Durante o mês de novembro do ano de 2008 (dois mil e oito), em trabalho de levantamento de dados, percebeu-se que na agenda de festas do Campestre Clube de Campo estava sendo organizado o Baile do Hawai, um atrativo de caráter regional, uma vez que este é divulgado nas cidades da região por meio de mídia impressa e radialística.

Entre os equipamentos disponíveis pode-se observar: quiosques, sauna, piscina, quadras de esporte, parque infantil, salão de festa e restaurante.

Ilha do Sol

É uma ilha localizada no meio do rio Dourado, próxima a cidade de Fátima do Sul, o fato de ser uma ilha este equipamento de lazer e Turismo é um dos atrativos mais antigos deste município (Foto 29).

Foto 29 – Ilha do Sol



Fonte: OCON, D, C. M., 2008.

Segundo relato de moradores locais, na década de 90 a “Ilha” (como é conhecida popularmente), era o lugar dos encontros dos finais de semana. Hoje, continua sendo administrado pelo poder público de Fátima do Sul.

Atualmente esta Ilha possui uma ponte de acesso, com portões, devido a depedração ocorrida no ano de 2007 (dois mil e sete) a Ilha do Sol possui horários de funcionamento regulando a entrada de pessoas. Outro fator de flexibilização do fluxo de visitas a este lugar são as cheias do rio Dourado, pois há períodos que esta sofre inundações⁸¹.

Entre os equipamentos de infra-estrutura disponíveis na “Ilha” estão: banheiros, lanchonete e quadra de areia para esporte.

Durante o levantamento de dados primário e de opinião este empreendimento encontrava-se fechado.

Pesque e Pague

O Pesque Pague Anzol de Ouro é de propriedade privada e está localizado na avenida principal da cidade, avenida 9 de julho, nota-se que este é um dos equipamentos de Lazer e Turismo que tem sido atração de visitantes da região da Grande Dourados à Fátima do Sul.

O diferencial deste pesqueiro em relação a outros em municípios vizinhos a Fátima do Sul, é a promoção de noites temáticas. Atualmente este empreendimento possui: uma residência em suas dependências, onde mora uma família, cujos membros trabalham como zeladores do local, além desta há mais dois funcionários que diariamente limpam e fazem compra de mercadorias para a lanchonete.

Entre os equipamentos de infra-estrutura o pesque pague possui: tanque de peixes, redário, lanchonete, parque infantil e quadra de areia para prática de esporte, uma das atividades disponível é o serviço de passeio a cavalo.

⁸¹Como há flexibilidade em relação ao período de fluxo de visitas, não há registros do número médio de visitantes.

2.4.Equipamentos Público de Turismo

2.4.1.Balneário Municipal de Anaurilândia

Por diversas vezes, neste trabalho, foi destacado a construção do Balneário municipal de Anaurilândia, esta obra está diretamente relacionada a construção da usina hidrelétrica, sendo esta uma parte das obras de medidas compensatórias aos danos ambientais e sociais causados a este município, determinados no TAC.

Para a efetivação da obra foi necessário a compra de 4 (quatro) alqueires de terra, onde a área total construída é de 125.159,00 m².

O Balneário teve sua edificação inaugurada em dezembro do ano de 2004, em meio a infra-estrutura disponível estão: 1 (um) restaurante, 2 (duas) quadras de esportes, 1 (um) parque infantil, 16 (dezesesseis) quiosques com churrasqueira e pia, 1 (uma) área restrita para camping com banheiro, 1 (um) palco, estacionamento para ônibus e veículos de pequeno porte, 1 (um) banheiro, 1 (um) atracadouro para pequenas embarcações, 1 (um) flutuante, 1(uma) plataforma para pesca, 1 (uma) casa para zelador e praia com 300 metros de extensão⁸² (Fotos 30, 31, 32 e 33).

⁸² Entre as infra-estruturas existentes, segundo Valdenir Santos (Pachu), atual Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo pode-se observar a ausência da construção de cobertura sob o palco de shows. Em entrevista no dia 21/01/2009, disse que está em negociação com a CESP o cumprimento desta edificação, já que isto está previsto no início das obras.

Foto 30 - Quiosques

Fonte: OCON, D, C. M., 2008.

Foto 31 – Parque infantil

Fonte: OCON, D, C. M., 2008.

Foto 32 – Plataforma para pesca

Fonte: OCON, D, C. M., 2008.

Foto 33 – Área para Banho

Fonte: OCON, D, C. M., 2008

A partir da observação e do levantamento de dados primários de opinião, em janeiro do ano de 2008, visualizou-se algumas questões que diferenciam opiniões quanto a organização e infra-estrutura do balneário, entre moradores do município de Anaurilândia e visitantes, pois, em entrevista ao então Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Edmar Rodriguês de Lima, perguntou-se: Quais os tipos de reclamações que o poder público ouve de pessoas que visitam Anaurilândia?

O pessoal que vem de fora reclama muito quanto a obra de estrutura para pouso, geralmente eles gostam muito do balneário e elogiam muito o balneário.

A população local é bem diferente, as reclamações são quanto as normas colocadas lá dentro, até no projeto de engenharia do balneário limita algumas coisas, por exemplo: o camping separado do quiosque.

Durante esta entrevista o secretário fala sobre a dificuldade com relação aos equipamentos de hospedagem, isto é, ele relata que a rede para pouso, isto considerando hotéis e pousadas, não é suficiente para acomodar o número de turistas que pretende-se atingir.

Essa fala apresenta elementos de insatisfação dos visitantes com relação a infra-estrutura do balneário, mas também destaca algumas limitações do ponto de vista da organização do balneário municipal. As normas, que o secretário se refere estão listadas num panfleto impresso, de distribuição gratuita em todo o município.

O panfleto traz uma lista de 16 (dezesseis) itens, sendo eles:

Normas do Balneário

- 01 – Você está num local familiar, tenha respeito, higiene e bom senso.
- 02 – Dirija com prudência e atenção evitando acidentes. A velocidade permitida é de 10 Km/h.
- 03 – É expressamente proibida a entrada de animais em toda a área do Balneário.
- 04 – É proibido o uso de recipientes de vidro ou qualquer tipo de material cortante.
- 05 – Não é permitido o uso de lonas pretas para cobertura, bem como qualquer tipo de instalações que prejudica a imagem do local.
- 06 – Mantenha limpo o local utilizado por você, jogue lixo no lixeiro.
- 07 – Faça silêncio, das 23:00 horas até as 07:00 horas.
- 08 – Respeite o limite de som.
- 09 – É proibido recarregar baterias de automóvel nos pontos de energia do Balneário.

- 10 – Só é permitida a instalação de barracas na área de camping.
- 11 – Para utilizar os Quiosques é necessário fazer a locação junto a administração do Balneário.
- 12 – É proibido a utilização de Freezer nos Quiosque.
- 13 – O ingresso ao camping será feito mediante autorização da administração, havendo disponibilidade de espaço para acampamento, respeitando o período de silêncio e pagamento das taxas cabíveis.
- 14 – O município e a administração do balneário não se responsabilizam por possíveis danos, perdas, desaparecimento ou extravio de objetos deixados na área ou interior de suas barracas, veículos e equipamento.
- 15 – Em caso de infração a qualquer uma das normas deste regulamento, a Administração do balneário tomará as medidas cabíveis. Se necessário for, a Polícia será acionada.
- 16 – Fica proibido a coleta de latinhas dentro do balneário, pois a mesma será feita pela Administração do recinto.

Essas normas listadas trazem alguns desconfortos, segundo os visitantes do local, em visita ao balneário conversamos com uma família (pai, mãe e filho) de turistas, residentes no município de Dourados-Mato Grosso do Sul, em meio a conversa perguntou-se: O que vocês estão achando do Balneário Municipal?, a mulher imediatamente relatou: *Eu to gostando muito, nós chegamo ontem a noite, né, e viemos pelo que falaram, nós tamo gostando muito aqui do balneário, bem cuidadoso, só isso ai da barraca, da barraca fica longe, quem tem criança, né! pode trazer as coisas pra cozinha, mas tá compensando. Vamu vê né! Hoje é o primeiro dia. Você acha que poderia melhorar se colocasse as barracas perto dos quiosques?*

Eu acho que poderia melhorar principalmente pro pessoal que vem di fora, que não conhece, teria que ter alguém lá na entrada, lá avisando. Porque nós tivemos um transtorno, né, chegamos ontem não tinha ninguém pra orientá, nada, ficamos lá na ponta, i hoje tivemo que desfazer [as barracas] e um transtorno todo, então eu acho que tinha que ter alguém, porque eu penso assim. Oh! a noite não tem ninguém pra cuidá nada aqui, e se sumi alguma coisa, porque é um monte de gente, ai só tem de dia.

O relato desta turista acaba sendo controverso ao que anteriormente havia se diagnosticado, pois, este casal chegou no Balneário no período noturno, onde não existia nenhuma pessoa para atendê-lo, com a iluminação do local apagada, ela diz ter sofrido alguns desconfortos,

pois, não sabiam onde era a área de camping e nem se podiam ficar próximo aos quiosques, desrespeitando o itens 10 e conseqüentemente o 15. Acamparam próximo a praça de alimentação, ao amanhecer, o funcionário do Balneário pediu para que eles restirassem a Barraca de camping daquela área, transferindo-a para a área indicada.

Além deste exemplo de desconforto, as normas listadas anteriormente, podem apresentar vestígios de contraditoriedade, e ao mesmo tempo em que se institui normas estabelece-lhes parâmetros abstratos, obrigatórios e de falta de segurança, a exemplos, respectivamente: os itens: 01 e 08, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 09, 10 e 12, e 04, 14 e 15. Ao mesmo tempo em que se cria um ambiente de Turismo e Lazer, cria-se parâmetros normativos de exclusão e de dificuldade de acesso.

Em relação ao uso e acesso aos equipamentos de infra-estrutura do Balneário verifica-se, que no seu interior, localizado próximo ao portão de entrada, existe uma casa destinada ao caseiro, este, funcionário público municipal, residente no local com sua esposa.

Mesmo não estando presentes no momento em que a família⁸³ chegou ao Balneário, este funcionário é responsável pela limpeza de 2 (dois) conjuntos de banheiros e por receber o aluguel dos quiosques, no valor de R\$ 20,00⁸⁴ (vinte reais) a diária.

Deve-se ressaltar que durante o período de visitas ao Balneário não foi notado nenhum tipo de cobrança financeira pela entrada ao equipamento turístico. Mas, em relato de um morador do município de Anaurilândia, obteve-se que, no carnaval do ano de 2005 foi cobrado a vaga para o estacionamento de veículos e um valor de R\$ 3,00 (três reais) por pessoa para entrar no Balneário, em decorrência dos shows que ali tiveram: *mas ai o povo não ficou aqui não, foi tudo pra Rosana*⁸⁵.

Mesmo sendo este um equipamento de Turismo e Lazer considera-se aqui que a localização do Balneário, têm sido um fator de segregação quanto ao acesso da população local, a distância entre a cidade e o equipamento é de 8 (oito) quilômetros, por via não vicinal e sem transporte coletivo.

Ainda que o município possua área exclusiva para eventos o Balneário tornou-se local de algumas festas populares, como por exemplo: o Carnaval - “Folia Fest” (Fotos 34), durante as festas a administração pública disponibiliza, apenas nestes dias, transporte coletivo, com horários previamente estabelecidos, a disponibilização de ônibus

⁸³ Família do município de Dourados-MS, citada anteriormente.

⁸⁴ Equivalente a US\$ 8,77 (oito e setenta e sete dólares), cotação do dia 12/02/2009.

⁸⁵ Município pertencente ao estado de São Paulo, que abriga obra de infra-estrutura similar ao Balneário municipal de Anaurilândia-MS.

facilita a participação da população local, mas não estabelece lógica de integração e coletividade quanto ao acesso aos equipamentos, uma vez que este só minimiza a problemática em decorrência dos eventos e não diariamente.

Foto 34 – Carnaval no Balneário Municipal



Fonte: Disponibilizado pelo setor de mídia da Prefeitura Municipal de Anaurilândia, 2009.

A distância entre a cidade e a infra-estrutura é algo destacado neste trabalho, questionou-se ao representante do poder público local e o ex-proprietário da área em que foi construído o Balneário, Gilson Araújo, citado anteriormente como proprietário da Pousada Portal das Águas, os quais alegam que a CESP foi a responsável pela escolha do local onde poderia ser construído o Balneário, para isso foi realizado aferição da profundidade do lençol freático as margens do lago da UH e diagnosticava-se profundidades inferiores a 15 e 18 metros, as quais não suportariam os alicerces desse tipo de construção civil, o que constatou-se é que nesta propriedade, antiga fazenda Dois Companheiros, a profundidade foi superior a 18 metros, o que justifica a escolha e conseqüentemente a localização do Balneário.

Mas, além da distância uma outra dúvida é que a área escolhida para a construção do referido Balneário era de propriedade do cunhado do ex-prefeito, que atuava

como prefeito na época das negociações entre o município e a CESP, além disso a construção ficou ao lado da antiga sede da Fazenda, como dito anteriormente, que foi logo após, transformada em Pousada.

Outra característica de uso de infra-estrutura pública pela privada é a utilização do Flutuante, este flutuante é um equipamento construído junto ao Balneário Municipal de propriedade e responsabilidade pública, segundo Pachu, este Flutuante foi levado pelo vento e está alojado na margem do rio Paraná, altura de propriedade da Pousada Portal das Águas. Este equipamento tem sido utilizado pelos frequentadores da Pousada e não por frequentadores do Balneário Municipal, o atual secretário de Desenvolvimento e Turismo relatou que há pretensão do poder público em negociar a troca deste flutuante por outro equipamento de infra-estrutura, o que ainda está em negociação.

Após destacar alguns elementos de segregação social através do uso dos equipamentos de infra-estrutura turística pode-se destacar que após 4 (quatro) anos de sua inauguração essa segregação têm sido representada no desuso desses equipamentos. Isto porque esta obra atravessa algumas problemáticas, entre elas, destacado anteriormente, a ausência de mata ciliar nas encostas do lago da UH, em decorrência disto, assoreamento do lago e erosões (Fotos 35 e 36), mudanças constantes na administração da praça de alimentação, a concessão é feita por meio de Licitação Pública, mas segundo o ex-administrador, em entrevista, devido à ausência de visitantes durante a semana e a distância entre a cidade e o Balneário torna-se inviável a permanência das atividades.

Foto 35 – Margem do Lago da UH Engenheiro Sérgio Motta



Fonte: OCON, D, C. M., 2009.

Foto 36 – Margem do Lago da UH Engenheiro Sérgio Motta



Fonte: OCON, D, C. M., 2009.

Outras problemáticas têm sido repensadas pela gestão atual, pois em entrevista a Pachu, em janeiro de 2009 destacou-se a necessidade de inclusão do município no Programa de Regionalização do Turismo, mesmo já estando incluso através da divisão regional do Ministério do Turismo, este município não possui Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e nem estava participando das reuniões estaduais do Fórum de Turismo de Mato Grosso do Sul, estas reuniões acontecem na cidade de Campo Grande a cada 3 (três) meses.

No dia 19 (dezenove) de fevereiro de 2009, foi organizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Turismo de Anaurilândia a primeira ida ao Fórum Regional de Turismo na cidade de Três Lagoas, sede regional, destaca-se a presença de proprietários de hotéis, agências de viagem e representantes do poder público, atualmente esta secretaria tenta através de reuniões a criação do COMTUR (Conselho Municipal do Turismo).

2.4.2. Parque Aquático e Ambiental de Fátima do Sul

No ano de 2004 consolida-se o início de uma “nova” espacialidade no município de Fátima do Sul. Essa espacialidade se configura a partir de elementos idealizados por um estudante⁸⁶ do curso de graduação em arquitetura, este, vislumbra em seu trabalho de conclusão de curso, a construção de uma praia artificial as margens do rio Dourados.

No início do mandato da então prefeita eleita, e mais, especificamente no dia 04 do mês de março do ano de 2005, após 04 meses de mandato, da prefeita Ilda Salgado Machado o projeto da construção do Parque Aquático e Ambiental de Fátima do Sul, foi lançado (Figura 5), isto ocorreu em uma reunião no clube municipal.

No evento de lançamento do projeto do Parque Aquático e Ambiental de Fátima do Sul, através da maquete (Fotos 37 e 38), estavam presentes a população fátimassulense, e, hoje, ex-governador José Orcírio dos Santos (Zeca do PT- Gestão 2003/2006), e o então presidente da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul Londres Machado, que forneceu entrevista ao jornal eletrônico apud Silva & Silva (2007, p. 21), dizendo: *A economia do município é hoje baseada na pequena propriedade, onde se destaca a suinocultura, a avicultura, a piscicultura e também a produção de milho e soja. Com o Parque Aquático vamos abrir espaço para o turismo que é, reconhecidamente, a indústria que mais cresce hoje em todo o mundo e gera milhares de emprego*⁸⁷.

Com o entendimento de que esta obra pudesse alavancar os índices econômicos do município, a atividade turística em Fátima do Sul nasce sob a premissa de que esta poderia ser uma alternativa econômica frente as transformações históricas-econômicas do município.

Embora não haja nenhum empreendimento significativo ao desenvolvimento turístico de Fátima do Sul, considera-se aqui, que a atual administração se apropria de elementos precursores da transformação espacial principalmente em relação ao consumo do espaço geográfico, mesmo quando Nascimento, F. F. (2007, p.13), se manifesta ao dizer que: *até então não foi desenvolvido um planejamento ou mesmo uma campanha de conscientização da população sobre a turistificação do local.*

⁸⁶ Júlio Carlos Cervo de David.

⁸⁷ www.delcidio.com.br/noticias/maio05/20052002-1725.htm

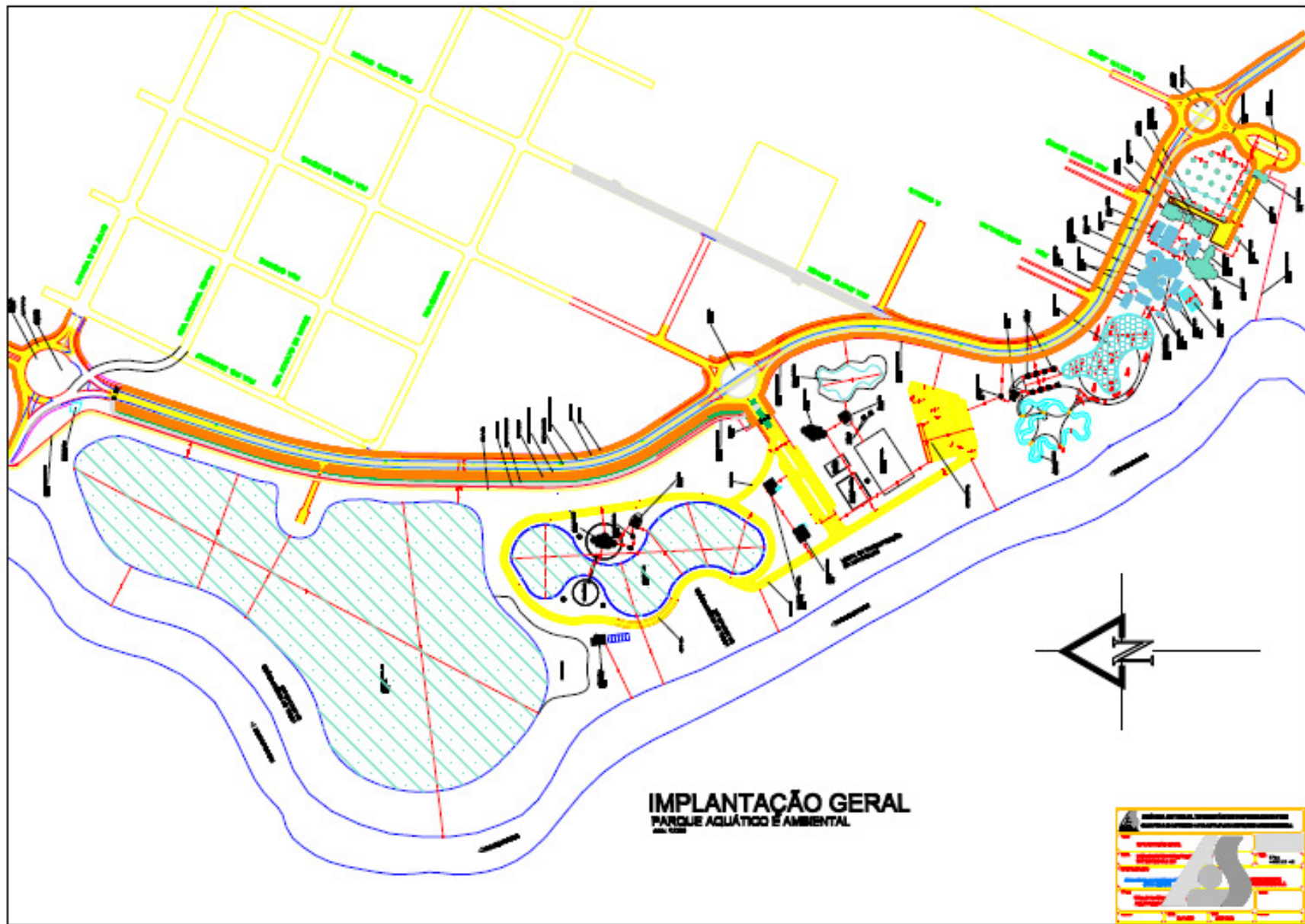


Foto 37 – Descrição da Obra



Fonte: OCON, D, C. M., 2008.

Foto 38 – Maquete do Parque Aquático e Ambiental de Fátima do Sul



Fonte: OCON, D, C. M., 2008.

Na busca de inserção da atividade turística em Fátima do Sul, o poder público local lança o parque temático, este Parque segue modelos que comporta um conjunto de atrativos comum a outros lugares.

Considera-se nesta dissertação que o conjunto de equipamentos de infraestrutura que envolve a construção do Parque Aquático e Ambiental de Fátima do Sul está amparado a modelos já existentes no Brasil, que atraem turistas nacionais e até mesmo de outros países, como por exemplo: *Beac Park* em Fortaleza-CE e *Hop Hari* em Vinhedo-SP.

Portanto, este projeto de implantação do Parque concentra um conjunto de infra-estrutura e equipamentos existentes em outros lugares, isto é, há um processo de inversão social, onde a base social existente no lugar é descartada e passa então reger uma “nova” lógica extra-local.

A lógica extra-local parte desde o início de idealização e confecção da infra-estrutura até mesmo no acesso e uso deste lugar público.

Isto está sendo pensado, à medida que, os lugares tornam-se um produto de espetacularização não somente da infra-estrutura, mas também de atores até mesmo inexistente nos lugares e assim criados sob uma padronização. Nesse sentido Luchiari apud Cruz (2002, p. 110) aponta: *uma certa padronização dos lugares turísticos, principalmente de sua atratividade (paisagens naturais ou construídas), ressaltando que, pelo fato de essa atratividade ter de ser constantemente recriada, ou melhor, padronizada em estilo, estática e atendimento.*

Neste trabalho de pesquisa observa-se entre as infra-estrutura, o arranjo social de produção do espaço para a criação de um equipamento de uso turístico. Como ressaltado anteriormente, este município além da construção do Parque, abriga outras obras de infra-estrutura voltadas a valorização paisagística da cidade. Como este ainda encontra-se em fase de construção, apresenta-se aqui parte de uma reflexão ainda em processo dinâmico de alterações.

O recurso financeiro

O recurso destinado à construção do Parque Aquático e Ambiental de Fátima do Sul totaliza o valor de R\$ 15.949.541,07⁸⁸ (Quinze milhões, novecentos e quarenta e nove mil, quinhentos e quarenta e um reais e sete centavos), este valor envolve somente a construção dos equipamentos de infra-estrutura localizados dentro da área do Parque.

A obra foi licitada pelo governo do estado de Mato Grosso do Sul, conta com recursos federais do Programa Turismo no Brasil, mas a primeira etapa da obra está sendo executada com recursos por emenda parlamentar de bancada, com recursos do Fundersul (Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário do Estado de Mato Grosso do Sul), e, a área onde estão sendo realizadas as obras do Parque ficou como contrapartida do município, como destacado anteriormente.

Atualmente, a construção esta sob a responsabilidade e administração da AGESUL (Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul), em visita ao local, em maio do ano de 2008 (Fotos 39) observou-se a ausência de empresas de construção civil.

Diagnosticado a ausência de trabalhadores da construção civil, observou-se que a obra está cercada por grades e cercas, com um portão de entrada.

No momento do levantamento de dados primários e de opinião visualizou-se a existência de um trabalhador no interior da edificação, ao perguntar sobre sua função, disse que é funcionário público municipal, trabalha como vigia e foi cedido pela prefeitura para controlar a entrada de pessoas⁸⁹ no local, já que esta estava com parte das estruturas concluídas, estava aguardando a chegada de uma empresa para dar andamento a edificação.

Após verificar, em maio, a ausência de trabalhadores da construção civil na obra do Parque, observou-se também como esta construção têm promovido dinâmicas no município. Para isso, no mês de agosto do ano de 2008, iniciou-se as campanhas eleitorais para as Eleições Municipais, que ocorreriam no mês de outubro em todo o território brasileiro.

⁸⁸ Equivalente a US\$ 6.995.412,00 (seis milhões novecentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e doze dólares), cotação do dia 04/07/2008.

⁸⁹ O funcionário solicitou nossa identificação pessoal e perguntou sobre o objetivo da visita.

Foto 39 – Placa de construção do Parque

Fonte: OCON, D, C. M., 2008.

Existiam dois candidatos a prefeitos no município de Fátima do Sul: Ilda Machado, em busca da reeleição e Bertinho. A construção do Parque, assim como outras obras iniciadas durante o mandato da prefeita Ilda Machado tornaram itens nas cartilhas de Plano de Governo do candidato Bertinho já que estas se encontravam em fase de construção mas não possuíam trabalhadores de construção civil presentes nos locais.

Durante sua campanha a prefeita Ilda Machado, proferiu comícios, dizendo que a obra do Parque Aquático e Ambiental de Fátima do Sul, era um compromisso dela e que as obras estavam paradas devido um processo licitatório de empresas com a AGESUL.

Após as eleições municipais e a reeleição da prefeita Ilda Machado, realizou-se outra etapa do levantamento de dados primários e de opinião, no momento desta visita o local ainda encontrava-se com ausência de trabalhadores civis e com a presença do vigia.

Assim, a preocupação neste trabalho de pesquisa fica pautada, tanto, em apresentar a infra-estrutura física que esta obra abrigará, como também a relação social de produção deste espaço turístico, já que entende-se que estas obras parte do entendimento da atividade turística enquanto atividade econômica e não da dinâmica de produção do espaço público.

A infra-estrutura

Em decorrência de fatores de inviabilidades de manutenção e de ausência de infra-estrutura o projeto original⁹⁰ sofreu algumas alterações, o resultado da alteração do projeto inicial pode ser observado na Figura 6.

No mês de outubro de 2008, por meio do ofício de nº 11/2008 o Programa de Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados, solicitou informações sobre o projeto Parque Aquático e Ambiental de Fátima do Sul, mas até o momento não obteve-se respostas.

⁹⁰ Em entrevista à Julio Carlos Cervo de David apud Silva & Silva (2006, anexos p. 94-95) obteve-se a informação de que o projeto original era basicamente uma praia artificial, que receberia o nome de Parque Municipal de Lazer, mas isso foi alterado, pois, após algumas avaliações averiguou-se que apenas uma praia artificial seria pouca infra-estrutura para oferecer ao número de visitantes que se almejava atingir, além da infra-estrutura consideraram também a inviabilizar o funcionamento da obra por causa da manutenção da água originada de um lago artificial.

Em conversa com o representante do poder público local, Marcelo, disse que o projeto apresentado na Figura 6 também passou por mudanças, isto é, a parte posterior a ponto não será efetivada, isto em decorrência da inviabilidade ambiental e financeira.

Portanto, segundo o representante a obra que foi licitada e está em construção abrigará várias piscinas com água tratada. Sendo que, além de piscinas convencionais, também abarcará a construção de piscinas com corredeiras, piscinas com toboágua, piscina de onda artificial.

Como o intuito é atingir um número elevado de turistas (nota 82), esta obra prevê a construção de área para *camping*, quiosques, sauna feminino e masculino, banheiros, praça de alimentação e área verde, está previsto também a criação de dois lagos artificiais: um para pesca, com 3 hectares e o outro para a prática de esportes náuticos contendo 10 hectares, além deste equipamento, há um conjunto de meios para prática de esportes, como: pistas de caminhada, quadras de esportes, no projeto há a possibilidade também de utilização do rio Dourado para esportes náuticos, já que o Parque margeará o rio.

O local em que se localizará toda a infra-estrutura do Parque é atualmente de propriedade do poder público municipal de Fátima do Sul, próximo ao Recinto de Festas Beira Rio, mas anterior a este projeto existiam pessoas residentes no local, as propriedades privadas que estavam localizadas na área que abrange, atualmente, o Parque foram compradas pelo município⁹¹.

Além de terras compradas para a construção desta obra, outra parte da área do Parque era de várzea, está no mês de novembro do ano de 2008, durante a realização do levantamento de dados primários, estava em processo de drenagem e nivelamento (Foto 40 e 41).

⁹¹ Ver: Silva, V. F. da & Silva, W. H. da. O projeto Parque Aquático e Ambiental em Fátima do Sul: uma análise de sés desdobramentos socioespaciais. Monografia de Graduação. Dourados: UFGD, 2007.

Foto 40 – Drenagem da área de construção do Parque



Fonte: OCON, D, C. M., 2008.

Foto 41 – Via de acesso ao Parque



Fonte: OCON, D, C. M., 2008.

Por isso, a construção do Parque Aquático e Ambiental de Fátima do Sul, está diretamente ligada a outras construções idealizadas/realizadas pelo poder público local, Nascimento, F. F. (2007, 16), considera que a administração atual: *veio acompanhada de propostas estruturais para o município, prevendo uma revitalização da paisagem urbana com a implantação de diversos projetos.*

Entre os projetos de revitalização da paisagem urbana de Fátima do Sul, através da administração de Ilda Salgado Machado, podem-se destacar a revitalização da ponte que dá acesso ao centro da cidade, placas padronizadas em forma de colméias de abelhas (Foto 42), na entrada e saída da cidade, já que o município é conhecido como a Favo de Mel, construção de calçadas padronizadas ao longo da Vila Sapo (margem esquerda do rio) (Foto 43), vasos para a plantação de flores ao longo da avenida principal (Avenida 09 de julho) (Foto 44), revitalização da praça central, como dito anteriormente, com a construção de uma casa “A casa do Papai Noel” e praça de alimentação.

Além dos projetos de reestruturação da paisagem da cidade, existe algumas obras que estão diretamente relacionadas com a construção do Parque Aquático e Ambiental, tais como: rede de esgoto, pavimentação de via de acesso e drenagem de várzeas localizadas próxima a obra.

Foto 42 – Placa de entrada na cidade



Fonte: OCON, D. C. M., 2008.

Foto 43 – Calçada e ponto de ônibus padronizado



Fonte: OCON, D, C. M., 2008.

Foto 44 – Vasos de Flor na Avenida 9 de Julho



Fonte: OCON, D, C. M., 2008.

Todo o conjunto de obra e equipamentos ligados ao desenvolvimento do Turismo em Fátima do Sul estão pautados a uma estrutura política de criação de uma “nova” alternativa econômica, uma vez que esta está redefinindo espaços próprios para o consumo de paisagens, bens e serviços.

Assim, Anaurilândia e Fátima do Sul se mesclam a partir do interesse como o Turismo é implantado no município, não se deve passar despercebido que os espaços de uso turístico desses municípios são pensados a partir de uma lógica extra-local, e conseqüentemente recriam formas de exclusão e marginalização da comunidade local, apontado no caso de Anaurilândia pelo distanciamento do Balneário Municipal em relação a obra e em Fátima do Sul pelo prevailecimento de infra-estrutura turística privada.

Um outro aspecto diferencial dos dois municípios são o público almejado pelo poder público nas obras: o Balneário Municipal de Anaurilândia divulga e investe em propagandas regionais, já Fátima do Sul através da construção do Parque Aquático e Ambiental vislumbra um fluxo de visitantes nacional. Ainda, o Poder Público de Fátima do Sul tem promovido investimentos financeiros de valorização paisagística da cidade num geral, já em Anaurilândia são obras isoladas.

Por meio do entendimento de que a atividade turística redefine espaços e práticas sociais de dois municípios com contingente populacional relativamente pequeno, buscou-se entender os elementos estruturadores da prática nesses lugares através da construção de equipamentos, obras e empreendimentos turísticos, o que abrange algumas reflexões sobre o modo em que atualmente os municípios têm sido produzidos.

3. Olhares e perspectivas

Demonstra-se neste trabalho de dissertação de mestrado que atividade turística, na atualidade, tem sido desmistificada, a partir dos olhares e construções científicas, enquanto governos e empresários tem implantado-a unicamente com finalidade econômica e desenvolvimentista.

No estudo de caso apresentado, observa-se a implantação da atividade turística em dois municípios com pequeno número populacional, mas que abrigam obras públicas significantes ao desenvolvimento do Turismo.

A comparação entre o surgimento da atividade turística em Anaurilândia e Fátima do Sul tornou-se característica neste trabalho, uma vez que estes, mesmo com suas singularidades e semelhanças, apresentaram elementos do processo de produção social do espaço geográfico por meio da criação do Turismo.

Assim, em Anaurilândia os equipamentos de infra-estrutura urbana, apropriado pela atividade turística, como por exemplo: hotéis, restaurantes, vias de acesso, entre outras, existem independentemente do Turismo, isto é a cidade não é produzida exclusivamente para o consumo, apoia-se economicamente na agricultura e pecuária.

Por outro lado, Fátima do Sul, atualmente passa por um processo de reorganização espacial, a partir da produção do “lugar” para o consumo. O projeto de revitalização da ponte, da praça, dos canteiros, das calçadas, entre outros, são exemplos de elementos paisagísticos produtores do espaço geográfico. Mesmo com índices econômicos apontados como município de base agropecuária.

Nos dois municípios a atividade turística surge temporalmente e espacialmente de forma distintas, em Anaurilândia a atividade turística é criada e incentivada com bases na criação do lago da Usina Hidrelétrica Engenheiros Sérgio Motta, isto é essa atividade surge em decorrência do lago criado para geração de energia, como conseqüência esta criação do lago esta diretamente ligada a inserção do Turismo no município, uma vez que entre as medidas de cunho compensatório foi realizado a edificação do Balneário Municipal e concomitantemente empreendimentos privados.

Já em Fátima do Sul o Turismo surge alicerçado em política de governo local, onde a maior obra, do ponto de vista de investimento, não é exclusivamente a única infra-estrutura voltada ao consumo do espaço por meio da atividade turística. Mas num contexto geral a população, os empresários e o poder público local constroem a expectativa de que o Parque Aquático Municipal e Ambiental de Fátima do Sul venha a ser um “empreendimento” significativo ao desenvolvimento do Turismo no município.

Tanto em Anaurilândia como em Fátima do Sul o Turismo, atualmente, ocorre a atração de visitantes ao município, mas não em número suficiente que possamos destacá-lo como uma atividade que têm alterado os índices econômicos. Mas essa atividade tem inserido novos valores e costumes a esses lugares principalmente em relação à contemplação das águas do rio Paraná em Anaurilândia e em Fátima do Sul a prática da queima da fogueira e a expectativa sobre a construção do Parque.

Um fato observado por meio deste trabalho de pesquisa é que o processo de produção desses dois lugares para a criação do Turismo tem deixado de lado a coletividade, isto é, os espaços Balneário e Parque mesmo sendo espaços públicos contém aspectos de exclusão que os tornam de uso individual e não coletivo.

Portanto, sob o entendimento de que o Turismo é uma prática humana e social, pensa-se, no momento, também que esta torna-se uma atividade excludente do ponto de vista da coletividade, isso apontado neste trabalho de pesquisa a partir dos relatos e dados que aparecem como dificultadores de acesso a algumas classes sociais à determinados “empreendimentos”.

A dificuldade de acesso aos “empreendimentos” públicos podem ser observada principalmente em Anaurilândia, já que a obra do Parque Aquático em Fátima do Sul encontra-se em andamento isso não há possibilidades de ser diagnosticado.

Nota-se que tanto em Anaurilândia como em Fátima do Sul o Turismo desponta como uma ideologia desenvolvimentista, alavancada por projetos extra-local, facilitados pelo poder público.

No ano de 2008 aconteceram as Eleições municipais em todos os municípios brasileiros. Durante as campanhas eleitorais, os candidatos a prefeitos e vereadores, dos municípios em questão, realizaram comícios e confeccionaram panfletos com Plano de Governo apontando o Turismo como possibilidade econômica municipal.

Assim, o Turismo é implantado e pensado nesses municípios de pequeno porte populacional, e com poucos atrativos turísticos, como uma forma de salvação

econômica, principalmente por entenderem que a rede que compreende esta atividade está pautada na criação e melhoria da infra-estrutura urbana, e paisagística.

Essa idéia de Turismo na modernidade constrói expectativa por parte da população e empresários, por um lado cria-se o ideário de geração de emprego e renda, por outro se imagina incentivos governamentais e não-governamentais na melhoria dos empreendimentos.

Com essas espacialidades construídas Anaurilândia e Fátima do Sul são reflexos da inserção da atividade turística como produtoras do espaço geográfico e incentiva pelo uso do discurso ideológico de prática promotora do desenvolvimento do lugar.

4 - Bibliografia

ALTVATER E. Introdução: porque o desenvolvimento é contrário ao meio ambiente. In.: **O preço da Riqueza**. São Paulo: Unesp, 1995.

ANDRADE, P. Sociologia da Viagem: o quotidiano e os seus inter-trajectos. In.: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. N° 37. Coimbra-Portugal: Lousanense, 1993.

BERTONCELLOS, R. **Patrimônio Y território. Claves a partir de la valorización turística**. Terceras Jornadas Interdepartamentale de Geografia, Tucuman, Buenos Aires: mimeo, 2004.

_____. **Turismo y preservación ambiental: conflictos y contradicciones. El caso Del Parque Nacional Nahuel Huapi (Argentina)**. IV Encontro Nacional de Turismo com Base Local: Joinville, 2000.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. São Paulo: Rideel, 2004.

CARLOS, A. F. A. (org.) **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2005.

CASTORIADIS, C. "Reflexões sobre o "desenvolvimento" e a "racionalidade" In: **As encruzilhadas do labirinto/2 - os domínios do homem**. Trad. José O. A. Marques. São Paulo : Paz e Terra, 1987, p.135-158.

CIDADE, L. C. F. Visões de mundo, visões da Natureza e a formação de paradigmas geográficos. In.: **Revista Terra Livre** n° 17. São Paulo: AGB, 2001, p. 99 – 118.

CRUZ, R. DE C. A. da. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Coleção Turismo, São Paulo 2000.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

KNAFOU, R. Turismo e território. Por uma abordagem científica do turismo. In.: Rodrigues, A. A. B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 21-107.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto, 2002, p. 51-76.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Condição pós-moderna**. São Paulo : Loyola, 1992.

IANNI, O. **Estado e capitalismo**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

JESUS, L. C. Erva-mate: o outro lado. A presença dos produtos independentes no antigo Sul de MT (1870-1970). Dissertação de Mestrado: UFMS, 2004, p. 28-35.

LIMA, P. A. **Transformações da Paisagem nos municípios de Fátima do Sul, Glória de Dourados e Deodápolis: região meridional de Mato Grosso do Sul**. Tese de Doutorado. Rio Claro: Unesp, 2006.

LUCHIARI, M. T. D. P. A mercantilização das paisagens naturais. In.: Bruhns, H. T. & Gutierrez, G. L. (orgs.). **Enfoques contemporâneos do lúdico: III Ciclo de Debates Lazer e Motricidade**. Campinas: CBL, 2002.

_____. **O lugar no mundo contemporâneo**. Turismo e Urbanização em Ubatuba – SP. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, UNICAMP, Agosto de 1999.

_____. **Turismo e meio ambiente na miscigenação dos lugares**. Campinas- SP, 1999.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. SP: Martins Fontes, 1983. p. 200-231.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MENDONÇA F. & KOZEL S. **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 09-46.

MORETTI, S. A. L. **Atividade Turística e Transformações territoriais no município de Jardim – MS**. Dissertação de Mestrado. Dourados: UFMS, 2002, p. 10 – 25.

NASCIMENTO, F. F. **Os residentes e o Parque Aquático e Ambiental em Fátima do Sul/MS, no contexto do Poder Público e do turismo**. Monografia de Graduação. Dourados: UEMS, 2007.

OCON, D. C. M. **Produção do espaço e atividade turística em Anaurilândia-MS: implantação do lago da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta**. Monografia de Graduação. Dourados: UFGD, 2006.

OLIVEIRA, B. C. **A Política de Colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937 – 1945)**. Dissertação de mestrado. Unesp: Assis, 1999, p. 28-90.

OLIVEIRA, W. **Os impactos sócio ambientais motivados pela UHE Porto Primavera no município de Anaurilândia- MS**. Tese de Doutorado, UNESP/ Presidente Prudente-SP, 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, A. M. **A questão e a (re)descoberta do espaço: uma nova relação sociedade/natureza?** Boletim paulista, n° 73. São Paulo: AGB, 1994.

_____. **A Produção e o Consumo do Espaço para o Turismo e a Problemática Ambiental.** São Paulo-SP, 1995.

SANTOS, D. **A reinvenção do espaço.** São Paulo : Editora Unesp, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** SP: Hucitec, 1996.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** SP: Hucitec, 1988.

_____. **Sociedade e espaço: a Formação Social como teoria e como método.** Boletim Paulista de Geografia, n.54, p. 81-99, São Paulo: AGB, 1977.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, V. F. da & SILVA, W. H. da. **O projeto Parque Aquático e Ambiental em Fátima do Sul: uma análise de três desdobramentos socioespaciais.** Monografia de Graduação. Dourados: UFGD, 2007.

ULATE, A. C. **Nuevos ejes de acumulación y naturaleza.** Buenos Aires: Clacso Libros, 2006.

URRY, J. **O olhar do turista.** São Paulo: Studio Nobel:Sesc, 1996

YÁZIGI, E. (org.) **Turismo e Paisagem.** São Paulo: Contexto, 2002.

4.1. Sites acessados

www.anaurilandia.ms.gov.br

www.cesp.com.br

www.etg.ufmg.br/tim1/diluicao

www.fatimadosul.ms.gov.br

www.imasul.ms.gov.br

www.semat.taquarussu.m.gov.br